



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Helena Lopes Esteves

***A autonomia pela diversificação no governo Lula da Silva (2003- 2010):***  
**O conflito Israel – Palestina**

Rio de Janeiro

2022

Helena Lopes Esteves

***A autonomia pela diversificação no governo Lula da Silva (2003- 2010):***

**O conflito Israel – Palestina**



Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Política Internacional

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Ana Paula Balthazar Tostes

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

E79 Esteves, Helena Lopes.  
A autonomia pela diversificação no governo Lula da Silva (2003-2010): O conflito Israel-Palestina / Helena Lopes Esteves. – 2022.  
125 f.

Orientadora: Ana Paula Balthazar Tostes.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Brasil – Relações exteriores – Teses. 2. Brasil – Política e governo – 2003-2010 – Teses. 3. Conflito Árabe-israelense – Teses. I. Tostes, Ana Paula B. (Ana Paula Balthazar). II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 327(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Helena Lopes Esteves

***A autonomia pela diversificação no governo Lula da Silva (2003- 2010):***

**O conflito Israel – Palestina**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Política Internacional.

Aprovada em 27 de julho de 2022.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Balthazar Tostes (Orientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Miriam Saraiva  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof<sup>º</sup> Dr.<sup>º</sup> Tullo Vigevani  
Universidade Estadual Paulista

Rio de Janeiro

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo seu amor e misericórdia. Pela sabedoria e conhecimento para fazer o meu melhor. A Ele toda a honra e glória.

À minha família, meus pais, Albino e Vera, e minha irmã Isabel. Aos meus amigos que me ouviram falar sobre essa dissertação por dois anos.

Agradeço a minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Tostes, pela sua orientação e incentivo para que esta dissertação fosse terminada.

Por fim, à FAPERJ, pela bolsa concedida. Esse auxílio permitiu minha dedicação exclusiva ao mestrado acadêmico, o que foi fundamental para a elaboração desta pesquisa.

## RESUMO

ESTEVES, Helena L. *A autonomia pela diversificação no governo Lula da Silva (2003-2010): O conflito Israel – Palestina*. 2022.125 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva eleito presidente para dois mandatos de 2003 a 2010 trouxe mudanças para a política externa brasileira. A nova orientação para a política externa do Brasil tinha por objetivo a busca por autonomia e inserção internacional do país, através da *autonomia pela diversificação*. A aproximação do Brasil com países do Sul, em especial com os países árabes e outros países da região, levou o Brasil a se envolver ainda com um dos problemas de maior relevância da região: o conflito Israel – Palestina. Apesar de já perdurar por vários anos, este conflito ganhou maior atenção na política externa do Brasil a partir deste governo. Através da abordagem do realismo neoclássico, analisamos as motivações para essa aproximação no governo Lula da Silva com o conflito Israel – Palestina através da perspectiva autônoma como estratégia de atuação no sistema internacional. A preferência pela aproximação com a palestina estava vinculada aos interesses por parceiros não tradicionais do Sul Global, dentro da perspectiva de que os países do Sul se encontram em uma posição de dependência dentro da estrutura internacional. Buscamos analisar também como a *autonomia pela diversificação* influenciou o Brasil a se colocar como possível mediador do conflito Israel – Palestina. Este interesse estaria relacionado ao projeto autônomo de inserção internacional do Brasil, de maior participação e influência na estrutura sistêmica. A pesquisa utiliza como fontes primárias as resoluções da ONU aprovadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança para a tentativa de solução do conflito Israel – Palestina, nas quais o Brasil votou. Como fontes secundárias, utilizamos livros e artigos publicados e trabalhos acadêmicos de autores especializados sobre a política externa brasileira e sobre o conflito Israel – Palestina.

Palavras-chave: Lula da Silva. Conflito Israel-Palestina. Autonomia pela Diversificação. Política Externa Brasileira.

## ABSTRACT

ESTEVEVES, Helena L. *Autonomy through diversification in the Lula da Silva government (2003-2010): The Israel – Palestine conflict*. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The former president Luiz Inácio Lula da Silva, elected for two terms from 2003 to 2010, changes the Brazilian foreign policy. The new orientation for Brazil's foreign policy aimed autonomy and the country's international insertion, through autonomy through diversification. The rapprochement between Brazil and the southern states, especially with the Arab countries and other countries in the region, led Brazil to become involved in one of the most important problems in the region: the Israel- Palestine conflict. Despite having lasted for several years, this conflict gained greater attention in Brazil's foreign policy in this government. Through the approach of neoclassical realism, we analyse the motivations for this approximation in the Lula da Silva government with the Israel – Palestine conflict through the autonomous perspective as a strategy of action in the international system. The preference for closer relations with Palestine was linked to the interests of non-traditional partners in the Global South, within the perspective that the countries of South find themselves in a positions of dependence within the international structure. We analyse how autonomy through diversification influenced Brazil to place itself as a possible mediator of the Israel – Palestine conflict. This interest would be related to Brazil's autonomous project of international insertion and greater participation and influence in the systemic structure. The research use as primary sources the UN resolutions approved by the General Assembly and the Security Council for the attempt to solve the Israel – Palestine conflict, in which Brazil voted. As secondary sources, we used books and published articles and academic works by specialized authors on Brazilian foreign policy and the Israel – Palestine conflict.

Keywords: Lula da Silva. Israel – Palestine conflict. Autonomy through Diversification. Brazilian foreign policy.

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1- Evolução da ocupação no território da Palestina (1946-2005).....	82
Mapa 2- Divisão territorial da Palestina pós Acordos de Oslo: Estado de Israel e território palestino.....	83

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1- Viagens de Celso Amorim para o Oriente Médio (2033-2010).....	89
Tabela 2 - Reconhecimento do Estado da Palestina por países latino-americanos.....	98
Tabela 3 - Sistematização das resoluções da ONU para o conflito Israel – Palestina de 1947 a 1989.....	117
Tabela 4- Sistematização das resoluções da ONU para o conflito Israel – Palestina de 1990 a 2002.....	119
Tabela 5- Sistematização das resoluções da ONU para o conflito Israel – Palestina de 2003 a 2010.....	121

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Autoridade Nacional Palestina
ASPA	Cúpula América do Sul- Países Árabes
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OEA	Organização dos Estados Americanos
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan – Americana
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de não proliferação de armas nucleares
PEI	Política Externa Independente
PT	Partido dos Trabalhadores
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
UNRWA	Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1	<b>AUTONOMIA INTERNACIONAL</b> .....	21
1.1	<b>Perspectiva teórica do realismo neoclássico</b> .....	21
1.2	<b>O Conceito de Autonomia</b> .....	25
1.3	<b>Os Estados dependentes do sistema internacional</b> .....	32
1.4	<b>Considerações Finais</b> .....	38
2	<b>A BUSCA PELA AUTONOMIA INTERNACIONAL NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA</b> .....	40
2.1	<b>Autonomia para a política externa do Brasil</b> .....	40
2.2	<b>Principais linhas conceituais de autonomia para análise da política externa brasileira</b> .....	42
2.3	<i>A Autonomia pela distância</i> .....	44
2.4	<i>A Autonomia pela participação</i> .....	49
2.5	<i>A Autonomia pela diversificação</i> .....	52
2.6	<b>Considerações Finais</b> .....	55
3	<b>A RELAÇÃO DO BRASIL E O CONFLITO ISRAEL - PALESTINA (1947 - 2002): DA AUTONOMIA PELA DISTÂNCIA PARA A AUTONOMIA PELA PARTICIPAÇÃO</b> .....	56
3.1	<b>Relações do Brasil com o conflito Israel – Palestina</b> .....	57
3.2	<i>A Autonomia pela distância e o conflito Israel – Palestina</i> .....	58
3.2.1	<u>De 1947 – 1964</u> .....	59
3.2.2	<u>De 1964 - 1967</u> .....	63
3.2.3	<u>De 1973 -1989</u> .....	64
3.3	<i>A Autonomia pela participação e o conflito Israel – Palestina</i> .....	69
3.3.1	<u>De 1990 - 2002</u> .....	70
3.4	<b>Considerações Finais</b> .....	75
4	<b>A RELAÇÃO DO BRASIL COM O CONFLITO ISRAEL – PALESTINA (2003- 2010): AUTONOMIA PELA DIVERSIFICAÇÃO</b> .....	77
4.1	<b>Fatores domésticos no governo Lula</b> .....	77
4.2	<b>Fatores externos no governo Lula</b> .....	80
4.3	<b>O conflito Israel – Palestina no século XXI</b> .....	81
4.4	<i>A autonomia pela diversificação e o conflito Israel – Palestina</i> .....	86

4.4.1	<u>Mediação na política externa brasileira para o conflito Israel – Palestina</u> .....	89
4.4.2	<u>Relações do Brasil com Israel no governo Lula da Silva</u> .....	94
4.4.3	<u>Relações do Brasil com a Palestina no governo Lula da Silva</u> .....	95
4.5	<b>Considerações finais</b> .....	99
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	101
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105
	<b>APÊNDICE</b> .....	117

## INTRODUÇÃO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva eleito presidente para os mandatos 2003-2006 e 2007-2010 trouxe mudanças para a política externa brasileira. A nova orientação para a política externa do Brasil tinha por objetivo a busca por autonomia e inserção internacional do país, através da *autonomia pela diversificação* (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011).

A ação externa autônoma é um aspecto importante na política externa brasileira. Diversos governos brasileiros conduziram a política externa utilizando a autonomia como instrumento, com intuito de obter mais espaço internacional e promover o desenvolvimento nacional (SPEKTOR, 2014; LIMA, 2005).

A atuação autônoma esteve ligada à posição que o Brasil tinha no sistema internacional. Este sistema, que é assimétrico na sua distribuição de poder, colocou o país numa posição de dependência em relação às grandes potências. A condução autônoma da política externa do Brasil tem buscado diminuir essa dependência.

Com o intuito de levar o Brasil a uma ação autônoma no cenário internacional, a nova condução da política externa do governo Lula da Silva buscou uma aproximação com os países do Sul Global, países que também são considerados dependentes dentro da estrutura internacional. Essa aproximação com o Sul Global tinha por objetivo um maior protagonismo do Brasil, projeção do país no cenário internacional e diminuir as assimetrias internacionais por meio da cooperação Sul – Sul. Dentre esses países, destacamos os países do BRICS, os países da América do Sul, diversos países africanos e da região do Oriente Médio, diversificando assim as relações econômicas e políticas do Brasil.

Para o caso da América do Sul, o governo Lula da Silva deu enfoque para fortalecimento do Mercosul, da UNASUL e nas parcerias bilaterais com outros países da região. No caso do continente africano o destaque foi na área comercial e na área de cooperação em diversos setores, tais como infraestrutura, cooperação técnica e saúde (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010).

A região do Oriente Médio também recebeu destaque a partir do governo Lula da Silva, através de cooperação em diversas áreas, sejam comerciais ou políticas. Nos governos brasileiros anteriores essa relação se limitava apenas a aspectos econômicos, mas o governo Lula da Silva priorizou e aprofundou as relações políticas e diplomáticas (SANTOS, 2014). Esta aproximação com os países árabes e outros países da região, levou o Brasil a se envolver com um dos problemas de maior relevância da região: o conflito Israel – Palestina. Apesar de

já perdurar por vários anos, este conflito ganhou maior atenção na política externa do Brasil a partir deste governo.

No que se refere às relações do Brasil com o conflito Israel – Palestina, poucos foram os momentos nos quais o país teve uma atuação mais relevante nas negociações sobre as propostas de solução das divergências entre as partes, pois se priorizou uma postura de equidistância (SANTOS, 2000, 2014). A política externa brasileira se manteve tradicionalmente coerente quanto ao respeito ao Direito Internacional e às resoluções da ONU (PIMENTEL, 2002). O Brasil buscou manter uma boa relação com os dois lados do conflito devido à presença de descendentes de judeus e de árabes em solo brasileiro e aos interesses econômicos com esses países. Ao longo da segunda metade do século XX, o posicionamento e preocupação do governo brasileiro pela questão da Palestina e as discussões acerca do conflito Israel - Palestina estiveram ligados à paz na região, a autodeterminação, a soberania e ao respeito das normas internacionais, exclusivamente dentro do âmbito da ONU (SANTOS, 2014).

No entanto, no governo Lula da Silva se percebe uma alteração dessa postura tradicional do Brasil diante das negociações e diálogos com as partes divergentes. A nova postura do Brasil se mostrou mais engajada em contribuir para a paz na região e buscou-se espaço para o país se tornar um possível mediador do conflito (BAEZA, 2014).

O governo Lula da Silva se diferenciou dos governos anteriores ao se colocar mais assertivo sobre a posição do Brasil acerca do conflito Israel – Palestina, dentro e fora do âmbito da ONU. Defendendo que as negociações com Israel e a Autoridade Palestina deveriam ser ampliadas para que outros atores estrangeiros pudessem contribuir para as negociações e reafirmando o compromisso no respeito às normas internacionais como linha de condução para as negociações (SANTOS, 2014; CASARÕES e VIGEVANI, 2014).

Como concretização desse interesse pelo conflito Israel – Palestina, em dezembro de 2010, o Brasil reconheceu o Estado da Palestina, tendo como referência territorial a demarcação definida pela resolução 242 de 1967. Este reconhecimento foi uma mudança nas relações do Brasil com a região do Oriente Médio, principalmente da posição do país diante dos desdobramentos do conflito Israel – Palestina.

O conflito Israel – Palestina que aqui conceituamos, é resultado de um processo que se iniciou no final do século XIX, entre as potências europeias, os Estados Unidos e o movimento Sionista (GOMES, 2001). Até a Primeira Guerra Mundial, a região da Palestina era controlada pelo Império Otomano, quando passou a ser parte do mandato britânico que durou de 1922 até 1948.

O movimento Sionista desde o Congresso de Basileia (1897) tinha por interesse criar um Estado judeu. Por meio do Acordo de Sykes – Picot <sup>1</sup>(1916) e da Declaração de Balfour<sup>2</sup> (1917), a Grã – Bretanha contribuiu para as negociações de encontrar uma terra para o povo judeu (GOMES, 2001; VIGEVANI e KLEINAS, 2002, p.88). Com o aumento das perseguições aos judeus na Europa e com o Holocausto na Segunda Guerra Mundial, o movimento Sionista intensificou a busca por uma terra.

No entanto, a região da Palestina foi habitada por árabes por muitos séculos durante a dominação otomana. Com a imigração de judeus vindo da Europa, os palestinos viam a presença de europeus e de judeus como um projeto de colonização imperialista (GOMES, 2001; SAID, 2012). Nas décadas de 1930 e 1940, revoltas árabes contra a migração judaica se tornaram mais constantes e “[...] alguns líderes árabes identificaram o estabelecimento judaico na Palestina como um movimento aos moldes do imperialismo europeu. Porém, para eles, o colonialismo judeu era muito pior.” (NETO, 2010, pg. 130).

Segundo Gomes (2001), o apoio da Grã – Bretanha e dos Estados Unidos foi fundamental para que a questão da criação de um Estado judeu chegasse à ONU. A questão da divisão do território da Palestina e da presença de dois povos se tornou um problema que foi levado para a Assembleia Geral das Nações Unidas em 1947, logo após a criação da organização em 1945. A aprovação da resolução 181 que propunha a divisão do território levaria a criação de dois Estados, um judeu e outro árabe.

Em consequência, as relações entre judeus e árabes se tornaram mais conflituosas. Diversas resoluções da ONU e diversas tentativas de mediações de vários países tentaram encontrar soluções para o conflito Israel – Palestina. Ao longo de mais de 70 anos, o conflito Israel – Palestina se tornou um problema que envolve questões de segurança internacional, de direitos humanos, de autodeterminação dos povos, de soberania e divisão territorial. A tentativa de mediação de vários países, além da ONU, torna evidente que a questão da Palestina é um problema importante para as relações internacionais.

As dificuldades para a solução o conflito Israel – Palestina são inúmeras. Destacamos apenas algumas, sem o objetivo de esgotar o tema e sem diminuir a sua complexidade. Além

---

<sup>1</sup>Acordo que definiria a divisão do território Palestino que pertencia ao Império Otomano caso os aliados vencessem a guerra.

<sup>2</sup> Declaração de Balfour foi uma carta do secretário do ministério das relações exteriores da Grã- Bretanha, Arthur Balfour para o movimento sionista, na figura do Lord Rothschild em 1917 (GOMES, 2001, p.14-15, 20-23).

das citadas acima, o interesse de países estrangeiros pelos recursos estratégicos da região, a diversidade de atores envolvidos no conflito, as dificuldades de diálogos entre eles, as questões religiosas e dos lugares sagrados para diversas religiões, os milhares de refugiados palestinos em campos humanitários e as questões de fronteira entre Israel e os países vizinhos também dificultam um acordo definitivo entre as partes envolvidas.

Apesar de ser um tema de importância na área acadêmica em muitos países, no Brasil pelo fato da região do Oriente Médio não ser uma região tradicional para a política externa, existe uma escassez de pesquisas acadêmicas sobre a relação com a região. As pesquisas já realizadas têm por enfoque principal as questões comerciais. As que mais se destacam são análises comparativas entre o governo Geisel e o governo Lula da Silva e do governo Lula com o governo Dilma Rousseff (TASCH, 2011; RIEDIGER, 2014; HOLAND, 2013). Esta pesquisa tem por objetivo contribuir para o campo acadêmico com outro enfoque, pois se dedicará analisar as relações políticas e diplomáticas do Brasil com a região no que se refere à ação autônoma no governo Lula da Silva no período de 2003 a 2010.

No que refere ao conflito Israel – Palestina, a partir do levantamento bibliográfico realizado, são ainda mais escassas as pesquisas sobre o tema no Brasil (SANTOS, 2015). Assim, esta pesquisa surge no esforço de buscar compreender como o Brasil tem se posicionado e contribuído nas últimas décadas para a solução do conflito Israel - Palestina e da criação do Estado da Palestina nas últimas décadas.

Dois livros de grande relevância sobre o tema despertaram o interesse em compreender como e porque o governo Lula buscou atuar como mediador. No livro “Israel - Palestina: A construção da Paz vista de uma perspectiva global” organizado por Gilberto Dupas e Tullo Vigevani (2002) e contribuição de diversos autores analisa-se como o Brasil tem se posicionado e participado ao longo dos anos na ONU. O capítulo escrito por João Vicente Pimentel (2002), em especial, analisa praticamente todas as votações do Brasil na ONU sobre o tema até o final dos anos 1990.

O livro organizado por Norma Breda dos Santos (2000) “Brasil e Israel – diplomacia e sociedades”, analisa a participação, atuação e impactos do conflito Israel - Palestina no Brasil. No entanto, os livros citados acima tem um recorte temporal somente até o final da década de 1990 e início do século XXI. Esta pesquisa visa contribuir ao expandir o recorte temporal para a primeira década do século XXI e aprofundar os estudos sobre o tema.

Santos (2014) e Notari (2017) problematizaram o ativismo do presidente Lula da Silva em atuar nas negociações do conflito Israel – Palestina e as motivações para Brasil se tornar um possível mediador. Nosso objetivo é explorar as motivações e ações do presidente dentro da

interpretação da autonomia internacional do Brasil e sua relevância como instrumento de diminuição das assimetrias internacionais através da aproximação com os países do Sul Global.

Analisaremos como e de que forma a *autonomia pela diversificação* influenciou a relação com o Estado de Israel e Autoridade Palestina no período de 2003 a 2010. Com isso buscamos também mapear se houve contribuições do governo Lula na tentativa de uma possível solução para o conflito Israel - Palestina.

Para conduzir a pesquisa, propomos a seguinte pergunta: As mudanças de atuação e postura da política externa brasileira diante do conflito Israel – Palestina foram incentivadas pela busca da *autonomia pela diversificação*?

Propomos duas hipóteses para a pesquisa. A **primeira hipótese** é: a *autonomia pela diversificação* levou o governo Lula da Silva a buscar uma aproximação prioritária com a Palestina, o que não era feito nos governos anteriores. Esta aproximação estava vinculada aos interesses por parceiros não tradicionais do Sul Global, dentro da perspectiva de que os países do Sul se encontram em uma posição de dependência dentro da estrutura internacional. Enquanto que Israel estaria vinculado à tradição da política externa com o Norte Global. Desta forma, nossa hipótese é que o governo Lula da Silva conduziu as relações do Brasil com o conflito Israel – Palestina na visão sistêmica das disputas Norte e Sul.

A **segunda hipótese** da pesquisa é: a *autonomia pela diversificação* influenciou o Brasil se colocar como possível mediador do conflito Israel – Palestina. Este interesse pela mediação estaria relacionado ao projeto autônomo de inserção internacional do Brasil e maior participação e influência na estrutura sistêmica. O interesse de atuar como mediador permitiria o Brasil atuar como ponte entre o Norte Global e o Sul Global.

### **Marco teórico**

Esta pesquisa analisará as mudanças de política externa no governo Lula da Silva através de uma perspectiva sistêmica e através dos fatores domésticos. No campo de estudo das relações internacionais, a abordagem realista tem por foco principal a influência da estrutura internacional sobre as unidades de análise, os Estados. A abordagem do realismo neoclássico afirma que a política externa de um Estado é a resposta dos líderes às pressões externas e aos interesses internos (ROSE, 1998). Assim, partindo de uma perspectiva de que os Estados não são unidades fechadas, pois os fatores internos também influenciam na política externa de um país (KAARBO, LANTIS e BEASLEY, 2002), esta pesquisa busca um foco analítico que contribua para a análise da política externa do governo Lula da Silva para o conflito entre Israel e Palestina. A hipótese de pesquisa é que, no governo Lula da Silva, a aproximação com o conflito Israel – Palestina foi influenciada pela percepção da estrutura desigual do sistema

internacional e pela influência dos atores internos naquele contexto, bem como sua posição se alinhou a uma perspectiva da condição palestina em relação ao suporte de Israel por potências como os Estados Unidos.

Não temos por interesse analisar a formulação da política externa no governo Lula da Silva, em todas as suas matérias, mas contribuir para a compreensão mais ampla e interpretação sobre a resposta do governo às pressões externas no contexto da busca por autonomia internacional nesse período.

No que se refere aos aspectos sistêmicos que influenciam a política externa, segundo Breuning (2007), o contexto internacional no qual está inserido o Estado tem grande influência nas decisões, escolhas e motivações do ator decisor na política externa, como analisa o ambiente externo e como responde as informações externas. A primeira década dos anos 2000, na qual o governo Lula da Silva se encontra, foi marcada pela possibilidade de um sistema mais multipolar e democrático para que novos países pudessem ter mais espaço internacional (BEIRÃO, BORDAS e AXELROD, 2019). Desta forma, os atores internos responderam às oportunidades e dificuldades fornecidas pelo cenário externo.

Para isso a pesquisa buscará compreender e analisar o contexto nacional e internacional que levaram às mudanças na tradição da política externa do Brasil diante do conflito Israel-Palestina dentro da *autonomia pela diversificação*.

### **Metodologia**

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizaremos três conceitos fundamentais que nortearam a ação externa do Brasil. Segundo Sartori (1984?), a utilização de conceitos é importante pelo seu valor semântico, ou seja, o sentido ou significado que foi dado às palavras. Utilizaremos o conceito de autonomia dentro do campo de estudos das relações internacionais, como a capacidade de atuar no cenário internacional sem a influência de outros países (GONÇALVES, 2017; VIGEVANI e CEPALUNI, 2011).

A autonomia para a política externa brasileira, segundo Fonseca Jr. (1998), se configurou de duas formas ao longo da segunda metade do século XX. A primeira foi a *autonomia pela distância* de 1946 a 1989; a segunda foi a *autonomia pela participação* de 1990 a 2002. Cada um desses conceitos estava vinculado a um contexto internacional específico, com características próprias definidas pelo autor, que ao longo da pesquisa serão exploradas. O terceiro conceito fundamental dessa pesquisa foi conceituado e cunhado por Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2011). A *autonomia pela diversificação* caracterizou o governo Lula da Silva na condução da política externa brasileira para a primeira década dos anos 2000. Conceito que

também possui uma definição proposta pelos autores em um contexto específico e definição própria de como a autonomia foi utilizada na política externa deste governo.

No entanto, nosso objetivo principal será a análise do conceito de autonomia no seu valor empírico. Pois analisaremos a autonomia para a política externa brasileira como instrumento para superar a condição de dependência em relação aos constrangimentos sistêmicos em busca de uma maior projeção internacional do país. Para Goertz (2006, p.5), os conceitos devem ser analisados pelo sentido teórico e empírico do fenômeno, ou seja, que podem ser verificados na realidade. Os três conceitos usados ao longo da pesquisa buscam analisar se a relação do Brasil com o conflito Israel – Palestina pode ser explicado pela condução autônoma da política externa.

Amado Cervo (2003) afirma que a utilização de conceitos paradigmáticos contribui para a análise da realidade. Segundo o autor, muitos países utilizam modelos de inserção internacional dentro de paradigmas “Os Estados Unidos descobriram seu manifest destiny, como a França de De Gaulle seu grand dessein. [...] A Argentina de Juan Domingo Perón avançou sua Terceira Posição.” (CERVO, 2003, p.8). O próprio autor desenvolveu conceitos importantes para o estudo empírico ao propor modelos conceituais<sup>3</sup> do desenvolvimento do Brasil.

Nossa pesquisa busca analisar se houve mudanças na condução da política externa brasileira pra o conflito Israel – Palestina, por meio do conceito *autonomia pela diversificação*. Analisaremos a mudança na política externa brasileira no governo Lula por meio da contribuição de Charles Hermann (1990).

Hermann (1990) analisa o grau de mudança e os fatores (externos e internos) que levam a tais mudanças da política externa de um Estado. O autor apresenta quatro tipos de mudanças que podem ocorrer na política externa. A primeira é a ***mudança de ajustes***, caracterizado pela mudança no esforço feito em determinada circunstância “O que é feito, como é feito, e o propósito do que é realizado permanece o mesmo.”<sup>4</sup>(HERMANN, 1990, p.5). É a mudança mais sutil e que menos altera as ações externa. O segundo tipo de mudança é a ***mudança de programa***, que altera os métodos e o sentido para a política externa “O que é feito e como é feito mudam, mas o propósito do que é realizado permanece o mesmo.” (HERMANN, 1990,

---

<sup>3</sup> Os quatro paradigmas: liberal-conservador que se estende do século XIX a 1930, o Estado desenvolvimentista, entre 1930 e 1989; Estado normal e o Estado logístico (CERVO, 2003).

<sup>4</sup> O texto em língua estrangeira é: “What is done, how is done, and the purposes for which it is done remain unchanged.”

p.5)<sup>5</sup>. O que se altera é meio para atingir os objetivos, pois novos instrumentos são utilizados, alterando a forma de ação externa.

O terceiro tipo é a *mudança de problema ou de objetivos*, neste o propósito da ação externa não é mais o mesmo. Desta forma, novas metas são definidas, assim como os objetivos. Por fim, a *mudança de orientação da política externa* que segundo o autor, é a alteração mais extrema, porque envolve a inteira reorientação externa do Estado “[...] mudança de orientação envolve mudança básica no papel internacional do ator e suas atividades.” (HERMANN, 1990, p.5-6)<sup>6</sup>.

Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), o governo Lula da Silva alterou de modo geral a política externa nos tipos de *mudança de ajuste* e *mudança de programa*. No entanto, os próprios autores afirmam que em algumas circunstâncias as mudanças foram maiores, tendo sido feito *mudanças de problema ou de objetivos*. Diante desses quatro tipos de mudanças, nossa hipótese é que o governo Lula da Silva fez uma *mudança de problema ou de objetivo* na política externa brasileira para o caso específico do conflito Israel – Palestina, a ser verificada no desenvolvimento da pesquisa.

Hermann (1990) também destaca os fatores internos que promovem as mudanças de política externa. Os principais são: o tipo de regime político, os atores internos (líder do país, partidos políticos, grupos de interesses, opinião pública) que pode apoiar ou se opor a condução da política, contribuindo ou não para que haja mudança na política externa.

Outro ator importante é o corpo burocrático (bureaucratic decision making), formado por profissionais e organizações governamentais. São os ministros, assessores, membros de gabinetes que formulam e implementam a política externa. O corpo burocrático contribui para que mudanças possam ocorrer ou resistir a estas mudanças.

A pesquisa se concentrará na atuação dos presidentes brasileiros na condução externa autônoma para o conflito Israel - Palestina, com objetivo de analisar as mudanças que o governo Lula da Silva realizou nas relações do Brasil. Segundo Hermann (1990, p.11), o líder é um dos atores principais, pois este coloca sua própria visão pessoal e características pessoais na condução da política externa. Para isso, este líder precisa ter a capacidade para poder fazer as mudanças que almeja.

---

<sup>5</sup>O texto em língua estrangeira é: “What is done and how it is done changes, but the purposes for which it is done remain unchanged.”

<sup>6</sup> O texto em língua estrangeira é: “[...] orientation change involves a basic shift in the actor’s international role and activities.”

Outros atores que também terão espaço na nossa pesquisa são o partido político do presidente (Partido dos Trabalhadores) e o corpo burocrático do governo, na figura do ministro das relações exteriores e alguns assessores do governo que, em conjunto com o presidente Lula, modificaram ação externa do Brasil, dentro da interpretação autônoma.

Além dos aspectos domésticos, nossa pesquisa terá o contexto internacional como fator importante. Segundo Rose (1998), as respostas dos atores decisores ao ambiente externo são feitas de acordo com as informações externas que são processadas. Hermann (1990) afirma que acontecimentos externos drásticos, chamados de choques externos, também são importantes variáveis para se explicar a mudança de política externa, pois os decisores atuam em respostas a esses acontecimentos.

O conflito Israel – Palestina também passou por mudanças ao longo dos anos. As relações entre o Estado de Israel, os líderes palestinos e os países vizinhos não se mantiveram as mesmas desde o Plano de Partilha (1947). As diversas resoluções da ONU e as tentativas de mediações de vários países contribuíram para a busca por uma solução para questão territorial e do Estado da Palestina.

A pesquisa utilizará como fontes primárias as resoluções da ONU aprovadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança para a tentativa de solução do conflito Israel – Palestina, nas quais o Brasil votou. Como fontes secundárias, utilizaremos livros e artigos publicados e trabalhos acadêmicos de autores especializados sobre a política externa brasileira e sobre o conflito Israel – Palestina.

## **Descrição dos Capítulos**

Além dessa introdução, a presente dissertação tem quatro capítulos. O capítulo 1 tem por objetivo analisar o conceito de autonomia dentro da abordagem do realismo neoclássico. Buscamos compreender como a autonomia foi utilizada por diversos Estados como estratégia para superar a condição de dependência dentro da estrutura internacional.

O capítulo 2 tem por objetivo analisar o conceito de autonomia para política externa brasileira do período de 1940 a 2010. Nesse capítulo ainda analisaremos os três conceitos principais da pesquisa *autonomia pela distância*, *autonomia pela participação* e *autonomia pela diversificação* como estratégia da política externa brasileira para transpor a dependência do Brasil em relação aos constrangimentos sistêmicos.

O Capítulo 3 terá um caráter histórico ao mapear as relações de diversos governos brasileiros com as negociações e tentativas de paz para o conflito Israel – Palestina, dentro da

interpretação *autonomia pela distância* e *autonomia pela participação* que marcaram o período da Guerra Fria e dos anos 1990.

O último, o Capítulo 4 se dedicará a analisar o governo Lula da Silva na busca pela ação autônoma internacional, na perspectiva da *autonomia pela diversificação*. Desta forma, poderemos analisar quais foram as mudanças na política externa brasileira para o conflito Israel – Palestina.

Na conclusão, recuperamos os principais argumentos da pesquisa, indicando quais as mudanças na condução da política externa para o conflito Israel – Palestina. Buscamos por fim, verificar qual o tipo de mudança proposto por Hermann (1990) ocorreu no governo Lula da Silva.

## 1 AUTONOMIA INTERNACIONAL

Este capítulo tem por objetivo explorar a construção do conceito de autonomia dentro dos debates das Relações Internacionais, com enfoque nos países periféricos dentro da estrutura internacional que utilizam a autonomia como estratégia para diminuir as assimetrias sistêmicas.

Este capítulo se divide em três seções. A primeira seção se destina à análise da teoria realista e a sua vertente do realismo neoclássico. Esta abordagem teórica visa à compreensão da política externa do Estado como resposta às pressões internacionais. O sistema internacional é considerado como variável independente para essa corrente teórica e o conjunto dos fatores domésticos como variável interveniente. Desta forma, a política externa do Estado seria então desta forma o resultado dos fatores internos e externos.

A segunda seção analisa o conceito de autonomia dentro da perspectiva da dependência. A análise deste conceito será feita através de algumas linhas de pensamento latino-americanas, que buscam entender a autonomia em contraponto com o conceito de dependência dentro da lógica da posição do Estado na estrutura internacional. A autonomia na América Latina teve suas próprias linhas teóricas de desenvolvimento, cujos impactos na região buscamos compreender dentro de seu contexto específico na segunda metade do século XX.

A terceira seção se destina a analisar a autonomia entre os países dependentes que se encontram no chamado Terceiro Mundo. Destacamos nesta seção a região da América Latina, região da qual o Brasil faz parte, e a região do Oriente Médio. A escolha dessas regiões se deve à importância que têm na continuidade de perspectiva da autonomia para o Brasil e sua relação com o conflito Israel - Palestina.

### 1.1 Perspectiva teórica do realismo neoclássico

Dentro do campo de estudo da disciplina das Relações Internacionais, a perspectiva teórica do realismo é uma das mais conhecidas e foi uma das primeiras a se desenvolver. A abordagem realista busca analisar as relações entre os Estados, considerados como os atores fundamentais. As interações entre esses atores são organizadas dentro de uma estrutura internacional. De modo geral, as diversas abordagens realistas compartilham a premissa de que o sistema internacional é organizado de forma anárquica e cada Estado é soberano, mas diferem em alguns aspectos analíticos.

Na sua origem, a vertente do realismo clássico se desenvolveu como linha de análise nas primeiras décadas do século XX. Os principais teóricos dessa corrente foram: Edward H. Carr, tendo como obra o livro *Vinte Anos de Crise: 1919-1939 Uma introdução ao estudo das relações internacionais*<sup>7</sup> publicado pela primeira vez em 1939; o alemão Hans Morgenthau com a publicação do livro referência para as relações internacionais *Política entre as Nações*<sup>8</sup> de 1948 e o francês Raymond Aron com o livro *Paz e guerra entre as nações* de 1962<sup>9</sup>. Suas contribuições para a teoria realista foram a análise das mudanças das relações entre os Estados no contexto internacional da Primeira e Segunda Guerras Mundiais e também a nova ordem internacional que teve início com Guerra Fria.

Com as mudanças no sistema internacional após o início da Guerra Fria, a teoria realista ganhou novas linhas de análise e as contribuições de novos teóricos. Um dos mais importantes foi Kenneth Waltz<sup>10</sup> que inaugurou a corrente do realismo estrutural ou neorealismo. A estrutura do sistema internacional, segundo ele, é o fator determinante para se compreender e analisar as interações dos Estados. No período pós Guerra Fria, novas mudanças ocorreram na estrutura do sistema internacional e duas novas linhas do realismo surgiram: o realismo ofensivo e o realismo defensivo.

Por fim, a corrente teórica do realismo neoclássico, diferentemente das demais, tem por enfoque a análise do comportamento e a política externa dos Estados. Para os realistas neoclássicos, a política externa é influenciada pelas pressões do sistema internacional, mas acrescenta os aspectos domésticos como fator relevante para se compreender o comportamento dos Estados (ROSE, 1998). Com a inclusão do aspecto doméstico, o realismo neoclássico busca analisar porque diferentes Estados respondem de forma diferente diante de um mesmo contexto internacional.

A abordagem realista neoclássica considera o sistema internacional importante para a organização das relações entre os Estados, na posição dos Estados dentro da estrutura e nas

---

<sup>7</sup>Título original: CARR, Edward H. *The Twenty Years Crisis, 1919-1939. An Introduction to the Study of International Relations.* pela Macmillan & Co. Ltd., London, and St. Martin's Press Inc. New York, 1939.

<sup>8</sup> Título original: MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace.*, New York, NY, Alfred A. Knopf, 1948

<sup>9</sup>Título original: RAIMOND, Aron. *Paix et guerre entre les nations.* Éditions Calmann-Lévy 1962.

<sup>10</sup> Principais publicações com o título original KENNETH, Waltz. *Theory of International Politics.* Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1979; KENNETH, Waltz, *Man, the State and War.* New York: Columbia University Press, 1959.

respostas dos Estados ao ambiente externo. Este sistema internacional fornece informações ou sinais aos Estados, sejam elas incertas, mais claras, de perigo ou de oportunidade (ROSE, 1998; RIPSAN, TALIAFERO e LABELL, 2009). Os “[...] realistas neoclássicos afirmam que os Estados respondem às incertezas da anarquia internacional buscando controlar e moldar seu ambiente externo.” (ROSE, 1998, p.152, *tradução nossa*)<sup>11</sup>.

As informações do sistema internacional que os Estados recebem podem trazer resultados diversos. A falta de clareza de informações, por exemplo, pode levar a uma política externa ruim. Em outros casos, as informações sistêmicas podem ser interpretadas como ameaça levando a uma política externa mais agressiva por parte do Estado.

Além disso, dentro da estrutura do sistema internacional, os Estados podem ter posições diferentes, influenciadas pela distribuição da capacidade material (ROSE, 1998). Estas capacidades materiais podem ser verificadas pelo poder militar e econômico do Estado, o tamanho da sua população e o tamanho do território nacional. Países com uma maior capacidade material teriam o poder de maior influência na organização do sistema internacional.

Como a distribuição das capacidades materiais entre os Estados são diferentes, os mais “fracos” acabam por adotar algumas estratégias para lidar com as pressões estruturais.

[...] respeito às estratégias que os Estados usam para se proteger. Mais especificamente, quais são os Estados que provavelmente escolherão entre uma variedade de estratégias de sobrevivência, incluindo balanceamento, Buck passing, bandwagoning e outras opções?<sup>12</sup> (RIPSAN, TALIAFERRO e LABELL, 2016, p.18, *tradução nossa*).

Dependendo da capacidade de poder material do Estado este pode adotar uma estratégia para se manter e “sobreviver” no sistema internacional. Estados com pouca ou com nenhuma capacidade material, podem utilizar como estratégias o alinhamento com uma potência (bandwagoning) ou se alinhar a outra potência com intuito de balancear o poder de outra (balancing), com intuito de atingir seus interesses ou se proteger dentro da estrutura internacional.

As respostas ao sistema internacional e as estratégias adotadas pelos Estados também podem ser influenciadas pelo tipo de configuração que a estrutura externa pode adotar. Esta

---

<sup>11</sup>O texto em língua estrangeira é: “[...]neoclassical realists assume that states respond to the uncertainties of international anarchy by seeking to control and shape their external environment.”

<sup>12</sup> O texto em língua estrangeira é: “(...) concerns the strategies states use to secure themselves. More specifically, what are states likely to choose from a range of survival strategies, including balancing (internal and external), buck passing, bandwagoning, and other options?”

organização sistêmica pode adotar algumas configurações de distribuição de poder que influenciam nas relações entre os Estados. As principais são o sistema unipolar, o bipolar e o multipolar, que constituíram a ordem internacional no pós Segunda Guerra Mundial.

A primeira configuração foi o sistema bipolar da Guerra Fria no qual a distribuição de poder entre as duas grandes potências, os Estados Unidos e a União Soviética (URSS), moldaram as relações com os demais Estados. Mesmo no contexto da Guerra Fria, os sinais e informações do sistema internacional não foram sempre muito claros e houve momentos de tensão e de certo “esfriamento” das tensões. Desta forma, durante a Guerra Fria a política externa dos Estados foi limitada e moldada pelas pressões do sistema internacional bipolar.

A segunda configuração sistêmica se iniciou nos anos 1990, esta marcada pela unipolaridade, tendo os Estados Unidos como potência hegemônica, após o desmembramento da União Soviética (WALLERSTEIN, 2003). Na virada para o século XXI, uma terceira nova configuração do sistema internacional emerge, esta marcada pela multipolaridade, com a presença de antigas potências, mas também com a ascensão de novas.

Além dessas características sistêmicas descritas, a análise do realismo neoclássico leva em consideração também os fatores domésticos que influenciam na política externa dos Estados. Segundo os teóricos desta corrente, apesar do sistema internacional constranger a ação dos Estados, em alguns momentos o comportamento do Estado pode ser diferente do esperado. Este desvio das expectativas pode ser explicado pelos fatores internos, porque estes influenciam na política externa (RIPSMAN, TALIAFERRO e LOBELL, 2009; RIPSMAN, TALIAFERRO e LOBELL, 2016; ROSE, 1998).

Estes desvios nas expectativas de determinados comportamentos dos Estados, podem ser causados pela percepção dos atores decisores internos ao Estado que analisam as informações da estrutura internacional e as respondem. Cada ator decisor pode analisar e responder às informações de forma diferente, tendo como base os interesses nacionais e suas orientações políticas internas. A importância da clareza dos sinais e informações do sistema internacional é fundamental para a decisão a ser tomada por esses atores internos. Se as informações não forem claras, as respostas dos decisores podem ser restritas. No entanto, às vezes, esses sinais, apesar de serem claros e objetivos, podem não ser interpretados de forma racional pelos decisores (RIPSMAN, TALIAFERRO e LOBELL, 2009; RIPSMAN, TALIAFERRO e LOBELL, 2016, p.18; SCHWELLER, 2003; ELMAN, 2007, p.16).

O comportamento do Estado e suas ações no sistema internacional são construídos pelos atores internos que são os formuladores da política externa. Dentre eles, a figura do líder, seus ministros e o corpo burocrático estatal são os principais (ROSE, 1998). Os líderes, por exemplo,

fazem escolhas baseados nas percepções das informações externas que são processadas no âmbito doméstico. O corpo burocrático ou grupo organizacional do governo, como os ministros de governo, os gabinetes do governo, também contribuem para a formulação da política externa.

Os valores, crenças e a personalidade desse líder também são importantes para se compreender os fatores domésticos que influenciam na formulação da política externa do Estado (RISPMAN, TALIAFERRO e LOBELL, 2016, p.18). No entanto, o líder nem sempre vai estar livre para decidir como desejar, pois sofre pressões internas também, de diversos grupos da burocracia e da sociedade civil.

Assim, dependendo do tipo do regime político, o líder pode estar na figura de um presidente, primeiro ministro ou líder ditatorial. Ao longo desta pesquisa, teremos os presidentes brasileiros em diversos governos como o foco principal em nossa análise. No entanto, também será necessário mencionar e informar outros líderes de outros países, com os quais os presidentes brasileiros se relacionaram.

Apesar de não serem os atores que analisaremos no desenvolvimento da pesquisa, é importante mencionarmos que para o realismo neoclássico outros atores domésticos também contribuem para a análise da política externa, por exemplo, os partidos políticos, os grupos de interesse nacionais e a opinião pública do país. (RISPMAN, TALIAFERRO e LOBELL, 2016, p. 61; HERMANN,1990).

Além desses atores internos, segundo Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) a cultura nacional, a relação da sociedade e o arranjo institucional interno também são fatores que influenciam na formulação da política externa e do comportamento do sistema internacional.

## **1.2 O Conceito de Autonomia**

O conceito de autonomia no contexto de interpretação do campo das Relações Internacionais significa liberdade de escolha e de decisão por parte do Estado. Assim como a não interferência ou influência de outros atores nas decisões de um Estado no cenário internacional (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, pg. 29-30, GONÇALVES, 2017, p.47).

Segundo Gonçalves (2017) e os autores Vigevani e Cepaluni (2011), a autonomia internacional não é um problema dentro do campo de estudo das teorias mainstream das Relações Internacionais de origem anglo-saxã. As teorias mainstream partem do princípio de que os Estados são igualmente soberanos no sistema internacional, sem nenhum poder acima desses atores dentro da estrutura.

No entanto, a autonomia pode ser interpretada de outra maneira, apesar dos Estados serem soberanos. A ação autônoma dos Estados pode estar relacionada à posição dentro da estrutura do sistema internacional. Apesar de a teoria Realista afirmar que os Estados se organizam em uma estrutura internacional anárquica, esses atores não possuem a mesma capacidade material e posição na estrutura internacional. Resultando, assim, em posições desiguais dentro do sistema internacional. Gonçalves afirma que a autonomia e soberania não são sinônimos como pode parecer.

Em primeiro lugar, autonomia se distingue de soberania. Soberania tem significado jurídico formal. Isto é, soberania diz respeito à capacidade de o Estado organizar e fazer funcionar as instituições que garantem organicidade a uma determinada sociedade. Em segundo lugar, autonomia tem significado político. Seu contraponto é a ideia de dependência. (GONÇALVES, 2017, pg. 50)

Por exemplo, nas décadas de 1960 e 1970 países africanos e asiáticos conquistaram e concluíram seus processos de independência, se tornando países soberanos. Por outro lado, essa independência jurídica não significou uma ação autônoma no sistema internacional, pois ainda mantiveram algum tipo de vínculo com suas antigas metrópoles coloniais. Em outras palavras, a autonomia internacional é um problema para os Estados que percebem a falta de autonomia e a necessidade de obtê-la.

Sendo assim, alguns Estados teriam tal capacidade para agir com autonomia, enquanto que outros não teriam a capacidade de agir de forma autônoma. A autonomia também pode ser interpretada como a capacidade de um Estado de alcançar os seus interesses nacionais (JAGUARIBE, 1979) ou pode ser compreendida como uma estratégia dos Estados diante das pressões e informações do sistema internacional.

Dentro dos debates acadêmicos sobre o conceito de autonomia, destacamos nesta seção alguns vieses analíticos no debate entre autonomia e dependência para regiões que não possuem tal capacidade de decisão e escolha. Dentre as regiões do globo que se preocuparam com a questão da autonomia, destacaremos a região da América Latina, na qual o Brasil se encontra. Segundo Cervo (2003) os pensadores latino-americanos buscaram construir a própria linha teórica de autonomia para a região, buscando adaptar e responder à realidade e problemas locais.

A primeira linha de pensamento que analisaremos foi desenvolvida por Hélio Jaguaribe<sup>13</sup> (1979), que verificou que o sistema internacional criou uma hierarquização dos

---

<sup>13</sup> Hélio Jaguaribe fez parte da ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), núcleo de pesquisa voltado para desenvolvimento e industrialização (CERVO, 2003).

Estados colocando alguns países em posição de dependência (periferia) e outros que possuem a capacidade de autonomia (centro). Esta assimetria de capacidade de poder entre os Estados acabou por provocar um sistema imperial, no qual os Estados que possuem poder econômico-tecnológico e poder político-militar obtêm autonomia. Desta forma, os países periféricos são aqueles que não possuem tais capacidades e dependente dos países autônomos.

Na visão deste autor, a autonomia pode ser analisada como a forma dos Estados “[...] disporem de meios para impor penas severas, materiais e morais, a um eventual agressor. Eles também têm uma margem bastante ampla de autodeterminação na condução de seus negócios internos e uma capacidade apreciável de ação internacional independente.” (JAGUARIBE, 1979, p.93, *tradução nossa*.)<sup>14</sup>

Esta capacidade de autonomia estaria ligada a “viabilidade nacional” e “permissibilidade internacional” para atuar no sistema internacional. O primeiro termo se refere aos recursos humanos e naturais suficientes para exercer essa autonomia e o segundo termo se refere às condições de exercer essa autonomia diante de outros países e a capacidade de exercer coação sobre outros Estados (JAGUARIBE, 1979, pg. 96-97).

Dentro dessa estrutura internacional a região da América Latina, por exemplo, se encontraria dentro de um sistema “intra-imperial” de influência europeia, mas que a partir do século XX passa a integrar um sistema tendo os Estados Unidos como principal potência. (JAGUARIBE, 1979). O Brasil, segundo Jaguaribe (1979), dentro dessa estrutura assimétrica é considerado como um Estado com autonomia somente regional no seu contexto continental, mas que em relação às potências é considerado como país dependente.

Para Russel e Tokatlian (2010, p.130-138) a autonomia internacional é definida como uma *autonomia relacional* entre dois ou mais Estados. Para esses autores, a autonomia pode ser exercida através da cooperação com outros atores e pela maior participação nos debates internacionais. Assim, a autonomia relacional visa diminuir as assimetrias por meio da maior participação independente dos Estados.

Na América Latina a questão da dependência e da busca por autonomia acabou por desenvolver algumas linhas de pensamento que buscavam analisar como seria possível superar essa condição de dependência dos países dentro da estrutura internacional (GONÇALVES, 2017). A abordagem de análise do conceito de autonomia para a América Latina ganha espaço

---

<sup>14</sup> O texto em língua estrangeira é: “(...) disponen de medios para imponer severas penalidades, materiales y morales, a un eventual agresor. Disponen además de un margen bastante amplio de autodeterminación eii la conducción de sus negocios internos y de una apreciable capacidad de actuación internacional Independiente.”

nos debates acadêmicos a partir das décadas de 1940 e 1950 com a Teoria do Desenvolvimento<sup>15</sup> que influenciou os pensadores e pesquisadores da CEPAL.

A Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL)<sup>16</sup> criada em 1948 buscou analisar os motivos para a condição de dependência da América Latina e sua posição periférica na estrutura internacional (DUARTE e GRACIOLLI, 2007). O objetivo da CEPAL foi encontrar caminhos para o desenvolvimento da região por meio do processo de industrialização. Um dos possíveis meios de alcançar essa industrialização seria através do processo de substituição de importação, o qual foi adotado por alguns países da América Latina<sup>17</sup>.

A região denominada de América Latina<sup>18</sup>, dentro desta estrutura internacional, pode ser considerada uma região com pouca ou, em alguns casos, sem nenhuma capacidade de autonomia (GONÇALVES, 2017, pg.50-53), devido a sua posição de dependência em decorrência de seu passado colonial em relação às metrópoles europeias.

Dentro da estrutura internacional a América Latina poderia superar a sua posição de dependência no sistema internacional se saísse da condição de região agrário-exportadora e passasse por um processo de desenvolvimento industrial. Esta dependência não se limitava apenas ao aspecto econômico, mas também à dependência política, tecnológica, militar em relação aos Estados Unidos e países europeus. Esta linha esteve presente em diversos países latino-americanos entre as décadas de 1950 e 1970. Este modelo de industrialização ficou conhecido como modelo desenvolvimentista (CERVO, 2003).

Ao longo do século XX a região passa a sofrer a influência dos interesses dos Estados Unidos. No período da Guerra Fria, a região recebeu investimentos norte-americanos para a promoção do desenvolvimento com intuito de conter o avanço comunista na região na lógica

---

<sup>15</sup> A Teoria do Desenvolvimento preconizava que os países subdesenvolvidos se encontravam nessa condição por ainda não terem atingido o desenvolvimento pleno dentro do capitalismo. Para superar a condição em que se encontravam era preciso que cada Estado passasse por um processo de desenvolvimento industrial. A explicação dessa linha de análise sobre as diferenças econômicas dos Estados era baseada na ideia de que os países desenvolvidos já tinham passado por esses estágios de desenvolvidos, enquanto que os países “atrasados” ainda não tinham superado os estágios e se industrializado.

<sup>16</sup> Principais pensadores da CEPAL: Celso Furtado, Raúl Prebisch, Maria da Conceição Tavares.

<sup>17</sup> O processo de substituição era baseado em políticas públicas promovidas pelo Estado com o intuito de aperfeiçoar a indústria nacional.

<sup>18</sup> O termo América Latina foi utilizado pela primeira vez pelo chileno Francisco Bilbao Barqín em 1856 em uma conferência na França. Depois outros pensadores, escritores e diplomatas utilizaram o termo. Disponível em: < [https://www.clarin.com/ediciones-antiores/america-latina-sudamerica\\_0\\_BkHMQbYJCY1.html](https://www.clarin.com/ediciones-antiores/america-latina-sudamerica_0_BkHMQbYJCY1.html) > Acesso 28 abr. 2022

da contenção das disputas de influência com a União Soviética (PINO, 2014). No entanto, diferentemente do que aconteceu na Europa e no Sudeste Asiático, a estratégia dos Estados Unidos de ajuda financeira ficou limitada a alguns momentos específicos. (BITENCOURT, 2009).

O modelo desenvolvimentista latino-americano começou a dar sinais de crise no final dos anos 1970. Apesar do crescimento econômico que alguns países tiveram nesse período, a dependência em relação às grandes potências se manteve. O crescimento econômico que muitos países experimentaram não se traduziu em uma melhora nas questões sociais desses países (SOARES, 2005). Para Gonçalves (2017), a “[...] perspectiva da autonomia / desenvolvimento é aquela dos que se preocupam com as desigualdades sociais e com a injustiça social e não com a busca da dominação e da hegemonia. É a preocupação dos que não se conformam em permanecer na periferia do sistema internacional.” (GONÇALVES, 2017, p.52).

Se contrapondo e repensando as bases do pensamento desenvolvimentista da CEPAL, a Teoria da Dependência<sup>19</sup> ganha espaço nos debates acadêmicos sobre a autonomia nas regiões periféricas do sistema internacional. Influenciada pelo marxismo e pela teoria do imperialismo, a Teoria da Dependência nos anos 1950 e 1960 expandiu um viés analítico sobre a dependência dos países na estrutura internacional. Segundo esta corrente, o desenvolvimento por meio da industrialização dentro do sistema capitalista mantinha a posição de dependente de certos países.

O sistema internacional estruturado pela lógica capitalista mantinha alguns Estados como produtores e fornecedores de matéria prima para os países centrais. As diferenças de desenvolvimento econômico e social decorrente do capitalismo entre os Estados acabaram por provocar relações de dependência entre o centro e a periferia (FRANK, 1966; MANTEGA, 1997).

Desta forma, a América Latina não conseguiria superar sua posição de dependência porque se encontrava dentro dessa estrutura econômica capitalista. O modelo desenvolvimentista da CEPAL não contribuía para o alcance da autonomia internacional, mas reproduzia a relação de dependência desses países. Sendo assim, a posição dentro da estrutura internacional de países centrais e de países periféricos é consequência do capitalismo, e para vencer essa estrutura é necessário sair desse sistema (CERVO, 2003, p.14).

---

<sup>19</sup> Principais pensadores da Teoria da Dependência: Andre Frank, Teothônio dos Santos e Rui Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso.

A Teoria da Dependência se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras. (DUARTE e GRACIOLLI, 2007, p.1)

Desta forma, a dependência do Estado não significa somente a falta de recursos ou o estágio no processo de industrialização do país. Segundo esta linha de interpretação, a divisão do trabalho que o capitalismo acabou por provocar no sistema internacional gerou uma divisão entre países autônomos e outros dependentes.

Seguindo nesta mesma linha de análise, a Teoria do Sistema-Mundo ganha espaço na academia nos anos 1970. Um dos principais autores<sup>20</sup> dessa teoria é Immanuel Wallerstein, que analisa o sistema internacional utilizando o conceito de sistema-mundo e de economia-mundo.

Para Wallerstein (2001) o capitalismo deve ser analisado como um sistema histórico, o qual é composto por aspectos econômicos, políticos e cultural-ideológico. O autor analisa o surgimento do sistema capitalista na passagem do modelo feudal para o sistema moderno, que ele denomina de sistema-mundo. O “[...] modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasce no fim da Idade Média européia e que evolui na direção de se converter num sistema planetário e confundir-se com a economia mundial.” (SANTOS, 2015, p.46). Apesar de não conceituar esse sistema tendo o Estado como base de análise, as suas contribuições ajudaram a compreender as relações de dependência entre os Estados do centro e os Estados da periferia no sistema internacional.

Influenciado também pela lente teórica marxista, Wallerstein (2001) analisa que as relações dentro do sistema da economia-mundo são baseadas na “divisão internacional do trabalho”, a qual acaba por provocar uma relação de desigualdade. Dentro dessa economia-mundo, por meio da divisão de trabalho os produtores de mercadorias de menor valor agregado, como as matérias-primas, são chamados de periferia. Quando esses produtos são levados, por meio das trocas comerciais, para o centro e transformados em produtos de maior valor, com margem de lucro, o capital permanece nesses centros. “Uma economia-mundo capitalista era marcada por um eixo de divisão de trabalho entre o processo de produção do centro e o processo de produção periférico, o que resultou em uma troca desigual favorecendo o processo de produção do tipo centro” (WALLERSTEIN, 2004, p.17, *tradução nossa*<sup>21</sup>).

---

<sup>20</sup> Outro autor de grande influência foi Giovanni Arrighi.

<sup>21</sup> Texto em língua estrangeira é: “A capitalist world-economy was said to be marked by a axial division of labor between core-like production processes and peripheral production process, which resulted in an unequal exchange favoring those involved in core-like production process.”

Esse sistema é reproduzido e perpetuado por meio de instituições que reafirmam essas relações de desigualdade entre o centro e a periferia, e asseguram que os “[...] aparatos estatais das áreas periféricas permanecessem ou se tornassem mais fracos.” (WALLERSTEIN, 2001, p.30).

Esta desigualdade acabou por provocar uma relação de dependência dentro do sistema mundial. Desta forma, o centro é representado por países com poder hegemônico econômico (capital) e político, mão de obra qualificada e tecnológica, enquanto que os países periféricos são aqueles que possuem a mão de obra não qualificada e possuem matérias primas (WALLERSTEIN, 2004. p.24).

O moderno sistema mundial é constituído, portanto, por uma economia-mundo em incessante expansão, cuja divisão de trabalho exibe uma tensão centro-periferia baseada na troca desigual; e por uma superestrutura política constituída por Estados nacionais formalmente soberanos, reconhecidos e constrangidos por um sistema interestatal (Wallerstein 2000d: 254, apud ACCO, 2018, p. 715).

O autor também afirma que o centro e a periferia estão ligados e relacionados entre si, sendo impossível compreendê-los separadamente. O autor chama centro-periferia (core-periphery) de um conceito relacional de dentro de processo de produção (WALLERSTEIN, 2004, p.28)

Ainda podem existir, de acordo com a análise do autor, Estados chamados de semiperiferia que se encontram oscilando entre as duas classificações, esta classificação apresenta aspectos dos dois anteriores.

Os Estados semiperiféricos que tem um mix de produção relativamente uniforme se encontram na situação mais difícil. Sob pressão dos Estados centrais e exercendo pressão sobre os Estados periféricos, sua maior preocupação é evitar que se deslizem para a periferia e fazer o que puderem para avançar em direção ao centro [...] No início do século XXI, alguns países rotulados como semiperiféricos são a Coreia do sul, Brasil e Índia- países com fortes empresas que exportam produtos (por exemplo, aço, automóveis, produtos farmacêuticos) para zonas periféricas, mas também se relacionam regularmente com as zonas do centro importando produtos mais “avançados”.<sup>22</sup> (WALLERSTEIN, 2004, p.29, 30, *tradução nossa*)

---

<sup>22</sup> Texto em língua estrangeira é: “The semiperipheral states which have a relatively even mix of production find themselves in the most difficult situation. Under pressure from core states and putting pressure on peripheral states, their major concern is to keep themselves from slipping into the periphery and to do what they can to advance themselves toward the core. [...] In the beginning of the twenty-first century, some obvious countries to be labeled semiperipheral are South Korea, Brazil, and India – countries with strong enterprises that export products (for example steel, automobiles, pharmaceuticals) to peripheral zones, but that also regularly relate to core zones as importers of more “advanced” products. “

De acordo com Theotônio dos Santos (2015), existe relação entre a Teoria da Dependência e a Teoria do Sistema – Mundo, por compartilharem a premissa de que a dependência de alguns Estados está pautada na divisão de trabalho dentro da estrutura internacional. No entanto, Amaral (2017) analisa que o conceito de semiperiferia presente na Teoria do Sistema – Mundo difere da análise da Teoria da Dependência. Segundo a autora, a ideia da semiperiferia abriria espaço para que os Estados pudessem transitar ora como centro, ora como periferia, o que acaba por ir de encontro com as bases da Teoria da Dependência.

Com a crise do modelo desenvolvimentista em muitos países latino-americanos e com o fim da lógica da bipolaridade que marcou a Guerra Fria, nos anos 1990 o modelo de desenvolvimento que passa a ganhar espaço foi o neoliberalismo. Devido às influências deste novo modelo, muitos países passaram a privatizar e abrir suas economias ao mercado internacional (CERVO, 2003).

### **1.3 Os Estados dependentes do sistema internacional**

As relações entre países do centro e países da periferia marcaram as relações dos Estados no contexto internacional da Guerra Fria. Ao longo da segunda metade do século XX a disputa entre os Estados Unidos e União Soviética pela influência ideológica e disputas militares acabou por provocar uma divisão dos Estados, que acabaram por ter que se alinhar a um dos blocos. No caso da América Latina, a opção foi a aproximação com os Estados Unidos em razão da influência política, econômica e cultural.

Neste período três classificações de Estados foram muito utilizadas para definir a posição dos atores internacionais no sistema internacional. O primeiro foi o Primeiro Mundo, que englobava as grandes potências ocidentais, os Estados Unidos e alguns países europeus, como por exemplo, a Grã-Bretanha e a França. A maioria dos países desta categoria tinha um poder econômico, militar e político de grande influência na organização da estrutura internacional, com capacidade de influenciar outros Estados e buscar seus interesses nacionais. Ou seja, esses países podem ser definidos como países autônomos e países centrais da estrutura internacional.

A segunda categoria definia os países do Segundo Mundo, que incluía os países do bloco socialistas, tendo a União Soviética como principal potência e alguns países do leste europeu, considerados países satélites.

Por último a classificação do Terceiro Mundo<sup>23</sup> englobaria os países restantes, dos continentes africano, asiático, da região do Oriente Médio e da América Latina. Dentro da estrutura internacional esse grupo de países representaria a periferia por não serem considerados como desenvolvidos, não possuem as capacidades de poder material, os meios tecnológicos, o poder militar e os recursos financeiros para influenciar o cenário internacional e não terem a capacidade de responder de forma autônoma às pressões internacionais. Em outras palavras seriam desprovidos de autonomia internacional.

Desta forma, o Terceiro Mundo não é uma divisão geográfica apenas mas uma divisão política, militar e econômica dentro da estrutura do sistema internacional. O conceito de Terceiro Mundo também estava vinculado ao passado histórico colonial que esses países compartilhavam, a exploração pelas potências ocidentais e a marginalização dentro do sistema internacional. Enquanto que o Primeiro Mundo detinha o controle da produção internacional e do capital.

O conceito de Terceiro Mundo surge no contexto da Conferência de Bandung realizada em 1955 na Indonésia, com a presença de diversos países africanos e asiáticos, recém-independentes. O objetivo principal por detrás desse encontro foi debater a dependência e formas de superar a desigualdade desses países diante das grandes potências (MENEZES e CAIXETA, 2019; MAPA, 2016). A partir de então esses países buscaram promover uma relação de cooperação econômica, política e cultural para superar o subdesenvolvimento. Segundo, Leite (2011) a conferência de Bandung deu início ao movimento da cooperação Sul-Sul, que ganhou força nos anos seguintes.

Ademais, a cooperação Sul-Sul também se insere em um contexto mais amplo de crítica ao status quo internacional já que o contexto histórico em que se intensifica a cooperação Sul-Sul é fortemente marcado por uma narrativa anticolonial e pressupõe o combate das assimetrias globais entre Norte e Sul, ao mesmo tempo, relações igualitárias nas práticas de cooperação no eixo Sul-Sul. (RIZZO, 2021, p. 299)

O Movimento dos Países Não Alinhados, que surge posteriormente, propôs manter o Terceiro Mundo afastado das disputas ideológicas entre as duas grandes potências. Esses países tinham por valores a defesa da autodeterminação, crítica à colonização, crítica à influência das potências e crítica às assimetrias no sistema internacional.

Para o grupo dos Países Não Alinhados a lógica da Guerra Fria não era interpretada pelas disputas Leste e Oeste, entre Estados Unidos e URSS. As tensões internacionais e a

---

<sup>23</sup> A expressão Terceiro Mundo foi cunhada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, em 1952, como uma analogia com o Terceiro Estado (povo sem privilégios) da época da Revolução Francesa (Visentini, 2015).

permanência desses países na posição de dependência eram consequência das disputas Norte e Sul, entre os países do Primeiro Mundo e os países periféricos.

Com o fim da Guerra Fria nos anos 1980, o Terceiro Mundo perde espaço no cenário internacional como movimento político (MENEZES e CAIXETA, 2019). Nos anos 1990, com a nova ordem internacional que se iniciava novas relações entre os Estados foram estabelecidas. As disputas ideológicas foram superadas e se “aceitou” a hegemonia dos Estados Unidos. Nesta nova ordem internacional os países sem capacidade autônoma internacional passaram a ser designados como Sul Global.

Os significados do conceito de Terceiro Mundo e do conceito de Sul Global trazem debates na área acadêmica. As divergências entre os estudiosos é que existem diferenças e semelhanças entre os dois conceitos, provocando distintas análises. Em primeiro lugar os dois conceitos foram criados em contextos diferentes, sendo importante se fazer uma distinção para o uso dos termos para não recair em erros temporais.

Os autores que defendem a diferença entre os dois conceitos afirmam que o Terceiro Mundo foi uma ideia de um contexto internacional específico e dentro de um projeto específico de autonomia. Este conceito surge dentro da lógica da Guerra Fria contra o alinhamento, contra a dominação e marginalização das ex-colônias diante das potências ocidentais (SAJED, 2020; HURRELL, 2013). Enquanto que o termo Sul Global surge em um cenário totalmente diferente, no pós Guerra Fria, no contexto da globalização, com a ascensão de países emergentes e o fortalecimento do neoliberalismo nas relações econômicas.

Por outro lado, autores que defendem o uso do termo Sul Global como herdeiro do Terceiro Mundo, acreditam que os dois conceitos compartilham as mesmas premissas, uma vez que reivindicam a diminuição da dominação e desigualdade entre Norte e Sul (CONNELL, DADOS, 2012; MENEZES e CAIXETA, 2019).

Segundo Ballestrin (2020), os conceitos de Sul Global e Terceiro Mundo se referem às relações de poder assimétricas no sistema internacional entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos que se mantiveram no pós Guerra Fria.

O termo Sul Global funciona como uma metáfora para o subdesenvolvimento. Se refere a uma história de colonialismo, neo-imperialismo e diferenças econômicas e sociais por uma longa desigualdade de padrões de vida e expectativa de vida e acesso a recursos que se mantém. (CONNELL e DADOS, 2012, pg 13, *tradução nossa*)<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> O texto em língua estrangeira é: “The term Global South functions as more than a metaphor for underdevelopment. It references an entire history of colonialism, neo-imperialism, and differential economic and social change through which large inequalities in living standards, life expectancy, and access to resources are maintained.”

Ao longo desta pesquisa usaremos o conceito de Terceiro Mundo como sinônimo de Sul Global, no entendimento de que os dois conceitos compartilham a ideia de diferenças de capacidade material e de poder dentro da estrutura internacional em relação ao Norte Global. Ou seja, tanto o termo Terceiro Mundo como o de Sul Global, englobam os Estados periféricos no sistema internacional e sem autonomia de decisão na estrutura internacional.

O conceito de Sul Global atualizou para o cenário internacional dos anos 1990 as mesmas “[...] formas de subordinação e de controle que outrora era mantido pelo sistema colonial.” (MENEZES e CAIXETA, 2019, p.12). Os Estados do chamado Sul Global são em sua grande maioria exportadores de produtos de baixo valor agregado, como produtos agrícolas, matéria prima, e que possuem salários menores e exploração da mão de obra barata (GIRAUD, 2007; JARDIM, 2015,p.2).

Da mesma forma que o conceito anterior, o Sul Global não é uma divisão geográfica, mas política, social e econômica dentro da estrutura internacional. Por Estados definidos como Sul Global, destacamos os países emergentes, em especial os que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e os países do continente africano e asiático e os países do Oriente Médio.

O movimento do Sul Global por meio da cooperação Sul-Sul visa o questionamento ao sistema internacional pelos países subdesenvolvidos, buscando em conjunto outros caminhos de desenvolvimento e diminuição de assimetrias em relação ao Norte Global (MENEZES e CAIXETA, 2019; HURRELL, 2013; LEITE, 2011).

No final da década de 1990 e início dos anos 2000 a cooperação Sul-Sul ganha espaço. A cooperação Sul - Sul tem por intuito equilibrar o sistema internacional, reforçando relações horizontais e multilaterais de ajuda entre eles (GRAY e GILLS, 2016; MAPA, 2016).

[...] a cooperação Sul-Sul deriva de uma situação objetiva. Nasce da percepção da vulnerabilidade de um grupo de países, cujas ações se encontram constringidas por estruturas internas e externas. A fim de mitigar a distribuição assimétrica de poder e de garantir maior bem-estar econômico e controle político em bases autônomas, esse conjunto opta pela cooperação entre si. Tal cooperação significa coordenação de políticas, a partir do reconhecimento de que, agindo isoladamente, esses Estados obteriam resultados menos satisfatórios. Associando-se, possuem melhores chances de êxito no atendimento de suas demandas autointeressadas. (LEITE, 2011 p.76)

A Cooperação Sul-Sul é uma estratégia utilizada por Estados do Sul Global orientada para diminuir as diferenças entre o Norte e o Sul, questionando o poder das potências no sistema internacional. Esta

[...] cooperação Sul-Sul importante instrumento político-estratégico a serviço dos países do Sul global. [...] como uma identidade criada em contraponto a um Norte,

situada na periferia e semiperiferia do capitalismo global e do sistema-mundo, para afirmar um novo grupo de interesse e uma comunidade de cooperação [...]. (MENEZES, CAIXETA, 2019, p. 5,6).

A região do Oriente Médio, também pode ser definida como periférica. A região será importante para esta pesquisa, pois visamos compreender a política externa brasileira diante do conflito Israel – Palestina. De acordo com Vizontini (2019), o Oriente Médio também faz parte do

[...] eixo agrário, mineral e demográfico periférico, integrado pelas nações médias e pequenas da América Latina, da África e da Ásia [...]. Possuem recursos humanos, agrícolas ou minerais abundantes (inclusive energia) mas não detém capacidade militar ou articulação diplomática, tendendo a agir de maneira fragmentada e constituindo uma zona em disputa pelos demais eixos. (VIZENTINI, 2019, p.11)

O conceito de Oriente Médio foi cunhado no século XIX pelos colonizadores europeus para designar a região. Desta forma, este conceito também é vinculado ao passado colonial<sup>25</sup> da mesma forma que a América Latina. O conceito de Oriente Médio não possui uma definição única, por ser uma região com diversos grupos étnicos e religiosos e diversos grupos minoritários (MESSARI, 2006).

Utilizaremos para designar os países do Oriente Médio o termo árabe, como vínculo étnico e passado colonial em comum. Os principais países árabes que iremos nos referir ao longo da pesquisa são: Egito, Síria, Jordânia, Iraque, os territórios palestinos e Líbano. No entanto, existem outros grupos étnicos, como o Irã, por exemplo, ator relevante na geopolítica da região, não é árabe, apesar de a religião ser o islã<sup>26</sup>.

Após a Primeira Guerra Mundial, a presença europeia aumentou significativamente e se intensificou a colonização na região do Oriente Médio. Os países árabes estavam finalizando o processo de descolonização e se tornando países independentes e soberanos. Os movimentos nacionalistas árabes no início do século XX eram contrários à colonização europeia na região (DEMANT, 2002; MOHAMMED, 2014; BUZETTO, 2012).

Durante toda a Guerra Fria, a região sofreu a influência das disputas entre a União Soviética e os Estados Unidos, devido à importância dos recursos energéticos e pela importância geoestratégica. Alguns desses países árabes estreitaram relações com a potência comunista

<sup>25</sup> As divisões territoriais dos Estados do Oriente Médio tiveram influência dos europeus na sua organização política no século XX.

<sup>26</sup> O termo árabe se refere ao grupo étnico, enquanto que muçulmano e islâmico se referem ao aspecto religioso. . Islamismo: como é a religião muçulmana? Disponível em: <<https://www.politize.com.br/islamismo-como-e-a-religiao-muculmana/#:~:text=Embora%20seja%20um%20equ%C3%ADvoco%20recorrente,apenas%20ter%20f%C3%A9%20no%20islamismo>> Acesso 10 mai. 2022.

contra a presença norte-americana, vista como continuidade da colonização europeia. (DEMANT, 2014; PECEQUILO, 2009, p. 160-161, SAID, 2012).

Segundo Buzetto (2012), Aljamal e Amour (2020) e Mohammed (2014), alguns dos movimentos nacionalistas árabes, em especial o palestino, representado pela Organização para Libertação da Palestina (OLP), tinha um viés ideológico marxista. Com o aumento da presença dos Estados Unidos na região, os partidos marxistas na URSS, na China e até alguns partidos de esquerda na América Latina passaram a apoiar a causa palestina contra o projeto de colonização de Israel e contra a presença estrangeira na região.

O Estado de Israel, apesar de se encontrar geograficamente no que denominamos aqui de Oriente Médio, é um Estado diferente de seus vizinhos. Em primeiro lugar a religião é judaica. Além disso, Israel é uma democracia com valores ocidentais e valores judaico-cristãos (DEMANT, 2006, p.34; MEARSHEIMER e WALT, 2006). Mesmo sendo um país pequeno, a economia nacional é bem desenvolvida e possui uma capacidade militar (armas nucleares) e poder bélico muito superior a de seus vizinhos.

Segundo Mearsheimer e Walt (2006), depois da Guerra dos 6 Dias ocorrida em junho de 1967, Israel obteve apoio financeiro dos Estados Unidos, cuja contribuição possibilitou o desenvolvimento econômico e militar no país. A partir de então, as relações entre Israel e os Estados Unidos se aprofundaram em questões estratégico-econômicas e em questões estratégico-militares. Esta aproximação entre Israel e os Estados Unidos impactaram também as relações com os palestinos, com os países árabes e com outros países da região (SANTOS, 2000; DEMANT, 2014; MEARSHEIMER e WALT, 2006).

Peter Demant (2006) destaca que essa aproximação também se deu pelos valores compartilhados entre os dois países. Durante a Guerra Fria, compartilharam os valores pelo anticomunismo e após os anos de 1990 essas relações se mantiveram pelo sentimento antiterrorista.

As causas da atual aliança militar, política e econômica dos EUA com Israel são complexas e múltiplas. Entram nelas considerações estratégicas, por exemplo, a suposta utilidade de Israel como ponto de apoio pró-ocidental na guerra fria; domésticas, como o peso impar da comunidade judaica e o poder do lobby pró-Israel; porém, em última instância, a amizade têm raízes ideológicas – os EUA se reconheciam em e se identificavam com Israel – refúgio de perseguidos, embutido de ideais de justiça e renovação, precariamente mantendo sua segurança contra uma massa hostil de “índios” árabes. (DEMANT, 2014, p.91).

Segundo Vizentini (2019), pelo estreitamento das relações com os Estados Unidos desde a década de 1960 e o desenvolvimento econômico e militar do país, em virtude dessa ajuda norte-americana, o Estado de Israel pode ser considerado como país desenvolvido, ou seja, do

Norte Global. Vizontini (2019, p.10,11) afirma que Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Canadá fazem parte do grupo de países herdeiros da colonização europeia, com poder econômico e militar que possibilita a ação autônoma no sistema internacional. Israel como “[...] partes integrantes e ativas (embora discretas) do grupo. Israel, tangencialmente, está associado ao grupo, mas tem uma agenda regional própria, mantém certa independência e é uma potência nuclear.” (VIZENTINI, 2019, p.12).

#### 1.4 Considerações Finais

Este capítulo teve por objetivo analisar o conceito de autonomia através da abordagem do realismo neoclássico. Devido às diferentes capacidades materiais entre os Estados dentro da estrutura internacional, cada um desses atores acabou por ter uma posição diferente e capacidade de ação autônoma distintas.

A estrutura internacional acabou por provocar uma divisão entre os Estados, aqueles com capacidade de autonomia e ação no sistema internacional, e aqueles que têm essa capacidade reduzida ou quase inexistente. Analisamos desta forma, que a busca por autonomia internacional poder ser uma estratégia utilizada pelos Estados dependentes para responder as pressões do sistema internacional.

Como exposto, os países do Terceiro Mundo buscaram a autonomia internacional por meio da cooperação e aproximação entre eles, se colocando de forma distante e questionadora sobre as disputas entre as potências na Guerra Fria. Os sinais e informações fornecidos pelo contexto das disputas ideológicas levaram muito países do Terceiro Mundo a não se alinhar a um dos blocos de poder, mas buscar a autonomia internacional como forma de resposta a esses constrangimentos.

Destacamos que os conceitos de Terceiro Mundo e Sul Global possuem similaridades por se referirem aos Estados dependentes do sistema. Esta não é somente uma divisão geográfica, mas política e econômica em consequência das diferentes posições dos Estados no sistema internacional em virtude da divisão de trabalho (WALLERSTEIN, 2004).

A região da América Latina e do Oriente Médio foram dois exemplos que utilizamos para analisar os países dependentes do sistema internacional. A América Latina desenvolveu suas próprias escolas de pensamento para responder às assimetrias do sistema internacional na busca pela autonomia internacional, através do desenvolvimento econômico.

Para o Oriente Médio, a autonomia esteve vinculada à estratégia de se desvincular do passado colonial em relação às potências ocidentais e posteriormente a estratégia de cooperação com outros países periféricos.

Enquanto que Israel, apesar de se encontrar geograficamente no Oriente Médio é considerado um país do Norte, pelo seu vínculo ideológico com os Estados Unidos e o seu poder militar e econômico que o faz ser parte integrante do Norte Global.

## **2 A BUSCA PELA AUTONOMIA INTERNACIONLA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

Este capítulo tem por objetivo conceituar a autonomia para a política externa brasileira. O recorte temporal da análise da autonomia para a política externa brasileira desta pesquisa compreende o período do final da década de 1940, com o governo Eurico Gaspar Dutra, até o governo Luís Inácio Lula da Silva, na primeira década dos anos 2000.

Para compreendermos a autonomia para o caso específico do Brasil, a pesquisa busca analisar os impactos na condução da política externa em diferentes governos brasileiros. Com o intuito de, nos capítulos seguintes compreender como a autonomia teve papel importante para a relação do Brasil com o conflito Israel – Palestina.

O capítulo se divide em cinco seções. A primeira visa entender qual o interesse da política externa brasileira pela autonomia internacional. A segunda busca analisar algumas correntes de interpretação da autonomia dentro dos estudos de política externa brasileira e seus principais autores.

As três seções finais se destinam a analisar as classificações de autonomia que a pesquisa adotará, são elas: a *autonomia pela distância*, a *autonomia pela participação* e a *autonomia pela diversificação*. Esses conceitos guiarão a análise desta pesquisa sobre a atuação e postura do Brasil diante dos desdobramentos das tensões e tentativas de negociação do conflito Israel - Palestina.

### **2.1 Autonomia para a política externa do Brasil**

O recorte temporal que faremos para a análise da política externa brasileira compreende da segunda metade do século XX até a primeira década dos anos 2000. O Brasil, dentro da estrutura internacional, é um país sem capacidades materiais de poder (militar e político) e com um desenvolvimento econômico ainda pequeno diante das grandes potências. Diante dos constrangimentos e pressões externas que ocorreram em diversos momentos daquele período, a busca por uma ação autônoma foi a principal estratégia do Brasil para diminuir a dependência de outros países (CERVO, 2003; SPEKTOR, 2014; VIGEVANI e CEPALUNI, 2011).

De acordo com Jaguaribe (1979) o Brasil é considerado um país dependente e periférico, mas com um caráter autônomo regional. “Irã e Brasil são dois exemplos atuais de países que

estão emergindo da dependência e indo para uma autonomia regional, com possibilidade de acesso a autonomia geral.” (Jaguaribe, 1979, pg. 95, *tradução nossa*)<sup>27</sup>.

Segundo Spektor (2014), os fatores sistêmicos contribuem para se entender a política externa brasileira e o seu projeto autonomista. A política externa do Brasil se adaptou ao contexto externo ao longo das décadas, buscando responder a pressões externas e limites impostos por outros países, com intuito de diminuir as assimetrias internacionais.

Segundo Campos Mello, (2000) a ação autônoma internacional do Brasil esteve vinculada em diversos momentos à relação com os Estados Unidos. Como grande potência continental e mundial, a influência dos Estados Unidos no Brasil sempre foi muito imperativa, nas relações econômicas e comerciais. As relações com os Estados Unidos ao longo do século XX se alternaram entre um alinhamento ou um afastamento, mas nunca foram de confrontação (PECEQUILO, 2009). A aproximação com outros países, em especial com os da América do Sul, visava se desvincular da condição de dependência.

A busca pela autonomia internacional para a política externa brasileira pode ser considerada como uma estratégia ou projeto para superar a posição de dependência no sistema internacional. Segundo Spektor (2014) a autonomia também foi usada pela política externa como um instrumento cujo objetivo foi garantir espaço e margem de manobra para o Brasil no sistema internacional, diminuindo assim seu caráter periférico. O autor destaca que o Brasil utilizou quatro tipos de estratégias em diversos governos para alcançar a autonomia, são eles: balanceamento, diversificação, distanciamento, pertencimento (SPEKTOR, 2014, p.28-31).

No que se refere aos fatores internos, o aparelho burocrático do Estado brasileiro foi se fortalecendo e desenvolvendo um projeto próprio de autonomia. Mesmo com governos tão distintos em suas orientações políticas e ideológicas e visões de mundo diferentes, o projeto autonomista sempre esteve presente na política externa brasileira (SPEKTOR, 2014; VIZENTINI, 2005).

O projeto desenvolvimentista desenvolvido pela CEPAL, que analisamos no capítulo anterior, foi considerado como de interesse nacional. Este modelo contribuiu para o aprimoramento da busca pela autonomia internacional e as respostas que os governos brasileiros deram às informações do sistema internacional.

A presença do Itamaraty, como corpo burocrático especializado, na condução e formulação da política externa brasileira também foi importante para o desenvolvimento do projeto autonomista (LIMA, 1994, p.33).

---

<sup>27</sup> Texto em língua estrangeira é: “Irán y Brasil son dos ejemplos actuales de países que están emergiendo de la dependencia y yendo hacia una autonomía regional, con posibilidades de acceso a la autonomía general.”

## 2.2 Principais linhas conceituais de autonomia para análise da política externa brasileira

Os estudos sobre política externa brasileira são uma área em expansão dentro da academia e possuem algumas linhas de interpretação. Nesta breve subseção buscaremos apresentar as principais linhas de pensamento e conceitos de autores que analisam a política externa brasileira dentro da busca pela autonomia internacional no período pós Segunda Guerra Mundial.

Os conceitos que serão apresentados foram criados pelos autores como forma de contribuir para os estudos de política externa brasileira. Buscando dessa forma, criar paradigmas de análise e explicação da realidade da ação internacional do Brasil no contexto da autonomia (CERVO, 2003, p.6).

Apesar das diferentes formas de analisar o tema da autonomia na política externa brasileira, os diversos autores que estudam o tema dividem, de modo geral, a autonomia em quatro principais períodos da história recente do Brasil. O primeiro período compreende o final da década de 1940 até os anos 1960, o segundo período do final dos anos 1960 até os anos de 1989. O terceiro período, dos anos 1990 com o final do processo de redemocratização no governo de Collor de Melo e terminando no governo de FHC. Por fim o período de 2000 a 2010 que abrange o segundo mandato de FHC e todo o governo Lula.

A análise de Amado Cervo (2003) sobre a autonomia na política externa brasileira divide a política externa brasileira em três momentos principais. Com base nessa divisão o autor classifica a política externa em três modelos de inserção internacional: o Estado desenvolvimentista de 1930 a 1989, o Estado Normal de 1990 até 2002 e o Estado Logístico de 2002 até 2010. Esta análise sobre a autonomia tem por enfoque principal a área econômica brasileira dentro do modelo de desenvolvimento proposto pela CEPAL e depois com o modelo neoliberal.

Para Maria Regina Soares de Lima (1994) a análise da política externa brasileira na busca por autonomia internacional se inicia na década de 1900 ainda no período do barão do Rio Branco. A autora divide em três períodos principais: o período americanista, o período globalista e o período do revisionismo.

O período americanista (1902 - 1960) pode ser ainda dividido em duas outras classificações: o americanismo ideológico (governo Gaspar Dutra) e o americanismo pragmático (período Barão do Rio Branco, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek e o período de 1964-1974). O período Globalista foi marcado pela autonomia em relação aos Estados Unidos. Com destaque para o desenvolvimento econômico com influência da CEPAL. Os

governos marcados por esta classificação foram segundo Lima (1994), o período da Política Externa Independente (PEI) de 1961 a 1964 e o governo de Ernesto Geisel 1974 até os anos 1990. Por fim, com o início do século XXI com o governo Luis Inácio Lula da Silva dá-se início ao período do Revisionismo.

Para Maria Regina Soares de Lima (2018), a ação autônoma do Brasil pode ser verificada em determinados momentos e em situações específicas, e não como algo recorrente e contínuo. Ou seja, para ela a autonomia na política externa é algo atípico e de exceção na política externa brasileira. A autora define autonomia como a ação autônoma por protagonismo e contestação da estrutura internacional, que podem ser verificados no período da Política Externa Independente (1961-1964) e no governo Lula da Silva (2003-2010).

A análise de Letícia Pinheiro (2000) faz uma classificação semelhante, mas com uma nomenclatura diferente. Esta autora divide a análise de política externa em três momentos: o paradigma do americanismo, que se subdivide em americanismo ideológico, definido como uma maior afinidade e aliança com os Estados Unidos (período de 1946 a 1951 e 1964 a 1967) e o americanismo pragmático, cuja característica foi aproveitar a aproximação como meio de promover o desenvolvimento (período de 1902 a 1945, 1951 a 1961 e 1967 a 1974);

O segundo momento foi o paradigma globalista, conceituado como período de maior diversificação das relações exteriores do Brasil. Dividido em globalismo “grotiano” no período da PEI (1961-1964) e globalismo “hobbesiano” no período de 1974 a 1990, com a volta do período democrático. Por fim, o Institucionalismo pragmático que se restringe a década de 1990 até os anos 2000.

Após esta análise das principais vertentes sobre a política externa brasileira ao longo do século XX as próximas seções analisarão os conceitos de autonomia que nortearam esta pesquisa. As contribuições de Fonseca Jr. (1998) e Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2011) na construção do conceito de autonomia para a política externa brasileira abrangem o período do governo Dutra até o governo Luis Inácio Lula da Silva, buscando compreender o comportamento do Brasil no cenário internacional desde os anos 1940 até o início do século XXI.

Os conceitos de autonomia que usaremos na análise da política externa do Brasil são: a *autonomia pela distância*, a *autonomia pela participação* e a *autonomia pela diversificação*. Em cada um desses períodos a autonomia foi exercida de uma forma diferente, com um olhar diferente do sistema internacional e das respostas que os governos deram aos constrangimentos sistêmicos na busca pela autonomia internacional.

### 2.3 A *Autonomia pela distância*

Esta seção está dividida na análise dos fatores externos e fatores internos da política externa brasileira no período da *autonomia pela distância*. O período histórico se estende do pós Segunda Guerra Mundial em 1947, com o início da ordem internacional bipolar da Guerra Fria, até 1989. O conceito foi proposto e desenvolvido por Gelson Fonseca Jr. definido como

1º) “autonomia pela distância” como uma política de não-aceitação automática dos regimes internacionais prevalecentes e, sobretudo, a crença no desenvolvimento parcialmente autárquico, voltado para a ênfase no mercado interno; conseqüentemente, uma diplomacia que se contrapõe a certos aspectos da agenda das grandes potências para se preservar a soberania do Estado Nacional; (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, pg. 283)

O contexto internacional deste período marcado pelas disputas ideológicas da Guerra Fria moldou as relações entre os países na lógica do alinhamento com algum dos dois polos de poder no contexto bipolar. As relações do Brasil com os Estados Unidos foram influenciadas pelo contexto da Guerra Fria, com momentos de alinhamento e outros de distanciamento.

A distância “qualificada” (FONSECA Jr. 1998) que a política externa adotou era de distanciamento dos grandes problemas e debates internacionais. “(...) a autonomia pela distância tem se caracterizado por um desenvolvimento econômico autárquico, baseado em um forte sentimento nacionalista, e pelo distanciamento dos grandes temas internacionais, buscando alianças Sul-Sul.” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, pg.30).

Como o Brasil não possuía as capacidades materiais capazes de influenciar os desdobramentos da Guerra Fria, a política externa brasileira se posicionou pela defesa pelo desarmamento de armas nucleares, o respeito ao Direito Internacional, a solução pacífica de conflitos e a ampliação das relações comerciais com países do Terceiro Mundo como forma de se proteger dos constrangimentos externos e pressões internacionais (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011).

[...] não tínhamos instrumento de poder, mas oferecíamos propostas sobre quais seriam os melhores caminhos para um mundo mais pacífico estável: o desarmamento geral completo, a solução de controvérsias pelos meios pacíficos, o respeito ao direito internacional, a aceitação dos organismos multilaterais como foros de criação de legitimidade, a condenação de soluções de força etc.(FONSECA Jr. 1998, p.362)

Desta forma, a orientação da política externa do Brasil neste período tinha por diretrizes o respeito às normas internacionais, em especial às resoluções da Organização das Nações Unidas. A legitimidade internacional da ONU diminuía a influência das grandes potências.

Desta forma, a atuação dos Estados na ONU contribuía para a autonomia internacional (PECEQUILO, 2009; SPEKTOR, 2014).

As relações do Brasil com os países do Terceiro Mundo se mantiveram na mesma lógica de distanciamento. O Brasil defendeu a independência e a soberania dos países periféricos. No entanto, o Brasil não se alinhou ao grupo dos países do chamado Movimento dos Não Alinhado, pois o Brasil se manteve atrelado aos valores ocidentais.

[...] como melhor opção diplomática, uma distância “qualificada” no debate e na negociação dos principais temas do período da Guerra Fria [...] nunca se identificou completamente com aquelas advogadas pelo Movimento Não- Alinhado [...]. Tentamos equilibrar o nosso não-alinhamento específico, que nos aproximava de posições gerais do Terceiro Mundo, com uma medida de lealdade aos valores ocidentais [...] (FONSECA Jr. 1998, pg. 360-361)

No que se refere aos fatores internos do Estado brasileiro neste período, podemos destacar que este período foi marcado pelo projeto econômico desenvolvimentista, como caminho para a autonomia no cenário internacional. Marcado pelo modelo desenvolvimentista da CEPAL a política externa brasileira tentou romper com a dependência dentro da estrutura internacional, marcada pela divisão centro e periferia (CERVO, 2003). O objetivo da política externa era superar a posição de dependência internacional por meio do desenvolvimento da sua indústria nacional.

Os governos brasileiros que buscamos analisar ao longo desta pesquisa, possuem suas singularidades e particularidades no que se refere à condução externa do Brasil. Cada presidente teve que lidar com informações e limitações diferentes que o sistema internacional bipolar fornecia, se adaptando às conjunturas externas. O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 - 1951) foi marcado pelo alinhamento ideológico com os Estados Unidos (LIMA, 1994; NETO, 2012, p.53, 54). Dentro da lógica da Guerra Fria para a contenção do comunismo, a ajuda do Brasil dentro da ideia da segurança coletiva ao lado dos Estados Unidos permeou a política externa (MARTINS, 1975, p.59-66). O governo brasileiro rompeu as relações com a URSS e se aliou ao bloco ocidental.

A lógica da segurança coletiva de contenção do comunismo impactou nas relações entre os Estados Unidos e a região da América Latina. A criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947 e a Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948, dentro do sistema interamericano de segurança hemisférica contribuíram para a influência dos Estados Unidos na região (CERVO e BUENO, 2011).

No governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) se buscou desenvolver a Operação Pan - Americana (OPA), cooperação hemisférica de desenvolvimento, dentro da ideia do modelo

desenvolvimentista no Brasil e na América Latina. Alegava-se que a causa do subdesenvolvimento na região era causada pela falta de investimentos<sup>28</sup> e o pequeno desenvolvimento industrial. Assim, a ajuda econômica promoveria o desenvolvimento industrial de diversos países latino-americanos. Além disso, se afirmava que esse subdesenvolvimento poderia abrir espaço para as ideias comunistas se espalharem pela região. (PINO, 2014). A política externa do governo Juscelino Kubitschek foi marcada pelo alinhamento com os Estados Unidos, mas como barganha nacionalista através da OPA (LIMA, 1994; NETO, 2012, p.53,54).

O período da Política Externa Independente (PEI) foi marcado pela busca da autonomia internacional por meio do aumento das relações e parcerias econômicas com outros países, se afastando dos Estados Unidos (PECEQUILO, 2009; VIZENTINI, 2007, p23-32). Os governos de Jânio Quadros e João Goulart visaram à aproximação com o Terceiro Mundo, em especial os países latino-americanos e países africanos, na área comercial, mas sem alinhamento ideológico ao projeto dos países não alinhados (MAPA, 2016). Essa aproximação com outros países tinha por interesse o desenvolvimento econômico do país, através do universalismo (SARAIVA e VIGEVANI, 2016).

Os governos no período da PEI receberam os sinais e informações do sistema internacional dentro da lógica das disputas Norte – Sul, que levaram a política externa se voltar para os países do Sul. Nas décadas de 1950 e 1960, diversas ex-colônias na África e Ásia estavam finalizando ou consolidando o processo de descolonização e o Movimento dos Países Não Alinhados ganhava espaço internacional. Apesar do não envolvimento ideológico, o Brasil apoiou o direito à autodeterminação dos povos, a não intervenção e emancipação dessas ex-colônias (PECEQUILO, 2009, 183). Nesse mesmo período também houve aproximação com os países socialistas.

A aproximação do Brasil com o Terceiro Mundo através da I Conferência da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) promovida pela ONU e a participação no G-77 são exemplos de uma aproximação com estes países periféricos. No entanto, para Campos Melo (2010) e Leite (2011) era ainda muito limitada e sem vínculos políticos e ideológicos.

Os principais princípios que guiavam a Política Externa Independente eram

---

<sup>28</sup> No pós Segunda Guerra Mundial, a Europa através do Plano Marshall recebeu investimentos dos Estados Unidos para a reconstrução econômica e como forma de contenção do comunismo no continente (CERVO e BUENO, 2011, p.305-320).

a) a defesa da paz, da coexistência pacífica e do desarmamento geral; b) o apoio aos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, dentro da estrita obediência ao direito internacional; c) o suporte à emancipação dos territórios ainda não autônomos, sob qualquer designação jurídica; d) autonomia na formulação de projetos de desenvolvimento econômico e na implementação de ajuda internacional; e) a ampliação dos mercados externos para a produção brasileira, através de facilidades alfandegárias em relação à América Latina e da intensificação do comércio com todos os países, inclusive os da comunidade socialista (VIZENTINI, 2008, p.20)

Com a volta das tensões ideológicas entre Estados Unidos e União Soviética em consequência da crise dos mísseis em Cuba em 1962, as relações entre esses países se tornaram difíceis. Alguns países buscaram resolver as tensões, que poderia levar a uma guerra nuclear, através da defesa do desarmamento. Nesse período também se desenvolveu a tese do Congelamento do Poder Mundial pelo Ministro das Relações Exteriores, João Augusto de Araújo Castro. Ideia que defendia que a estrutura do sistema internacional na Guerra Fria de disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética nos anos 1960, marcada pela *Détente* “congelava” a possibilidade de diminuir as assimetrias do sistema internacional, não permitindo espaço para que os países periféricos saíssem da condição de dependentes e da influência das potências (UZIEL, 2010, p.85, 86). Este “[...] congelamento do poder mundial, que indica a assimetria existente entre os países do Norte e do Sul, reivindicando para as nações do Terceiro Mundo tratamento igualitário” (PECEQUILO, 2009, pg.184). O Brasil defendia o desarmamento geral de todas as nações, no entanto, as grandes potências concordavam em um desarmamento parcial.

O Tratado de Não - Proliferação, ponto mais alto da *détente* entre a URSS e os Estados Unidos, é o instrumento central dessa política de congelamento do Poder Mundial. (...) Institucionalizava a desigualdade entre as nações e parece aceitar a premissa de que os países fortes se tornarão cada vez mais fortes e de que os países fracos se tornarão cada vez mais fracos. ( CASTRO, 1971, p.40 e 41)

Após mudanças internas do Brasil e mudanças externas, um governo oriundo de um golpe militar que ocorreu em 1964 teve como primeiro presidente Humberto Castelo Branco com a volta da lógica de disputas ideológicas e visão do sistema internacional marcado pelas disputas Leste – Oeste. Este primeiro governo foi marcado pela volta do alinhamento ideológico com os Estados Unidos, defesa dos valores ocidentais e pela ideia da contribuição do Brasil com a segurança hemisférica contra a ameaça comunista. No entanto, esta aproximação com os Estados Unidos não trouxe os benefícios e resultados esperados (MARTINS, 1975, p.58-67).

Segundo Martins (1975), a partir do governo de Costa e Silva ocorrem mudanças importantes na interpretação das informações e dos sinais do sistema internacional alterando a

lógica de interpretação das disputas Leste - Oeste, que passaram a ser vista como disputas Norte - Sul pela política externa brasileira.

Os governos seguintes mantiveram essa mesma postura buscando o distanciamento das questões internacionais de disputas ideológicas e buscando o fortalecimento do desenvolvimento nacional. “O regime militar posteriormente recupera as prioridades da autonomia e do desenvolvimento visando a construção de uma potência média no sistema internacional.” (PECEQUILO,2009, pg.184).

No governo de Ernesto Geisel, as mudanças da percepção das disputas internacional ganharam mais força na política externa brasileira. O interesse nacional pelo desenvolvimento econômico passou a guiar as diretrizes da política externa. O governo Geisel deu preferência pelas relações com os países do Terceiro Mundo, dentre eles os países africanos e do Oriente Médio e certo afastamento das relações com os Estados Unidos. Essa política externa ficou conhecida como “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”. A partir desse governo, deu-se início a aproximação com os países árabes que dependia de petróleo estrangeiro para o desenvolvimento industrial.

A Política Externa Independente, no período 1960-1964, e a política do Pragmatismo Responsável, iniciada pelo Governo Geisel, foram períodos em que os formuladores de política externa brasileiros procuraram romper a camisa de força da perspectiva ideológica Leste-Oeste e buscaram acrescentar a perspectiva Norte-Sul, que colocava a questão do desenvolvimento como prioridade. (GONÇALVES, 2017, pg. 54)

A política externa de “[...] Geisel, [...] governos Figueiredo e Sarney, vão ainda mais longe, voltando a buscar para o país uma maior margem de manobra no plano internacional, uma política exterior realmente de dimensões mundiais e, sobretudo, voltada a um projeto de desenvolvimento econômico e fortalecimento nacional.” (VIZENTINI, 1994, p.35). O período da PEI e do governo Geisel possuem alguns pontos de semelhança, pela política do universalismo, busca de novos parceiros para o Brasil e crítica ao congelamento de poder mundial (SARAIVA e VIGEVANI, 2014).

O governo de José Sarney foi marcado pelo período de transição para a democracia do Brasil, após 21 anos de ditadura. Na política externa brasileira, apesar de já apresentar sinais de crise, o projeto desenvolvimentista ainda era o guia da atuação autônoma do Brasil. A nova Constituição do Brasil de 1988 manteve e reafirmou algumas das bases da política externa do Brasil nas suas relações internacionais.

I-independência nacional; II- prevalência dos direitos humanos; III- autodeterminação dos povos; IV- não-intervenção; V- igualdade entre os Estados; VI- defesa da paz; VII- solução pacífica dos conflitos; VIII-

repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX- cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X- concessão de asilo político (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art.4º)

## 2.4 A *Autonomia pela participação*

O segundo período de busca pela autonomia internacional para a política externa brasileira foi classificada por Fonseca Jr. (1998) como *autonomia pela participação*, na qual a ação da política externa do Brasil deveria ser diferente da anterior. Esta seção novamente busca compreender os aspectos externos e internos que influenciaram a política externa.

O fim da Guerra Fria e da bipolaridade entre as duas grandes potências trouxeram alterações para o sistema internacional. Os Estados Unidos se tornaram a única potência na ordem internacional unipolar e tiveram um crescimento econômico expressivo (PECEQUILO, 2008; WALLERTEIN, 2003). O bloco do Terceiro Mundo que vinha perdendo espaço nos anos 1980 diminuiu ainda mais sua atuação internacional devido ao fim do projeto dos Países Não Alinhados. Na América Latina, a crise nos anos 1980 deu fim ao projeto desenvolvimentista, substituindo pelo neoliberalismo.

Além disso, crises e tensões em várias partes do mundo não escaparam da percepção da política externa brasileira. Dentre elas pode-se citar a Guerra do Golfo e a crise na extinta Iugoslávia.

Muitos dos conflitos sociais, étnicos, políticos, estratégicos e religiosos que haviam sido congelados durante a bipolaridade, recuperaram sua lógica, contrapondo-se a este suposto cenário de estabilidade entre as potências dominantes, sustentando fortes instabilidades na periferia e na reorganização de poderes regionais em suas zonas de influência (e levando em conta o declínio do império soviético). (PECEQUILO, 2009 pg.42)

Para se adequar aos novos tempos, o Brasil precisava mudar sua forma de atuação nas questões internacionais. Essa mudança ocorreu por meio da renovação de credenciais internacionais através da participação em debates em questões que eram de pouco interesse para a política externa do Brasil até aquele momento (HIRST e PINHEIRO, 1995).

A autonomia, hoje, não significa mais “distância” dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis. Ao contrário, a autonomia se traduz por ‘participação’, por desejo de influenciar a agenda aberta com valores que exprimem tradição diplomática [...] voltamos ao Conselho de Segurança nos biênios 1988-89 e 1993-94 e estamos presentes em várias operações de paz da ONU. (FONSECA Jr., 1998, p. 368-369)

Além disso, essa participação promoveu uma maior aceitação e “[...] adesão aos regimes internacionais, inclusive os de cunho liberal (como a OMC), sem perder a capacidade de gestão da política externa. [...] o objetivo seria influenciar a própria formulação dos princípios e das regras que regem o sistema internacional..” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, pg.35,36)

Como exemplo, podemos citar uma maior participação do Brasil em encontros internacionais em temas de direitos humanos e de meio ambiente, como a participação na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92 ou Rio-92).

Destacamos também a atuação do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), na qual o Brasil participou das negociações na Rodada do Uruguai. A percepção que se tinha era que a OMC poderia ajudar na redução das assimetrias internacionais por meio do respeito às normas internacionais e promover uma maior competitividade econômica internacional. No entanto, no governo Cardoso, o Brasil inicia uma aproximação com os países emergentes, como a Índia e a África do Sul sobre as patentes farmacêuticas em oposição aos Estados Unidos.

Em 1997, o Brasil assinou o Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares (TNP). Segundo Vizontini (2005), a assinatura do tratado era compatível com o novo viés da política externa voltada para a aproximação com o Norte Global, no qual “[...] o Brasil cumpria apenas os compromissos com os países do Primeiro Mundo e com os organismos internacionais.” (VIZENTINI, 2005, p.384).

Por fim, destacamos que a partir do governo Fernando Henrique Cardoso o Brasil começa a manifestar um maior interesse em entrar no Conselho de Segurança da ONU. No entanto, esse interesse não levou o governo brasileiro a buscar apoio de outros países (VIZENTINI, 2005; ALMEIDA, 2004; PECEQUILO, 2008).

Segundo Arraes (2006), o interesse de se tornar um membro permanente do Conselho está vinculado à renovação de credenciais que marcaram a política externa dos anos 1990 e também ao interesse em democratizar o sistema internacional com intuito do Brasil poder participar mais da ordem internacional. No entanto, este projeto não foi levado a diante.

No Brasil, mudanças internas provocadas pelo fim do modelo desenvolvimentista na economia substituem este modelo econômico pelo neoliberalismo (CERVO, 2003). O primeiro governo deste período foi o de Fernando Collor que se afastou “[...] do paradigma da política externa consolidado desde Geisel, centrando-se no objetivo de alinhar-se com as posições e valores do Primeiro Mundo.” (CAMPOS MELLO, 2000, p.6,7). Segundo Lima (1994), o novo governo tinha superado a lógica das disputas ideológicas Leste - Oeste da Guerra Fria. Da

mesma forma não analisava o contexto internacional pela lógica das disputas entre o Norte Global e o Sul Global.

O governo Collor se caracterizou pela política externa voltada preferencialmente às relações com os países do Norte, em especial numa reaproximação com os Estados Unidos (PECEQUILO, 2009, p. 194; HIST, PINHEIRO, 1995). Segundo Campos Mello (2000) e Hirst e Pinheiro (1995) o governo de Itamar Franco, após o impeachment de Collor, manteve e aprofundou as mesmas novas diretrizes da política externa brasileira.

O último governo da década de 1990, o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso manteve a política externa estabelecida. No entanto, este governo deu início à diplomacia presidencial, que se caracterizou pela influência do presidente e de seu ministro das relações exteriores Luiz Felipe Lampreia (1995-2002) (Vizentini, 2005).

Segundo o autor Vizentini (2005), mudanças na política externa brasileira aconteceram no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso pela retomada das relações com os países do Sul (PECEQUILO, 2009, p.197). O novo enfoque das relações externas do Brasil buscou aproximação maior com o Mercosul<sup>29</sup>, dentro da dimensão regional da América do Sul, como forma de elevar a posição do Brasil no cenário internacional. O Mercosul “[...] era visto pela administração FHC como uma base possível para a integração econômica da região com o mundo e conducente ao fortalecimento das relações econômicas na região e fora dela.” (ALMEIDA, 2004, p.173). Essa nova condução da política externa se manteve no governo Lula e depois foram aprofundadas.

As relações com os Estados Unidos, no segundo mandato de Cardoso, se distanciaram em relação à aproximação que foi promovida no governo Collor (PECEQUILO, 2008; VIZENTINI, 2005). Segundo Pecequilo (2009), deixou-se a relação vertical com os países do Norte que eram privilegiadas desde o governo Collor e passou-se a priorizar também as relações horizontais com os países do Sul Global e o início das relações com os países emergentes.

Alguns autores afirmam que existem diferenças e semelhanças entre o governo Fernando Henrique Cardoso e o governo Lula da Silva (VIZENTINI, 2005; NOTARI, 2017). Para Saraiva (2013), a principal diferença dos governos FHC e Lula da Silva são os atores internos que participavam da formulação e implementação da política externa, em especial dentro do Itamaraty. Essas mudanças trouxeram alterações na percepção do sistema

---

<sup>29</sup> Os diálogos para a criação do Mercosul se iniciaram no governo Sarney e assinados no governo Collor em 1991.

internacional. No entanto, a autora também aponta semelhanças como “[...] o apoio aos regimes internacionais foi substituído por um comportamento revisionista de reformar as instituições internacionais.” (SARAIVA, 2013, p.76).

Também existem semelhanças entre esses dois governos, segundo Vigevani e Cepaluni (2007, p.290), os objetivos de uma ação autônoma como forma de inserção do Brasil foram mantidos, apesar de alguns ajustes na formulação da política externa.

## 2.5 A *Autonomia pela diversificação*

O conceito de *autonomia pela diversificação* foi cunhado pelos autores Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007, 2011). Este conceito abrange os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Os principais aspectos da *autonomia pela diversificação* foram a aproximação de parceiros internacionais não tradicionais, com destaque para os parceiros do Sul, além da defesa de reformas em organizações internacionais, como a ONU, o fortalecimento do multilateralismo e uma maior atuação e participação do Brasil em temas que antes eram de pouco interesse para política externa brasileira (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011).

Hirst, Lima e Pinheiro (2010) analisam que a política externa no governo Lula da Silva teve por objetivo uma maior aproximação com os países do Sul Global. Esse interesse teve por objetivo promover uma maior inserção do Brasil com papel de liderança internacional. Essa nova política externa permitiria ao Brasil alcançar mais espaço e autonomia no sistema internacional (LIMA, 2005).

Com o intuito de promover essa aproximação com os países do Sul Global a política externa do governo Lula da Silva priorizou parceiros não tradicionais nas relações externas do Brasil. No entanto, as relações com os parceiros tradicionais não foram esquecidas. Segundo Pecequillo (2008), o governo Lula da Silva buscou manter uma política externa vertical e horizontal com diversos países. As relações verticais seriam com os países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos e os países europeus, mas também com o Japão. As relações horizontais se dariam com os países do Sul, em especial os países emergentes e países sul-americanos.

Estas demandas referem-se ao perfil do país como uma nação de Terceiro Mundo, que trafega com responsabilidade e projeção entre seu espaço, o das grandes nações periféricas emergentes e o Primeiro Mundo, oferecendo uma perspectiva pós-globalização e de crítica construtiva. A dimensão do orgulho, da inserção autônoma no sistema internacional por meio da retomada da tradição multilateral global e o

reequilíbrio dos eixos Norte-Sul (Vertical/Horizontal) são peças-chave. (PECEQUILO, 2009, p. 203)

Dentre os que são considerados parceiros não tradicionais na prioridade da política externa estão os países da América do Sul, países africanos, os países do Oriente Médio e os considerados emergentes que compõe o BRICS (grupo formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Para o caso da América do Sul, o governo Lula da Silva deu enfoque especial para o fortalecimento do Mercosul e parcerias bilaterais com outros países da região, como a Venezuela e a Argentina. No caso do continente africano o destaque foi na área comercial e na área de cooperação em diversos setores, tais como infraestrutura, cooperação técnica e saúde.

A diversificação de parceiros foi a resposta que o governo Lula da Silva deu ao sistema internacional na busca pela autonomia internacional. Segundo Gonçalves (2011), a política externa autônoma visava o questionamento do sistema internacional e das instituições internacionais influenciadas pelas potências do Norte Global. O autor afirma que as organizações internacionais, tais como a ONU, Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a OMC por exemplo, são expressões dos valores e interesses dos países do Norte Global. Desta forma, a política externa brasileira adotou um perfil revisionista em relação às instituições internacionais.

Como os países dependentes do sistema internacional não possuem as capacidades materiais suficientes para alterar as instituições internacionais, a cooperação dos países do Sul buscou questionar e “democratizar” as relações internacionais, com intuito de diminuir as assimetrias sistêmicas (PECEQUILO, 2008; LIMA, 2005; ALMEIDA). Com essa percepção do cenário internacional, o governo Lula da Silva se aproximou dos países emergentes, tendo como objetivo o revisionismo da estrutura de poder internacional, a qual permitiria uma maior atuação autônoma desses países (PECEQUILO, 2008).

Segundo Notari (2017), a cooperação com o Sul Global foi utilizada pela política externa brasileira no governo Lula da Silva como instrumento de projeção internacional. A autora analisa os papéis que a política externa do Brasil buscou desempenhar no intuito de alcançar uma maior autonomia internacional. O primeiro foi o papel de ponte entre o Norte e o Sul, baseado na identidade social e cultural do Brasil. O país devido ao seu caráter cultural de diversidade e miscigenação tem a capacidade de dialogar com todos os povos. “[...] como mediador entre as grandes potências e as demais, posicionando-se na defesa dos direitos das potências menores e, simultaneamente, aspirando conquistar o status equivalente ao das grandes potências.” (LIMA, 2005, p.8).

Diferentemente do período da *autonomia pela distância* e da *autonomia pela participação*, o Brasil, no contexto da *autonomia pela diversificação*, se identifica agora com os valores dos países Sul e utiliza essa aproximação como poder de barganha e meio de obter espaço na hierarquia no sistema internacional (VIGEVANI, CEPALUNI, 2007).

O segundo papel foi de agente de mudança do status quo, com intuito de balancear o poder das potências por meio da aproximação com o Sul Global. Desta forma, a aproximação com o Sul adotou um caráter mais político do que econômico em relação ao período anterior. Mesmo nos governos do período da PEI e do presidente militar Ernesto Geisel, nos quais se preferiram uma diversificação de parceiros, as relações com o Sul eram mantidas em caráter econômico exclusivamente.

Essas mudanças na condução externa do Brasil alteram as relações com os Estados Unidos em relação ao período anterior. O governo Lula da Silva manteve as relações com a potência mundial, dentro da relação vertical (PECEQUILO, 2008), mas discordou das ações dos Estados Unidos nas áreas econômicas, por exemplo, no Consenso de Washington, e político-militar, em especial a política externa norte-americana depois dos atentados de 11 de setembro de 2001.

Por fim, destacamos o interesse do Brasil em se tornar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU que se manteve, porém as motivações se modificaram. O governo Lula da Silva defendia a democratização da instituição e maior participação de outros países (VIZENTINI, 2005; ALMEIDA, 2004; PECEQUILO, 2008). O Conselho de Segurança da ONU criado no contexto do final da Segunda Guerra Mundial precisaria de reformas internas, dentre as quais a inclusão de novos países. O grupo chamado de G-4, composto por Brasil, Índia, Alemanha e Japão tinham interesse em entrar como novos membros permanentes do Conselho de Segurança. Essas mudanças aconteceriam em virtude das alterações na conjuntura internacional que foi marcada pelo multilateralismo e ascensão de novos polos de poder.

Ainda no âmbito da ONU, apesar do Brasil já ter participado de outras missões de paz da ONU, a atuação na missão de paz no Haiti adotou um caráter diferente. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007, p.303), a atuação na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (sigla Minustah) em 2003, foi condizente com esse interesse do Brasil de maior projeção externa através da atuação em questões internacionais que até aquele momento era de pouco ou nenhum interesse da política externa brasileira.

Para a diplomacia brasileira, a presença do Brasil no Haiti contribuiria para o interesse de entrar no Conselho de Segurança da ONU, devido à atuação em temas de segurança

internacional. Além disso, a aprovação da missão de paz pela ONU reforça o multilateralismo defendido pelo Brasil.

## 2.6 Considerações Finais

Este capítulo buscou analisar o conceito de autonomia para a política externa brasileira. Verificou-se que existem algumas correntes de análise sobre a autonomia, mostrando que é um tema relevante para a área acadêmica no Brasil.

A autonomia foi utilizada em diversos governos brasileiros como estratégia para superar a dependência do Brasil dentro da estrutura internacional, em especial sua dependência em relação aos Estados Unidos. Analisamos três formas diferentes de atuação autônoma do Brasil que foram influenciadas pelo cenário internacional no qual se encontravam.

A *autonomia pela distância*, *autonomia pela participação* e *autonomia pela diversificação* como atuação e estratégia internacional foram respostas ao contexto internacional específico. Cada um desses modelos foi a resposta da política externa brasileira aos constrangimentos e sinais do sistema internacional.

Por fim, esses conceitos permitiram analisar as relações do Brasil com o Terceiro Mundo ou Sul Global e com os países do Primeiro Mundo ou Norte Global. Em relação ao Norte Global, a aproximação ou o afastamento em relação aos Estados Unidos esteve vinculado ao interesse e a percepção de cada governo brasileiro.

No período da *autonomia pela participação* percebeu uma maior aproximação com os Estados Unidos, em consequência da política externa do presidente Collor. No período da *autonomia pela distância* e da *autonomia pela diversificação*, as relações com os Estados Unidos se mantiveram mais distantes, como algumas exceções. Nos governos da PEI, do presidente militar Geisel e do presidente Lula da Silva a preferência pelos países do Sul ganhou destaque com objetivo de obter maior autonomia para o Brasil.

### **3 A RELAÇÃO DO BRASIL E O CONFLITO ISRAEL - PALESTINA (1947-2002): DA AUTONOMIA PELA DISTÂNCIA A AUTONOMIA PELA PARTICIPAÇÃO**

Este capítulo histórico tem por objetivo principal fazer uma análise das relações de diversos governos brasileiros diante do desenvolvimento do conflito Israel – Palestina ao longo do século XX, no contexto da interpretação da perspectiva de uma política externa autônoma no cenário internacional. O recorte temporal deste capítulo será de 1947 até 2002.

O ano de 1947 foi marcado pelo Plano de Partilha do território da Palestina proposta na Assembleia das Nações Unidas. Na sequência se analisa o período que se estende de 1948 até o final da década de 1980, intervalo no qual se destacam a Guerra dos Seis Dias em 1967 e a Guerra do Yom Kippur em 1973. Finalmente analisamos as negociações dos acordos de Oslo nos anos 1990 e o início da Segunda Intifada no início dos anos 2000.

Ao longo do período em análise buscamos verificar situações em que as negociações entre o governo de Israel e os líderes palestinos tiveram avanços e retrocessos. As relações conflituosas foram marcadas por momentos de maior e de menor tensão e também com momentos de relativa paz em encontros que foram realizados para se tentar chegar a um possível acordo entre Israel e os líderes palestinos.

Ainda que a questão do conflito envolva o Estado de Israel e a independência do território da Palestina, não se pode fazer uma análise das tensões locais sem entender as relações e participação nas negociações de alguns países vizinhos. Dentre eles, se destacam o Egito, a Jordânia, o Líbano e a Síria. Esses países também são atores fundamentais para a questão territorial e as questões que envolvem os milhares de refugiados palestinos são os motivos para as maiores divergências entre Israel e os palestinos. As negociações que envolveram líderes palestinos e Israel também contaram com a presença de representantes desses países. Isso ocorreu nos encontros dos Acordos de Oslo em meados dos anos 1990 (SANTOS, 2014; CASARÕES, VIGEVANI, 2014).

Além da presença desses atores locais, a atuação dos Estados Unidos também foi importante para se compreender a evolução e os desdobramentos das tentativas de negociação entre os países árabes e Israel. Ao longo do período que analisaremos, os Estados Unidos começaram a se interessar pela região do Oriente Médio dentro da lógica da bipolaridade da Guerra Fria. O estreito vínculo estratégico que os Estados Unidos e Israel desenvolveram ao longo do século XX teve impacto direto no conflito Israel – Palestina (MEARSHEIMER e WALT, 2006). Da mesma forma, os outros países da região, em sua maioria árabes, receberam o apoio da União Soviética e da China durante esse período (MOHAMMED, 2014).

Ao longo deste capítulo colocaremos em foco e analisaremos como se deu a atuação do Brasil diante das divergências, negociações e tensões entre Israel, os palestinos e os países árabes vizinhos, acima referidos. Assim, ao mesmo tempo em que forem sendo apresentados os principais eventos que marcaram as relações desses atores, será analisado como os governos brasileiros se posicionaram diante dos acontecimentos na região numa ação autônoma internacional. Os diversos governos brasileiros nesse período histórico apresentaram especificidades que serão exploradas nas seções deste capítulo.

Este capítulo será dividido em três seções, além desta introdução e da conclusão. A primeira seção terá por objetivo principal contextualizar as relações do Brasil com Israel e com a Palestina utilizando como linha interpretativa a busca por autonomia que conduziu a política externa brasileira. A segunda seção se destinará a analisar como a *autonomia pela distância* moldou a atuação, a postura e a relação do Brasil diante do conflito Israel – Palestina no contexto da Guerra Fria. A terceira seção visa analisar como a *autonomia pela participação* moldou a política externa do Brasil a partir das mudanças sistêmicas dos anos 1990 e influenciou nas relações com a região do Oriente Médio.

### **3.1 Relações do Brasil com o conflito Israel – Palestina**

Esta seção se destina a contextualizar as relações do Brasil com o conflito Israel - Palestina pós 1947 com o intuito de mapear como a busca por autonomia foi exercida pelos diferentes governos brasileiros em mais de 50 anos. Pode-se dividir a participação do Brasil em dois períodos: de 1947 a 1989 e de 1990 até o ano 2002; o primeiro período dentro do âmbito exclusivo da ONU e o segundo dentro e fora do âmbito da ONU (SANTOS, 2000; PIMENTEL, 2002).

A Partilha do território que depois levou à criação do Estado de Israel e ao território da Palestina levanta temas importantes para as relações internacionais como a autodeterminação dos povos, soberania e direitos humanos.

Segundo Santos (2000), o Brasil teve uma participação bem distante das questões do conflito. De acordo com a autora, por mais de 50 anos o Brasil manteve uma relação de equidistância dos lados do conflito, se limitando apenas em seguir as resoluções da ONU, apoiando a manutenção da paz na região e a defesa da autodeterminação dos povos.

Desde a Partilha (1947), a ONU tem promovido inúmeras reuniões e aprovado resoluções que tentaram ajudar a manter a paz e a estabilidade na região. Mas o que pôde ser

visto ao longo das décadas foram desrespeitos dos dois lados sobre os territórios ocupados, desrespeitos sobre os direitos dos dois povos e ataques a civis. Muitos encontros têm sido feitos dentro e fora da ONU, mas ainda está longe de se chegar a algum consenso. Em parte isso se deve ao fato do conflito Israel - Palestina envolver muitos atores (regionais e extrarregionais), interesses conflitantes (político e religioso) e vidas humanas que sofrem no meio deste conflito.

A política externa brasileira ao longo da segunda metade do século XX buscou exercer uma postura autônoma nas diversas sessões da ONU e nos votos nas resoluções sobre o conflito Israel - Palestina. Esta autonomia foi exercida em diversas ocasiões, notadamente nas votações de resoluções na ONU nas quais foram distintas dos votos dos Estados Unidos, seguindo o voto da maioria dos países (SANTOS, 2000; CASARÕES e VIGEVANI, 2014).

[...] mudanças ocorridas no sistema internacional, assim como o padrão de relacionamento do Brasil com os Estados Unidos, afetaram, marcadamente, a percepção e a ação da diplomacia brasileira na ONU com relação a Israel, configurando ação governamental de autonomia relativa.” (SANTOS, 2000, p. 67)

Além disso, o Brasil buscou se manter neutro em relação aos dois atores do conflito e seguiu um posicionamento coerente com as normas internacionais. “[...] o nosso padrão histórico de votação é o esforço para adaptar a nossa atuação à percepção dos interesses do país perante a evolução dos fatos.” (PIMENTEL, 2002, p. 301). Segundo Pimentel (2002) a política externa do Brasil adotou uma postura pragmática, defendendo uma solução pacífica do conflito.

O Brasil manteve um discurso coerente nas diversas reuniões da ONU para o conflito Israel - Palestina. As principais diretrizes da política externa brasileira foram defender a solução pacífica das disputas, o respeito pela inviolabilidade dos territórios, a defesa da autodeterminação, a defesa da criação e da soberania dos Estados e uma solução para a questão dos milhares de refugiados palestinos (SANTOS, 2000; PIMENTEL, 2002).

### **3.2 A *Autonomia pela distância* e o conflito Israel – Palestina**

O período da política externa brasileira na qual se insere a *autonomia pela distância* se estende do final da década de 1940 até 1989 (FONSECA Jr. 1998). Neste período os diversos governos do Brasil tiveram uma postura de distanciamento das questões que envolvem o conflito Israel – Palestina. Este pouco envolvimento se deveu ao fato de o Brasil não possuir uma política externa voltada para o Oriente Médio e também pelos constrangimentos da Guerra Fria que dificultavam uma presença maior na região (SANTOS, 2000).

Desde o Plano de Partilha (1947), os diversos governos brasileiros se colocaram contra quaisquer atos de violência na região, tanto de Israel como dos países árabes. Além de se posicionarem contra interferências das potências na região e defenderam a autodeterminação dos povos e a soberania dos Estados.

### 3.2.1 De 1947 – 1964

O primeiro período da política externa a ser analisado se estende de 1947 a 1964. O Brasil teve sua primeira participação na questão da criação dos dois Estados, quando o país, representado por Osvaldo Aranha, teve uma marcante atuação no Plano de Partilha aprovado pela Resolução 181 das Nações Unidas em 29 de novembro de 1947. Naquele momento o Brasil fazia parte do Conselho de Segurança da ONU no biênio 1946-47 (SANTOS, 2000, p. 22). Segundo Gomes (2001) o papel de Osvaldo Aranha durante a sessão de Partilha foi fundamental para as negociações na Assembleia da ONU<sup>30</sup>.

A atuação de Osvaldo Aranha na Assembleia da ONU e o voto favorável do Brasil ao Plano de Partilha foram influenciados pelo alinhamento neste momento com os Estados Unidos. Além disso, o caráter pessoal americanófilo de Osvaldo Aranha fez com que o Brasil se posicionasse do lado estadunidense no que se refere à partilha da Palestina. (SANTOS, 2000, p. 27 - 28; VIZENTINI, 1994; SOUZA, LOPES, DULLIUS, 2018, p.11)

No governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) a região da Palestina ganhou seu primeiro espaço na agenda de política externa brasileira. Devido ao alinhamento com os Estados Unidos, o voto do Brasil na sessão de partilha em 1947 acompanhou o voto norte-americano (SANTOS, 2000, p. 23; VIGEVANI e KLEINAS, 2000, 71-113). A Resolução 181 (II)<sup>31</sup>, apesar de ter sido aprovada com 33 votos, 10 abstenções e 1 ausência, obteve 13 votos contrários. Todos os países árabes membros da ONU votaram contra essa resolução<sup>32</sup>. O Plano de Partilha através da resolução 181 foi aprovado recomendando “[...] a partilha política do território do mandato.

---

<sup>30</sup> Osvaldo Aranha foi embaixador em Washington de 1934 a 1937 e foi ministro das Relações Exteriores no governo Vargas de 1938 a 1944. Em 1947 foi convidado pelo presidente Dutra para substituir como chefe da embaixada do Brasil nos Estados Unidos. No mesmo ano foi eleito presidente da Assembleia Geral da ONU em 28 de abril de 1947 e presidiu as sessões sobre a questão Palestina. (SANTOS, 2000, p.23 - 29; VIGEVANI e KLEINAS, 2000, p.75-79)

<sup>31</sup> Biblioteca Digital das Nações Unidas. Documento do Plano de Partilha. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/210008?ln=en>> Acesso 7 abr. 2022. Lista dos por país da resolução 181(II). Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/671195?ln=en>> Acesso 7 abr. 2022

<sup>32</sup> Países que votaram contra: Afeganistão, Arábia Saudita, Cuba, Egito, Grécia, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria, Turquia e Yemê.

Seriam criados um Estado árabe e outro judeu, associados entre si numa unidade econômica. Jerusalém seria internacionalizada [...]” (OLIVEIRA, 2002, pg. 307).

O Estado de Israel logo depois da Partilha consegue sua independência em 1948 após a guerra de independência ou guerra árabe-israelense, seguido do seu reconhecimento internacional, em especial pelo rápido reconhecimento por parte dos Estados Unidos e de seu ingresso como membro da ONU em 1949 (SANTOS, 2000, GOMES, 2001).

Após a aprovação da Resolução se intensificaram os movimentos violentos na região contrários à divisão da Palestina. A guerra árabe – israelense que ocorreu logo em seguida envolveu o Egito, a Jordânia, o Iraque, a Síria, o Líbano e os palestinos (GOMES, 2001).

Apesar do alinhamento com os Estados Unidos no governo Dutra, o que se pode perceber pelos votos do Brasil na ONU sobre as questões que envolviam o conflito Israel – Palestina refletiu “[...] a percepção do governo brasileiro quanto a adequação de seu posicionamento, visando à concretização daquele objetivo e sua maior, ou menor, margem de manobra.” (SANTOS, 2000, p.20).

O desrespeito por parte do Estado de Israel da Resolução 181 sobre o status da cidade de Jerusalém e a expansão territorial feita durante a guerra de independência em 1948, levou o Brasil a somente reconhecer o Estado de Israel em 7 de fevereiro de 1949. Além disso, no que se refere à entrada de Israel por meio da Resolução 273(III) de 11 de maio de 1949 como membro da ONU, o Brasil se absteve.<sup>33</sup>

Depois da independência, o Estado de Israel buscou manter o controle político na região da Palestina. A partir de então, o Estado de Israel começou a fazer os assentamentos pela região descumprindo as determinações da resolução de Partilha de 1947, ignorando e não respeitando a presença palestina e consolidando sua influência sobre o território.

Para Said (2012), a Partilha feita através da mediação da Grã Bretanha e a consequente criação do Estado de Israel tiveram impactos diretos na vida dos palestinos e dos países do entorno. Além disso, Edward Said também afirma que “[...] o sionismo *nunca* se afirmou explicitamente como um movimento de libertação judaica, mas sim como um movimento colonial de assentamento no Oriente.” (SAID, 2012, pg. 78).

Alguns anos depois, já no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Brasil se envolveu novamente com a região do Oriente Médio. Neste período ocorreu uma importante

---

<sup>33</sup>Biblioteca Digital das Nações Unidas. Documento de admissão de Israel como membro das Nações Unidas. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/210373?ln=en#record-files-collapse-header>> Acesso 23 mar. 2022. Lista dos votos por país da resolução 273 (III). Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/671023?ln=en>> Acesso 23 mar. 2022

crise entre Israel e o Egito. A chamada Crise do Canal de Suez<sup>34</sup>, em decorrência da nacionalização do canal feita pelo Egito em 1956 (SANTOS, 2000, p. 35-43), despertou novas tensões na região. Em resposta à nacionalização, as potências europeias se envolveram e Israel ocupou a Península de Sinai. A instabilidade na região se tornou insuportável e o Conselho de Segurança da ONU se envolveu. No entanto, devido à paralisação causada por divergências entre os membros permanentes do Conselho de Segurança, o caso da Crise de Suez passou a ser discutido na Assembleia Geral da ONU (UZIEL, 2010, p.47,48).

De outro lado, 1956 e os acontecimentos subsequentes marcam o início do acirramento da disputa hegemônica entre os Estados Unidos e a União Soviética na região médio-oriental, que até então escapara em alguma medida da lógica bipolar. [...] Daí em diante, os acontecimentos no Oriente Médio, notadamente as relações entre Israel e os países árabes, serão fortemente permeadas pelas disputas entre soviético e norte-americanos na região. (DEMANT, 2002, p.264)

A partir daquele momento se propôs um cessar-fogo entre Israel e o Egito estabelecido em 7 de novembro de 1956. Em consequência, a evacuação da presença inglesa e francesa na região e a criação de uma missão de paz foram orientadas por diversas resoluções aprovadas pela Assembleia Geral<sup>35</sup>. O Brasil participou da Força de Emergência das Nações Unidas (FUNE ou UNEF) de 1957 até 1967<sup>36</sup> com o envio de mais de 3.000 soldados para o Egito a pedido do Secretário Geral da ONU (SANTOS, 2000, p.38-43). Outros membros da ONU também participaram desta operação, são eles: Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia.

[...] criação de um novo tipo de forças armadas, para a “manutenção da paz”, não prevista na Carta da ONU. A Força Internacional de Emergência das Nações Unidas-United Nations Emergency Force (UNEF) – portanto, foi uma força simbólica, da qual não participavam as grandes potências.” (SANTOS, 2000, p. 38).

---

<sup>34</sup> O Canal de Suez era de interesse para a França e Grã-Bretanha que utilizavam o canal como rota marítima. Em 1956, o governo de Gamal Abdel Nasser nacionalizou o canal que causou descontentamento dos dois países europeus.

<sup>35</sup> Resoluções 997 (ES-I), 998 (ES-I), 999 (ES-I), 1000 (ES-I), 1001 (ES-I) e 1002 (ES-I). (UZIEL, 2010 p.48). Biblioteca Digital das Nações Unidas. Texto das Resoluções. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/208417?ln=en>> Acesso 18 abr.2022

<sup>36</sup> Os governos brasileiros que participaram da Missão da ONU no Canal de Suez foram Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart, Castelo Branco e Costa e Silva.

Nas diversas reuniões da Assembleia da ONU, nas quais se discutiu a questão do Canal de Suez, o Brasil se colocou a favor do imediato cessar dos ataques, a retirada das tropas israelenses, francesas e britânicas dos territórios e a defesa da livre circulação no Canal de Suez. Segundo Santos (2011) e Uziel (2010, p.83) a atuação do Brasil nessa importante missão de paz foi relevante em contribuir para uma maior visibilidade do país no cenário internacional.

[...] o Brasil não se poderia furtar a ajudar na manutenção da paz em área crucial como o Oriente Médio, visto ser país de tradição pacifista e defensor da justiça, cuja disposição de agir deveria estar clara a todos os outros Estados porque fora colocado em posição de destaque em relação aos pequenos países integrantes das Nações Unidas. [...] A contribuição brasileira derivaria do interesse de consolidar a capacidade operativa da Organização e de projetar-se no interior dela como ator relevante, como Estado que naquele momento passava por momento de crescimento econômico acelerado e fase democrática, caracterizada pelo otimismo. (UZIEL, 2010, p.83)

Os dois governos anteriores à ditadura militar foram os governos de Jânio Quadros e o governo de João Goulart (1961-1964). Este período foi marcado pela Política Externa Independente (PEI). Segundo Vizontini (1994, p. 28,29) esta política externa pode ser caracterizada pela ampliação do mercado externo numa ação multilateral, inclusive para países do bloco socialista, pelo incentivo ao desenvolvimento econômico mais autônomo, pela defesa da paz e coexistência pacífica, a defesa do desarmamento geral e pela não interferência em assuntos de outros países mantendo o respeito ao direito internacional. A condução da política externa guiadas pela PEI levou o Brasil a avançar no seu projeto de busca pela autonomia internacional se mantendo distante das rivalidades Leste – Oeste e buscando uma maior aproximação com o Terceiro Mundo, porém ainda distante do Oriente Médio.

Em 1963 o governo do Estado de Israel pediu ao Brasil que mudasse a embaixada brasileira de Tel Aviv<sup>37</sup> para Jerusalém, mas o Brasil não queria provocar uma reação dos países árabes e não mudou a embaixada (Oliveira, 2017, p.4). Esta postura do Brasil foi coerente com o respeito às normas da ONU de manter a cidade de Jerusalém como cidade internacional. Além disso, naquele momento as relações do Brasil com os países árabes começam a crescer, ainda que de uma forma acanhada (SANTOS, 2000, p.34).

A década de 1960 foi marcada por algumas mudanças no cenário internacional em decorrência da volta das tensões da Guerra Fria, entre os Estados Unidos e a União Soviética, notadamente devido à crise dos Mísseis em Cuba. No Brasil, influenciado pelas pressões externas, a partir de 1964 diversos setores políticos internos articularam um movimento que

---

<sup>37</sup> Em 1951 o Brasil abriu uma legação em Tel Aviv e em 1958 esta foi elevada à categoria de embaixada.

resultou em um golpe militar, conduzindo a política externa do Brasil de volta ao alinhamento com os Estados Unidos.

### 3.2.2 De 1964 – 1967

Após o golpe militar em abril de 1964, o governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), dentro da lógica da defesa coletiva hemisférica da Guerra Fria, voltou à postura de alinhamento ideológico com os Estados Unidos (MARTINS, 1975). As ideias da PEI foram abandonadas pelo novo governo brasileiro, mas as relações do Brasil com o conflito Israel - Palestina se mantiveram as mesmas com o respeito às normas internacionais.

O governo seguinte foi do presidente Arthur da Costa e Silva (1967-1969) que alterou novamente a visão que se tinha do contexto internacional da Guerra Fria. Se no governo anterior a lógica da Guerra Fria se baseava nas disputas Leste-Oeste, no governo Costa e Silva essa lógica foi alterada para uma visão da disputa Norte - Sul (MARTINS, 1975, p. 71).

O Brasil voltou a ser membro rotativo do Conselho de Segurança da ONU no biênio 1967-68. Neste mesmo período ocorreu o segundo grande evento que marcou as relações de Israel com os palestinos e os países árabes. A Guerra dos Seis dias em 1967 foi o evento

decorrente da ocupação feita por Israel na Península de Sinai e na Faixa de Gaza. Além do Egito, este conflito envolveu a Síria e a Jordânia, pois Israel também ocupou a Cisjordânia e as Colinas de Golã, que eram território desses dois países, respectivamente (SOUZA, LOPES e DILLIUS, 2018).

De acordo com Ziemath (2016) e Santos (2014), a posição do Brasil em resposta à Guerra dos seis dias em 1967 não foi a de simplesmente “condenar” as ações de Israel, mas sim de contribuir para uma solução definitiva para o conflito de modo geral. O Brasil, juntamente com a Argentina que também fazia parte do Conselho de Segurança da ONU naquele momento, tentou propor um projeto de resolução, mas que não foi aceito pelas grandes potências ocidentais. As principais pautas da proposta do governo brasileiro e argentino buscavam a retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados, o fim do estado de beligerância, a livre circulação nas águas internacionais na região e a solução do problema dos refugiados palestinos (SANTOS, 2000, p.47; ZIEMATH, 2016, p.55).

Por fim, foi vencedora a proposta da Grã-Bretanha que resultou na Resolução 242 (ZIEMATH, 2016, p. 55). Os principais pontos dessa resolução foram: a retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados, o cessar do estado de beligerância, a defesa do direito de

todos os Estados da área de viverem em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, liberdade de navegação pelas vias marítimas da área, a solução para o problema dos refugiados, a inviolabilidade territorial e a independência política dos Estados da área e o estabelecimento de zonas desmilitarizadas.

Em decorrência desta escalada de tensões entre Israel e os países vizinhos, a Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU de 1967 definiu as novas fronteiras e nova linha de diretrizes sobre o conflito Israel – Palestina. Essa resolução, segundo Santos (2000, p. 48-49), foi a mais importante resolução na tentativa de findar as hostilidades do conflito Israel – Palestina e também base para a definição das relações entre os diversos atores locais. A partir da Guerra dos Seis Dias em 1967, as tensões entre israelenses e palestinos aumentaram devido às anexações feitas por Israel de diversos territórios na Cisjordânia, das colinas de Golã, do território de Sinal e de parte da Faixa de Gaza.

Segundo Santos (2000), todas as seguintes resoluções da ONU tiveram como base a Resolução 242<sup>38</sup> de 1967. O Brasil a partir deste momento, quando se posicionava sobre o conflito, usava essa Resolução como guia basilar para defender o fim das tensões que aconteceram nos anos seguintes.

### 3.2.3 De 1973 - 1989

A década de 1970 foi marcada por algumas mudanças no cenário internacional. As duas Crises do Petróleo conturbaram as relações dos países produtores, em sua maioria árabe, com Israel e os países ocidentais. Diferentemente, as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética se encontravam distendidas, no período que ficou conhecido como *Détente*.

Desde a Partilha, diversos países árabes eram simpáticos aos anseios palestinos e contrários à presença do Estado de Israel e à presença de países ocidentais na região, desta forma a “[...] estratégia dos árabes de diminuir a quantidade de petróleo ofertada aos países ocidentais e, sobretudo, àqueles que apoiaram Israel no âmbito do conflito árabe-israelense.” (SOUZA, LOPES e DILLIUS, 2018, p.16) afetou diretamente as relações entre Israel e palestinos.

---

<sup>38</sup> Biblioteca Digital das Nações Unidas. Documento da resolução 242 de 1967. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/90717?ln=en> > Acesso 25 mar.2022. Lista do voto por país da resolução 242 de 1967 no Conselho de Segurança da ONU. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/280417?ln=en> > Acesso 25 mar.2022.

<sup>38</sup>Yom Kippur significa “O dia do perdão”, um dos feriados mais importantes do calendário judaico.

Segundo Leite (2011), a crise do petróleo na década de 1970 mostrou que apesar dos países árabes serem do Terceiro Mundo e conseqüentemente em posição de dependência na estrutura internacional, estes tinham o petróleo como poder de barganha junto aos países do Primeiro Mundo.

As relações voltaram a ficar tensas entre Israel e os países árabes no feriado judaico do Yom Kippur<sup>39</sup> entre 6 de outubro a 25 de outubro de 1973. Israel sofreu ataques do Egito, da Síria, do Iraque, da Jordânia e do Marrocos. Evento este que criou novamente tensão e instabilidade na região, despertando novamente a atenção da ONU.

As tensões entre esses países, decorrentes da crise do petróleo, se tornaram uma questão importante para diversos países dependentes desse recurso, entre eles o Brasil. O projeto desenvolvimentista brasileiro no governo militar de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) contribui para uma mudança nas relações do Brasil com a região do Oriente Médio.

O petróleo que o Brasil importava da região era importante para a economia que vinha crescendo (VIZENTINI, 1994) e a possibilidade de falta do produto se tornou uma questão de interesse nacional. Em decorrência disso, a região do Oriente Médio se tornou importante para o Brasil devido ao interesse por petróleo e pelo interesse de exportação dos produtos brasileiros para o mercado árabe.

No governo Ernesto Geisel (1974-1979) por meio da política externa do Pragmatismo Responsável, o Brasil buscou novos parceiros internacionais. Esta nova condução da política externa brasileira levou à aproximação com alguns países do Terceiro Mundo que se tornaram importantes para o projeto de desenvolvimento que este governo buscava alcançar.

A noção de bipolaridade foi lentamente esquecida na estratégia diplomática. Ao mesmo tempo, houve maior prioridade em questões econômicas e objetivos nacionais. O Pragmatismo Responsável foi entendido como uma meta capaz de fazer uma avaliação da situação e mais adequados aos interesses nacionais do que às restrições internacionais. Outro resultado da adoção de uma política pragmática foi que ela permitiu uma escolha entre parceiros preferidos, com ganhos concretos a serem colhidos por ambos os lados.” (OLIVEIRA, 2017, p. 12, *tradução nossa*)<sup>40</sup>

Diante das pressões do sistema internacional em decorrência do aumento do preço e da possibilidade da falta de petróleo, a diplomacia e o governo brasileiro receavam que estes acontecimentos pudessem ameaçar o projeto de desenvolvimento nacional. Diante disso,

---

<sup>39</sup> O texto em língua estrangeira é: “At the same time, there was higher priority on economic issues and national goals. Political pragmatism was understood as a goal capable of making an evaluation of the situation and better suited to national interests than international constraints. Another result of the adoption of a pragmatic policy was that it allowed a choice between preferred partners, with concrete gains to be reaped by both sides.”

decide-se por mudar a política externa para o Oriente Médio. A percepção do governo brasileiro no governo Geisel sobre as mudanças no cenário internacional teve influência na condução e atuação do Brasil na região, com impactos também na relação do Brasil com palestinos e israelenses (SANTOS e UZIEL, 2015).

Segundo Santos (2002) a partir do governo Geisel, a posição do Brasil na ONU se afasta da equidistância em relação ao conflito Israel – Palestina que até então vigora, e passa a adotar uma posição mais pragmática e de aproximação com a região do Oriente Médio. Segundo Souza, Lopes e Dullius, (2018) o Brasil vinha se mantendo distante do conflito até que as repercussões das disputas entre árabes e israelenses começaram a interferir nos interesses do Brasil, principalmente o econômico.

Devido ao interesse pelo comércio com os países do Oriente Médio, o Brasil começou a ser simpático com as causas árabes. Segundo Brun (2012), devido ao interesse econômico do petróleo o Brasil se aproxima da causa palestina. Esta aproximação não era política ou ideológica com os palestinos, mas se limitava ao aspecto econômico do projeto desenvolvimentista do Brasil. A autonomia nesse contexto estava relacionada aos interesses nacionais de obter petróleo e de poder exportar produtos brasileiros para os países árabes. A partir de então, o Brasil passou a defender mais assertivamente a autodeterminação do povo palestino e se colocar contra as ocupações de Israel nos territórios palestinos (SANTOS,2000).

Em decorrência dessa aproximação comercial com os países árabes, o Brasil a partir de 1974 começa uma aproximação com a Palestina através do reconhecimento da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) como a autoridade representativa do povo palestino. Em 14 de outubro de 1974 a OLP tinha sido convidada a ser membro observador da ONU por meio da Resolução 3210(XXIX)<sup>41</sup>, na qual o Brasil votou a favor.

Por meio das Resoluções 3236<sup>42</sup> (XXIX) e 3237<sup>43</sup> de 1974 a OLP é aceita como membro observador da ONU, porém o Brasil não votou e os Estado Unidos e Israel votaram

---

<sup>41</sup> Biblioteca Digital das Nações Unidas. Convite e aceite à OLP para ser membro da ONU. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/189832?ln=en>> Acesso 7 abr. 2022. Lista dos votos por país. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/650876?ln=en>> Acesso 7 abr. 2022.

<sup>42</sup> Biblioteca Digital das Nações Unidas. Lista de voto por país membro na Assembleia Geral da ONU. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/651005?ln=en>> Acesso 6 abr.2022. Resolução do aceite da OLP como membro observador da ONU. Disponível em: < <https://digitallibrary.un.org/record/189835?ln=en>> Acesso 6 abr. 2022.

<sup>43</sup> Biblioteca Digital das Nações Unidas. Resolução de aceite da OLP como membro observador. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/189836?ln=en>> Acesso 6 abr. 2022. Lista de voto por país membro da ONU. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/651006?ln=en>> Acesso 6 abr. 2022.

contra (SANTOS, 2000, pg. 65).

No ano seguinte, o Brasil votou a favor da Resolução 3379 (XXX)<sup>44</sup> que colocava o sionismo como forma de racismo e discriminação racial. Segundo Santos e Uziel (2015) o voto favorável do Brasil nessa resolução foi coerente com a política externa do governo Geisel de busca de uma posição autônoma no cenário internacional e longe do alinhamento com os Estados Unidos.

O voto anti-sionista na ONU foi considerado um símbolo para toda a construção do universalismo brasileiro. Houve considerável expansão das relações com os países árabes do ponto de vista político, cultural e econômico, e com a mesma intensidade, houve uma redução drástica nas relações com o Estado de Israel. (Oliveira, 2017, pg. 12, *tradução nossa*)<sup>45</sup>

No entanto, esse voto desencadeou uma suspeita da posição do Brasil em votações da ONU e repercutiu muito mal na imagem do Brasil no exterior nesse momento, em especial diante dos Estados Unidos e de Israel. (SANTOS, 2000, pg.59-64).

Este fato levou diversos países, principalmente Israel, a criticar o governo Geisel que estaria ligado aos interesses árabes. Segundo Casarões e Vigevani (2014), os votos do Brasil na ONU ao longo de todo o período analisado foram mais direcionados a uma posição pró-maioria do que a uma postura anti-Israel. Em oposição, os Estados Unidos e a comunidade judaica no Brasil e no exterior começaram a criticar o governo brasileiro pelo desrespeito aos direitos humanos na ditadura militar.

Em 17 de setembro de 1978 os acordos de Camp David<sup>46</sup> foram a primeira oportunidade para negociações entre Israel e o Egito fora do âmbito da ONU, representados por Menachen Begin e Muhammad Anwar Al-Sadat t<sup>47</sup>, respectivamente. A partir desse momento a mediação

---

<sup>44</sup> Biblioteca Digital das Nações Unidas. Resolução da ONU para a Eliminação de todas as formas de discriminação racial. Resolução 3379(XXX). Lista de voto por país membro da ONU. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/650324?ln=en>> Acesso 24 mar. 2022. Documento da resolução 3379 da ONU. Disponível em :<<https://digitallibrary.un.org/record/189598?ln=en>> Acesso 24 mar. 2022

<sup>45</sup> O texto em língua estrangeira é: “The anti-Zionist vote in the UN was regarded as a symbol for the whole construction of Brazilian universalism. There was considerable expansion of relations with Arab countries from political, cultural and economic points of view, and with the same intensity, there was a drastic reduction in relations with the State of Israel.”.

<sup>46</sup> Os acordos de Camp David em 1978 foram mediados pelo ex-presidente norte-americano Jimmy Carter (1977-1981) e assinados pelos líderes israelense e egípcio na Casa Branca em Washington D. C , nos Estados Unidos.

<sup>47</sup> Em 1978, tanto Begin como Al Sadat ganharam o Prêmio do Nobel da Paz pelos esforços em negociar a paz entre os dois países.

e negociações do conflito Israel - Palestina e das disputas entre Israel e os países árabes começaram a ser tratados em âmbito bilateral, em especial com a presença dos Estados Unidos. Segundo Huber (2018), os acordos de Camp David iniciaram a hegemonia e influência dos Estados Unidos nos processos de acordos de paz para o conflito Israel - Palestina e acordos entre Israel e os países árabes nos anos seguintes.

O último governo militar, de João Figueiredo (1979-1985) aceitou que a OLP passasse a ter um escritório de representação em Brasília o que acabou por aproximar mais ainda o Brasil dos palestinos (CASARÕES e VIGEVANI, 2014).

No governo do primeiro presidente civil, o governo José Sarney (1985-1990), eclode a Primeira Intifada em 1987, um levante popular palestino contra os assentamentos e ocupações de Israel na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. O Brasil manteve a postura de defender o fim das hostilidades, a retirada das tropas de Israel dos territórios árabes e a defesa de que todos os envolvidos deveriam respeitar as normas e resoluções da ONU.

Em 1988 outros avanços nas relações entre Israel e palestinos marcaram a região. A Organização para Libertação da Palestina (OLP) reconheceu o Plano de Partilha de 1947 que até o momento era considerado como expressão do colonialismo europeu na região (Said, 2012; DEMANT, 2002). Ainda em 1988, em 15 de novembro, a OLP declara a independência da Palestina. A Palestina foi reconhecida como Estado por vários países africanos e alguns países asiáticos, por alguns países do leste europeu, por dois países americanos Cuba e Nicarágua e pela China e pela URSS.

Segundo Wallerstein (2004), a declaração de independência e a legitimidade da soberania de um Estado precisam do reconhecimento de outros Estados. No caso da Palestina, apesar da sua independência, o não reconhecimento por parte de muitos Estados, tem sido um dos fatores que dificulta a solução do conflito Israel – Palestina.

Essa independência foi reconhecida pela ONU por meio da Resolução 43/177<sup>48</sup>. O Brasil votou a favor da resolução, no entanto Estados Unidos e Israel foram contrários. No entanto, apesar desse voto favorável ao reconhecimento pela ONU, o Brasil ainda não reconhecia a OLP de forma bilateral. Segundo a análise de Fávero e Pinheiro (2016, p.83), o

---

<sup>48</sup> Biblioteca Digital das Nações Unidas. Reconhecimento da independência da Palestina pela ONU. Documento de reconhecimento pela resolução 43/177 de 1988 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/53922?ln=en>> Acesso 6 abr. 2022. Lista votos por país da resolução 43/177. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/281677?ln=en>> Acesso 6 abr. 2022.

governo brasileiro se manteve cauteloso sobre as consequências que o reconhecimento poderia ter nas relações com Israel.

Além disso, desde 1976 a OLP vinha buscando na América Latina o apoio e o reconhecimento. No Brasil, o governo recebeu representantes diplomáticos palestinos para abrir uma representação palestina no país. Até o governo iraquiano

[...] pressionava para que houvesse o reconhecimento da OLP, ao que o Itamaraty reagiu afirmando que a Organização fora implicitamente reconhecida quando Brasil votou a favor da Resolução 3236 (XXIX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, não havendo, assim, o que “reconhecer”, mas sim, o que “autorizar”. (FÁVERO e PINHEIRO, 2016, p.81)

O Brasil somente em 1988, durante o governo Sarney, voltou a dialogar com a OLP sobre a representação palestina no Brasil. Discutiu ainda a possibilidade do Brasil reconhecer o Estado da Palestina. No entanto, o Itamaraty foi cauteloso sobre esse reconhecimento e não foi levado adiante.

Segundo Fávero e Pinheiro (2016), desde 1975 Israel pressionava o governo dos Estados Unidos a não aceitar o reconhecimento da OLP como representante do movimento nacional palestino. Isso se deve ao fato, segundo os Fávero e Pinheiro (2016), de que o reconhecimento poderia ameaçar a existência do Estado de Israel e também porque a OLP rejeitava a Resolução 242 da ONU.

### **3.3 A *Autonomia pela participação* e o conflito Israel – Palestina**

Esta seção se dedica a analisar as relações do Brasil com o conflito Israel – Palestina no período entre os anos 1990 até 2002. As mudanças no cenário internacional, em decorrência do fim das disputas ideológicas entre os Estados Unidos e a União Soviética afetam as relações entre os Estados e construíram uma nova ordem internacional. Os Estados Unidos mantiveram sua influência internacional e se manteve como potência unipolar (militar, política e econômica) ao longo da década (VIGEVANI, CINTRA e KLEINAS, 2002; MESSARI, 2006).

Para o Brasil, o final da década de 1980 e o início dos anos 1990 trouxeram grandes mudanças nas questões domésticas, sejam políticas ou econômicas. O processo de redemocratização tinha se consolidado com a eleição do presidente Fernando Collor (1990-1992). Mas em dois anos de governo o impeachment de Collor levou o seu vice, o presidente Itamar Franco, a assumir a presidência de 1992 a 1994. O último governo deste período que

analisaremos será o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) que teve dois mandatos de 1995 a 2002.

Diferentemente do contexto da Guerra Fria, a busca por autonomia nos anos 1990 levou o Brasil a participar de forma mais interessada de temas externos através das organizações internacionais. As organizações internacionais ganham especial destaque nesse momento por contribuírem com o multilateralismo e diminuir as assimetrias do sistema internacional (VIGEVANI, CINTRA e KLEINAS, 2002). O Brasil teve interesse em participar de diversos foros internacionais como estratégia de uma maior participação internacional.

### 3.3.1 De 1990 – 2002

Segundo Cervo (2000) e Messari (2006) a partir dos anos 1990 o interesse do Brasil pela região do Oriente Médio diminuiu em relação ao período anterior. Em grande medida, esse desinteresse pela região foi influenciado pelas tensões locais e pela volta das interferências de potências estrangeiras na região em consequência da Guerra do Golfo (1990 - 1991). As tensões provocadas pela invasão da coalizão internacional aprovada pela ONU no Iraque trouxeram instabilidade para toda região. O Brasil diante dos acontecimentos na região se manteve distante e não mandou tropas a ajuda internacional. Segundo Hirst e Pinheiro (1995), os Estados Unidos esperavam que o Brasil tivesse uma maior participação e atuação na promoção da segurança internacional, além de somente apoio na ONU.

O governo de Fernando Collor se caracterizou por uma política externa de reaproximação com os Estados Unidos. Essa alteração na condução da política externa provocou também uma mudança nas relações do Brasil com o conflito Israel – Palestina. O caso mais notável foi o voto favorável do Brasil a revogação da resolução sobre o sionismo como forma de racismo<sup>49</sup> (CASARÕES e VIGEVANI, 2014, pg. 163).

Mesmo com essa conjuntura de instabilidade no Oriente Médio, a década de 1990 trouxe uma esperança para os avanços nas negociações entre Israel, a OLP e países árabes. A partir da década de 1990, as negociações para solução das divergências entre Israel e os líderes da OLP, assim como entre Israel e os países árabes saem do âmbito exclusivo da ONU e passam a ser

---

<sup>49</sup> Biblioteca Digital das Nações Unidas. Documento da resolução 46/86 de 1991 da Assembleia Geral da ONU. Disponível em :< <https://digitallibrary.un.org/record/135193?ln=en>> Acesso 13 abr. 2022. Lista dos votos por país membro da ONU. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/282543?ln=en>> Acesso 13 abr. 2022.

debatidas e negociadas em encontros e conferências promovidas por outros países, em especial os Estados Unidos (SANTOS, 2014; MESSARI, 2006).

A primeira grande conferência foi a Conferência de Madri em 1991, ocorrida na cidade de mesmo nome. Por meio da mediação dos Estados Unidos e da União Soviética, foram promovidos encontros entre Israel, Síria, Líbano, Jordânia e a OLP. A delegação palestina não teve sua própria comitiva, mas foi acompanhando a delegação da Jordânia.

Ao contrário de todos os esforços diplomáticos anteriores nas conferências árabes - israelenses, esta conferência não foi convocada no final de um período prolongado de violência entre eles ou um conflitos entre o Estado de Israel e os seus vizinhos árabes. Pelo contrário, foi convocado após o mais longo período de negociações anteriores. Questões políticas e não militares dominaram a agenda de negociações. (ISRAELED, 1991)<sup>50</sup>

O principal encontro entre Israel e a OLP para negociarem uma solução para as disputas de territórios e busca de uma paz se deu nos Acordos de Oslo. As negociações que levaram aos acordos de Oslo que aconteceram entre 1993 e 1995 (I, II, III ), buscaram avançar nas negociações para a paz na região depois de alguns anos de estagnação (DEMANT, 2002).

Em agosto de 1993, as delegações palestina e israelense chegaram a um acordo secreto mediante uma troca de cartas de reconhecimento mútuo entre Itzhak Rabin e Yasser Arafat. Rabin reconhecia a OLP como representante do povo palestino, e Arafat, por sua vez, não apenas admitia a existência do Estado de Israel como ainda se comprometia a renunciar ao terrorismo. (MAIO, 2014, p.5)

Mediadas pelos Estados Unidos, durante governo Bill Clinton (1993-2001), os encontros entre Israel e líderes da OLP buscaram negociar o cessar das hostilidades, a definição territorial e paz entre eles. Os acordos foram assinados entre o ministro de Relações Exteriores de Israel, Shimon Peres<sup>51</sup> e o primeiro ministro de Israel, Yitzhak Rabin<sup>52</sup>, com o líder da OLP

---

<sup>50</sup> O texto em língua estrangeira é: “A diferencia de todos los esfuerzos anteriores de la diplomacia en el marco de las conferencias árabe-israelíes, esta conferencia no se convocó al finalizar un período prolongado de violencia entre las comunidades o un conflicto entre los Estados de Israel y sus vecinos árabes. Por el contrario, se convocó después del más largo período de negociaciones previas. Las cuestiones políticas, más que las militares, dominaron la agenda de negociaciones.”

<sup>51</sup> Shimon Peres foi primeiro-ministro de Israel nos períodos de 1984 a 1986 e de 1995 a 1996 e presidente 2007-2014.

<sup>52</sup> Yitzhak Rabin foi primeiro- ministro de 1974 a 1977 e 1992 a 1995, foi assassinado por um extremista judeu opositor ao processo de paz com os palestinos em 1995.

Yasser Arafat na Casa Branca, nos Estados Unidos. Em decorrência dos esforços para as negociações de paz, os três primeiros-ministros ganharam o Nobel da Paz em 1994.

Os principais pontos acordados na Declaração dos Princípios de Oslo, assinado em 13 de setembro de 1993 previam a

[...] retirada militar israelense de Gaza e Jericó e a criação de uma polícia palestina, constituída pelos combatentes da Fatah. O exército de Israel manteria a segurança externa. Na Cisjordânia, Israel transferiu o poder para a Autoridade Palestina em cinco áreas: educação, saúde, bem-estar social, tributação direta e turismo.” (MAIO, 2014, p.5)

A criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP) também é um dos sucessos dos acordos de Oslo II. A Organização para Libertação da Palestina (OLP) foi criada em 1964 como organização nacional da causa palestina, enquanto que a ANP foi criada durante os acordos de Oslo. A ANP acabou por receber poder político da OLP e passou a ser o representante legítimo do povo palestino.

[...] Autoridade Nacional Palestina, um arranjo institucional proto-estatal, representante oficial do povo palestino com poderes para gerenciar a vida civil. Enfim, os Acordos de Oslo mudaram a geografia política da região, permitiram a volta da liderança palestina para Cisjordânia e Gaza e provocaram uma ampla aceitação da proposta de dois estados para dois povos. (MAIO, 2014, p.5)

Porém, esses encontros não geraram respostas favoráveis e resultados concretos de nenhuma das partes (ABU- EL- HAJ, 2014; JUNGLAUS, SEDLMAIER, NASCIMENTO, 2018). Uma das principais falhas desses acordos foi a OLP ser deixada de lado em muitas negociações por ainda ser considerada oficialmente como uma organização terrorista por Israel. Somente após a criação da Autoridade Nacional Palestina que Israel reconheceu esse autogoverno como representante oficial dos interesses palestinos (FÁVERO e PINHEIRO, 2016, p. 70).

Além disso, a continuação dos assentamentos e ocupações por parte de Israel nos territórios palestinos, mesmo após a assinatura dos acordos, não permitiu que os acordos fossem mantidos. Para Demant (2002), outros fatores também foram relevantes para o fracasso dos Acordos: a crítica por parte de Israel e da OLP de que os Acordos de Oslo favoreciam somente um dos lados, em especial favorecia mais Israel. Outra crítica foi a não definição de como e quando seria estabelecido o Estado da Palestina.

Ainda nas discussões das possíveis causas para o fracasso dos Acordos de Oslo, Pecequillo (2009) afirma que a ascensão de Benjamin Netanyahu (primeiro- ministro de 1996

a 1999 e de 2009 a 2021) como primeiro-ministro em 1996 e as fragilidades do texto dos Acordos de Oslo colocaram as expectativas de paz em cheque.

Diante das negociações em Oslo, o Brasil se manteve afastado de qualquer tipo de atuação relevante. Segundo Messari (2006), não cabia ao Brasil participar das negociações em Madrid e em Oslo.

[...] desafios do mundo árabe não representava nenhum atrativo para a diplomacia brasileira, ou seja, na medida em que os interesses do Brasil não eram diretamente comprometidos nem ameaçados pela conferência de Madri, o Brasil não teve nenhum incentivo para participar do processo de paz lançado na capital espanhola em outubro de 1991. (MESSARI, 2006, pg. 252)

Depois do afastamento no governo Collor em relação ao Oriente Médio, o presidente Itamar Franco e o presidente Fernando Henrique Cardoso não participaram de nenhum encontro internacional sobre o conflito Israel – Palestina nos anos 1990. Este distanciamento do Brasil também foi influenciado pela presença mais atuante dos Estados Unidos na região em resposta à ação de intervenção no Iraque em 2001 (CASARÕES e VIGEVANI, 2014, pg.164-165).

Mesmo assim, as relações do Brasil com os palestinos foram mantidas. Em 1993, foi finalmente aberta uma delegação especial palestina em Brasília. Em 1998, o Brasil reconheceu a Autoridade Palestina e a delegação especial foi elevada à condição de embaixada.

Em reunião da 54ª Assembleia das Nações Unidas realizada em 1999 diversas resoluções sobre a questão palestina foram aprovadas. Os principais temas abordados foram a questão dos direitos humanos do povo palestino, a ajuda humanitária aos refugiados palestinos, a destinação de recursos para os refugiados palestinos, as ações de Israel em território ocupado contra os palestinos e os assentamentos israelenses em territórios ocupados.

Em todas essas resoluções<sup>53</sup> o Brasil votou favoravelmente, enquanto que os Estados Unidos votaram 12 vezes contrários, se absteve uma vez e votou favorável somente uma vez. Israel por sua vez votou contra em todas as resoluções, no entanto se absteve uma vez na votação da resolução 54/72 (PIMENTEL, 2002, p.294-300).

A segunda reunião de Camp David, nos Estados Unidos, em julho de 2000 em mais uma tentativa de paz entre Israel e a ANP também não avançou. Esta reunião bilateral também foi mediada pelo presidente norte-americano Bill Clinton, assim como os Acordos de Oslo. Os

---

<sup>53</sup> Resoluções aprovadas na Assembleia Geral das Nações Unidas entre 1º de dezembro a 6 de dezembro de 1999 sobre a questão do povo palestinos. Resolução 54/39, Resolução 54/40, Resolução 54/41, Resolução 54/42, Resolução 54/69, Resolução 54/70, Resolução 54/71, Resolução 54/72, Resolução 54/73, Resolução 54/74, Resolução 54/75, Resolução 54/76, Resolução 54/77, Resolução 54/78, Resolução 54/79 (PIMENTEL, 2002).

líderes, Ehud Barak, primeiro-ministro de Israel, e Yasser Arafat, líder da OLP, se encontraram para tentar retomar as negociações de paz entre as partes.

Com o fracasso dos encontros em Camp David, alguns países se uniram para encontrar soluções para o conflito que voltou a ser violento. O Quarteto para o Oriente Médio é composto pelos Estados Unidos, pelas Nações Unidas, pela União Europeia e pela Rússia. Este grupo foi criado com o intuito de analisar possíveis soluções para os conflitos no Oriente Médio, em especial para o conflito Israel – Palestina. O Quarteto promoveu encontros com Israel e a ANP para retomar negociações entre as duas partes, para propor o fim das hostilidades, delimitar as fronteiras e o reconhecimento mútuo.

Algumas críticas são feitas às ações de mediação do Quarteto. A principal crítica é a ajuda prioritária e apoio que os Estados Unidos fornecem a Israel, particularmente durante os encontros do Quarteto. Ainda dentro das propostas do Quarteto, o “Mapa da Paz” foi um plano com intenções de alcançar a paz e buscar meios de negociar a paz entre Israel e a ANP. No entanto, apesar desses esforços, nada de concreto foi acordado entre as partes divergentes.

O Quarteto diversas vezes fez recomendações para que as negociações entre Israel e ANP pudessem avançar após anos de estagnação, as principais são: a segurança do Estado de Israel, a solução para o Estado da Palestina, o fim das ocupações nos territórios palestinos, a necessidade de proteção a civis dos dois lados e o fim dos atos de terrorismo (Nações Unidas News, 2016). Os assentamentos de Israel em especial na Cisjordânia se intensificaram após Segunda Intifada, prejudicando assim as negociações e a possibilidade de um acordo de paz.

A Arábia Saudita também tentou propor em 2002 com apoio da Liga Árabe um acordo entre os países árabes, Israel e a Autoridade Palestina. Este acordo tinha como uma das principais pautas a devolução dos territórios ocupados por Israel desde 1967, no entanto, da mesma forma que as propostas do Quarteto para a Paz não foram atendidas, esse acordo também não chegou a ser discutido entre as partes envolvidas.

Por fim, destacamos a Segunda Intifada, que ocorreu entre 2000 a 2005.<sup>54</sup> Esta foi diferente da Primeira Intifada (1987-1993). Nos anos 2000, a revolta popular por parte dos palestinos foi muito mais violenta que a anterior, e desta vez os líderes palestinos mais radicais, como o Hamas, incentivaram a população a ir para as ruas. Em resposta, Israel fez diversos ataques aéreos contra a região da Faixa de Gaza.

---

<sup>54</sup>A Segunda Intifada se inicia depois da visita de Ariel Sharon ao Monte do Templo em Jerusalém Oriental . O que são as intifadas?. Darko Janjevic. 8/12/2017. Disponível em:< <https://www.dw.com/pt-br/o-que-s%C3%A3o-as-intifadas/a-41715345>> Acesso 21 mai. 2022

Nessa nova escalada de tensão entre Israel e os palestinos, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou em 2002 que poderia enviar tropas brasileiras para o Oriente Médio caso a ONU decidisse, mas isso nunca chegou a se concretizar. Esta mudança na postura do Brasil no final no mandato foi influenciada pela mudança na política externa “[...] reafirmando a intenção do País de cooperar com a comunidade internacional para a implementação de ações objetivando a retomada do processo de paz entre palestinos e israelenses.” (SANTOS, 2002, p.177).

### 3.4 Considerações Finais

Este capítulo teve por objetivo fazer um mapeamento histórico dos principais eventos que marcaram as relações entre Israel e a Palestina desde a Partilha em 1947 até o início do século XXI, apontando como o Brasil participou e atuou nesse período. A autonomia internacional do Brasil exercida através das votações na ONU, na defesa das normas internacionais, na defesa da autodeterminação dos povos e da soberania se confirmou na sua política externa.

No período da Guerra Fria, a política externa brasileira para o conflito Israel – Palestina se mostrou coerente com a *autonomia pela distância* do Brasil. O Brasil se manteve de forma geral, desde 1947 até os anos 1970, distante dos eventos que marcaram as relações entre Israel e os palestinos. Em grande medida esta distância foi influenciada pelos constrangimentos que a Guerra Fria impôs sobre a política externa brasileira.

Nos governos do período da PEI e dos presidentes militares Costa e Silva, Médici e Geisel a política externa brasileira buscou uma aproximação com os países do Terceiro Mundo, mas com motivações diferentes para cada um daqueles governantes. A relação com os países do Terceiro Mundo não foi pautada pelo alinhamento com as ideias e o projeto de autonomia dos Países Não Alinhados, mas pelo interesse nacional econômico do Brasil. A interpretação do sistema internacional dos governos pela lógica da disputa Norte e Sul influenciou a política externa brasileira a defender as pautas árabes e palestinas.

A partir dos anos 1970 a relação do Brasil com o conflito Israel - Palestina se altera, mas ainda é marcada pela busca por *autonomia pela distância*. Segundo Santos (2000), o Brasil até aquele momento não tinha uma política externa direcionada para o Oriente Médio. A aproximação pragmática iniciada no governo Geisel com os países árabes foi motivada apenas pelos interesses comerciais e estratégicos para o projeto desenvolvimentista.

Essa mudança na política externa brasileira de aproximação com os países árabes não significou se colocar contra os interesses de Israel, mas sim marcar uma postura autônoma em relação aos Estados Unidos que apoiavam Israel na ONU.

Os dois únicos governos desse período que votaram em consonância com os Estados Unidos foram no governo Dutra e Castelo Branco, mas não significou uma mudança radical com a posição até então adotada. Em diversos momentos no período analisado, o posicionamento do Brasil nas resoluções da ONU que se referiam ao conflito Israel – Palestina foi diferente do posicionamento dos Estados Unidos, mostrando assim a autonomia nos votos brasileiros.

Destacamos ainda no período da *autonomia pela distância* a oportunidade do Brasil reconhecer o Estado da Palestina em 1988 de forma bilateral. No entanto, a cautela do governo brasileiro em não prejudicar as relações com Israel fez com que essa decisão fosse postergada.

Com o fim das disputas ideológicas da Guerra Fria, a partir dos anos 1990 no governo Collor, em conformidade com o interesse de aproximação com os Estados Unidos, o Brasil vota na revogação da resolução 3379 da ONU que colocava o sionismo como forma de racismo (CASARÕES e VIGEVANI, 2014).

A *autonomia pela participação* na política externa brasileira não se traduziu numa maior atuação do Brasil diante das negociações dos acordos de Madri em 1991 e dos acordos de Oslo. Como foi exposto ao longo da seção, a presença norte-americana como um dos maiores articuladores desses acordos desestimulou a atuação do Brasil nas negociações. Além disso, a Guerra do Golfo e a invasão do Iraque afastaram o Brasil da região. Nos anos 1990, o Brasil se afastou das questões do Oriente Médio que só voltaram a ser de interesse para a política externa brasileira no final do governo Fernando Henrique Cardoso. A partir do mapeamento da tradição da política externa brasileira para o conflito Israel – Palestina poderemos analisar no próximo capítulo as mudanças realizadas no governo Lula.

As resoluções citadas ao longo deste capítulo podem ser encontradas na tabela 3 (p. 136) e tabela 4 (p.138) desta dissertação.

## **4 A RELAÇÃO DO BRASIL COM O CONFLITO ISRAEL - PALESTINA (2003-2010): A AUTONOMIA PELA DIVERSIFICAÇÃO**

Este capítulo tem por objetivo analisar como a *autonomia pela diversificação*, que caracterizou o governo Lula da Silva, teve influência na condução e nas mudanças na política externa brasileira para o conflito Israel – Palestina, dentro da perspectiva da busca por autonomia internacional.

Visamos identificar as mudanças na política externa brasileira para o Oriente Médio dentro da diversificação de parceiros e aproximação com o Sul Global. Além disso, nosso principal objetivo visa às mudanças que ocorreram na atuação diante do conflito Israel – Palestina, que resultou no reconhecimento do Estado da Palestina em 2010.

Como exposto no primeiro capítulo, a política externa de um Estado é o resultado das influências dos fatores domésticos e também dos fatores externos. Desta forma, este capítulo buscará analisar, na primeira seção, os atores internos que atuaram diretamente na formulação da política externa e a visão desses atores do cenário externo, com enfoque no presidente Lula da Silva e os demais ministros do governo.

A segunda seção visa expor a conjuntura internacional naquele período, com intuito de entendermos em que contexto o governo Lula da Silva se inicia e quais foram os sinais e informações fornecidos pelo sistema internacional aos atores domésticos. Na terceira seção, ainda analisando os fatores externos, buscamos entender as mudanças entre os atores no conflito Israel – Palestina.

A quarta seção visa discorrer sobre a relação do governo brasileiro com o conflito Israel – Palestina, com intuito de analisarmos as mudanças que o presidente Lula da Silva fez na atuação e postura do Brasil para os desdobramentos e para as tentativas de negociações para a paz, dentro da perspectiva autônoma do Brasil no contexto da *autonomia pela diversificação*.

Esta seção se dividirá em 3 subseções, a primeira abordará a tentativa de mediação do governo brasileiro para o conflito Israel - Palestina; a segunda e a terceira subseção abordarão as relações bilaterais entre o Brasil e Israel e entre o Brasil e a Autoridade Palestina entre 2003 e 2010.

### **4.1 Fatores domésticos no governo Lula**

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil em 2003 trazendo mudanças internas que se refletiram na atuação externa do país. A política interna de Lula da Silva tinha por enfoque o combate à fome, a desigualdade social e a pobreza.

Como características pessoais do presidente, destacamos a sua atuação como metalúrgico e seu viés sindicalista e filiação ao Partido dos Trabalhadores<sup>55</sup>. Foi candidato à presidência, em 1989, na chapa adversária a Fernando Collor e Itamar Franco. Tentou a eleição novamente em 1994 e em 1998 contra Fernando Henrique Cardoso, mas perdeu nas duas votações.

Nas eleições de 2002, foi eleito e se tornou o 35º presidente do Brasil, tendo como vice José Alencar. A atuação de Lula da Silva como presidente foi marcada pela diplomacia presidencial, esta caracterizada pela presença do presidente na condução e formulação da política externa brasileira. A personalidade de Lula da Silva como líder carismático e interesse pessoal na condução da política externa no período provocou mudança nas relações exteriores do Brasil (SANTOS, 2014; GONÇALVES, 2011; ALMEIDA, 2004). Segundo Leite (2011), o presidente Lula tinha sua própria leitura do sistema internacional e como o Brasil deveria participar da ordem internacional.

Um segundo ator relevante e sempre presente na formulação da política externa é o Itamaraty. Ao longo do século XX, o Itamaraty desenvolveu uma tradição e atuação como corpo burocrático e autônomo, com profissionais especializados na condução externa do Brasil. Com o poder executivo mais presente na condução da política externa, o Itamaraty perde espaço como principal e único formulador (SANTOS, 2014; SARAIVA, 2007).

Segundo Saraiva (2010) a corrente autonomista do Itamaraty que vigorou no governo Lula, teve por objetivo principal a projeção autônoma, o universalismo e uma maior presença do Brasil no cenário internacional. Para alcançar esses objetivos se propunha a reformas nos regimes internacionais, a aproximação do Brasil com países do Sul e a reforma das instituições internacionais, em especial a ONU na intenção do Brasil entrar no Conselho de Segurança como membro permanente (SARAIVA, 2013; VIGEVANI e SARAIVA, 2014).

Para sair da condição de dependência, o Brasil deveria se aproximar de países parecidos e de países que tivessem a mesma percepção e “[...] caráter político estratégico em relação ao embate Norte - Sul, e buscam uma aproximação com países emergentes que teriam características comuns ao Brasil.” (SARAIVA, 2013, p.66).

---

<sup>55</sup> O Partido dos Trabalhadores foi criado em 1980. Lula foi presidente do partido de 1980 a 1988 e de 1990 a 1994.

Dentre alguns diplomatas dessa corrente autonomista, podemos destacar dois que tiveram uma presença constante e atuante na formulação da política externa brasileira no governo Lula da Silva. O primeiro foi o diplomata Celso Amorim<sup>56</sup> e ministro das Relações Exteriores do Brasil de 2003 a 2010. Sua principal atuação foi na promoção e aprofundamento das relações econômicas e políticas do Brasil com os países do Oriente Médio, com diversas visitas à região e encontro com líderes locais. O segundo foi Samuel Pinheiro Guimarães, embaixador, diplomata e Secretário-Geral das Relações Exteriores no governo de Lula de 2003 a 2009.

Por fim, destacamos o partido do presidente Lula da Silva, que também teve uma atuação marcante na condução e principalmente na formulação da política externa (VIGEVANI e SARAIVA, 2014; SOUSA, 2018). Com um viés político mais à esquerda e com enfoque mais social, o Partido dos Trabalhadores tinha uma visão diferente sobre a atuação externa do Brasil em relação aos governos anteriores. A atuação externa do Brasil

previa uma “política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial. O PT apresenta com clareza sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional”. Não constava, do primeiro programa, menção explícita à política externa, mas o “Plano de ação”, anexo à plataforma programática, contemplava os seguintes pontos no item 6: “Independência Nacional: contra a dominação imperialista; política externa independente; combate a espoliação [sic] pelo capital internacional; respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1984a, p. 14-15; 1984b, p. 9-13 apud ALMEIDA, 2003, p.88)

O principal objetivo da política externa brasileira deveria ser a busca por uma aproximação com os vizinhos sul-americanos através da integração regional. Além disso, a presença de Marco Aurélio Garcia, um dos fundadores do PT, como Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais nos dois governos Lula e no governo seguinte também marcou a nova diretriz externa do governo.

O PT compartilhava valores com o grupo autonomista do Itamaraty acerca da atuação internacional do Brasil, esta que vigorou nos dois mandatos do presidente Lula de priorizar a “[...] independência nacional, a postura contrária à dominação imperialista, a política externa independente, o respeito à autodeterminação dos povos e a solidariedade aos povos da América Latina.” (NOTARI, 2017, p.260,261).

Desta forma, os três atores acima destacados (presidente Lula da Silva, diplomatas autonomistas e o PT) foram importantes para promover as mudanças na política externa

---

<sup>56</sup> Nos anos 1990 foi ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco e chefe da Missão Permanente do Brasil na ONU de 1995 a 1999.

brasileira no governo Lula, as quais se direcionaram pelo aprofundamento das relações com os países do Sul Global. A política externa brasileira nesse momento tinha por objetivo as relações com outros países dependentes dentro da estrutura internacional, dando um enfoque social para essas relações e de questionamento da ordem vigente.

#### 4.2 Fatores externos no governo Lula

A virada para o século XXI, no início dos anos 2000, trouxe mudanças para as relações internacionais. O incentivo ao multilateralismo, a integração regional e o crescimento dos países emergentes tiveram destaque nas relações entre os Estados.

Um importante evento internacional foram os atentados às Torres Gêmeas em Nova Iorque nos Estados Unidos em 2001, que levaram à guerra do Iraque (2003) e do Afeganistão (2001) no governo Georg W. Bush (2001-2009). Devido a esses acontecimentos, a presença norte-americana no Oriente Médio se intensificou pautada pela política externa da “Guerra ao Terror” na luta contra o terrorismo (DEMANT, 2006; MESSARI, 2006).

As relações entre os Estados Unidos e os países árabes vinham se tornando tensas e difíceis já há algumas décadas. Desde a Revolução iraniana em 1979 e desde a interferência da coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos na Guerra do Golfo em 1991, vários países do Oriente Médio foram tomando um sentimento antiocidental e anti-Estados Unidos (MESSARI, 2006; DEMANT, 2006). Com a invasão do Afeganistão e do Iraque nos anos 2000 pelos Estados Unidos e seus aliados esses sentimentos se intensificaram.

A ação militar unilateral e não aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU para essas intervenções, provocou a condenação das ações dos Estados Unidos por vários países, entre eles o Brasil. (MESSARI, 2006).

O Governo brasileiro lamenta profundamente o início das operações militares em território iraquiano e que não se tenha perseverado na busca de uma solução pacífica para o desarmamento do Iraque, no marco da Carta das Nações Unidas e das resoluções do Conselho de Segurança, em conformidade com as inúmeras manifestações de Chefes de Estado, de Parlamentos e da sociedade civil em todos os continentes. Lamentando o sofrimento que a ação armada inevitavelmente acarretará para civis inocentes, o Governo brasileiro conclama ao respeito às normas do direito humanitário internacional, em especial no que se refere à proteção das populações civis, ao tratamento de prisioneiros e à proteção do direito das vítimas. O Governo brasileiro faz um apelo à cessação de hostilidades, à restauração da paz e ao respeito da integridade territorial do Iraque. Nota à imprensa. “Declaração sobre o Conflito no Iraque. Brasília, 20 de março de 2003. (Brasil. Ministério das Relações Exteriores, 2007, p.187, 188)

Ainda sobre os Estados Unidos, destacamos que o poder hegemônico nos anos 1990, perdeu espaço nos anos 2000. O surgimento de novos polos de poder e o crescimento de países emergentes, como a China, fizeram com que a unipolaridade perdesse espaço e desse espaço para a ordem multipolar.

Segundo Wallerstein (2003), os atentados de 11 de setembro de 2001 foram o maior exemplo desse declínio do poder hegemônico dos Estados Unidos. Esse acontecimento questionou o poder econômico, político e militar. Além disso, mostrou que a incursão norte-americana teve pouco apoio internacional.

#### **4.3 O conflito Israel – Palestina no século XXI**

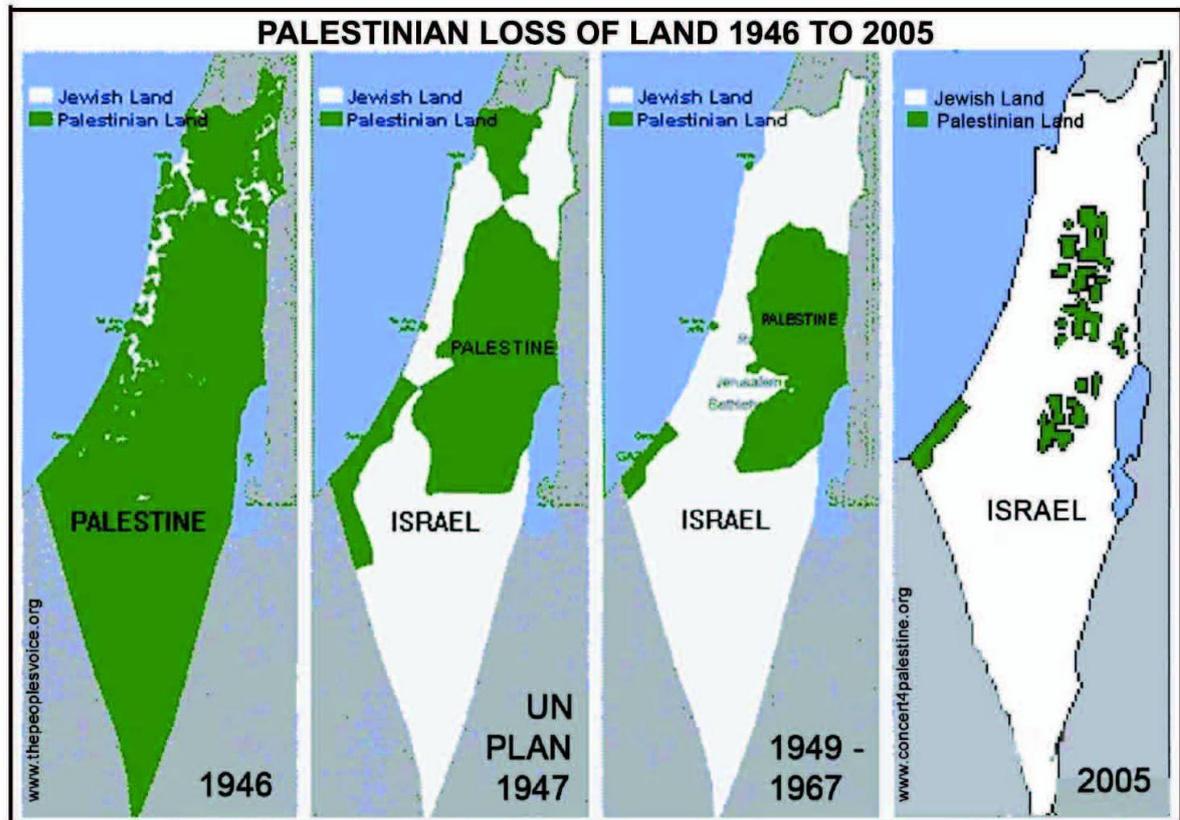
Após a assinatura dos Acordos de Oslo nos anos 1990, havia uma esperança de paz entre Israel, a Autoridade Nacional Palestina (ANP) e os países árabes vizinhos. Esperava-se também que muito em breve ocorresse o reconhecimento internacional de um Estado palestino. No entanto, com o despostrar da Segunda Intifada em 2002 essas esperanças ruíram (MESSARI, 2006).

O governo Lula da Silva se inicia ainda durante os acontecimentos e atos violentos decorrentes da Segunda Intifada. O conflito Israel – Palestina na primeira década do século XXI teve mudanças importantes em relação ao período anterior.

Uma das principais mudanças foi o diálogo que agora existia entre a Autoridade Palestina (ANP) e vários países. Desde sua criação em 1993, este governo palestino foi reconhecido, inclusive por Israel e pelos Estados Unidos. No entanto, as negociações estagnaram depois dos Acordos de Oslo e os dois lados do conflito não tinham mais espaço para diálogo.

Outra importante mudança foi a divisão territorial. Desde a Partilha em 1947, o território originalmente proposto para a Palestina mudou consideravelmente. O Estado de Israel aumentou sua extensão territorial consideravelmente e o número de novos assentamentos também cresceu. Esses assentamentos já existiam. No entanto, a partir de 2002 as barreiras ou muros na Cisjordânia, em volta dos assentamentos de Israel, começaram a crescer ainda mais e a invadir e ocupar os Territórios Palestinos. O MAPA 1 abaixo mostra essa evolução até 2005.

Mapa 1- Evolução da ocupação no território da Palestina (1946 a 2005)



Fonte: Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/mundo/54237/oriente-medio-israel-e-palestina-das-origens-do-conflito-ate-o-apartheid-sionista>> acesso em 21/05/2022

Por outro lado, a presença israelense diminuiu na região da Faixa de Gaza, a partir de 2005. Em grande medida, isso ocorreu como resultados dos princípios acordados nos Acordos de Oslo. Desde 1993, a Faixa de Gaza passou a ser controlada pela ANP, como parte das negociações com Israel. A divisão que foi feita do território pode ser compreendida por melhor do MAPA 2 abaixo.

A área A, que compreende toda a Faixa de Gaza e parte da Cisjordânia (West Bank em inglês), é controlada pelo governo palestino. A área B é controlada tanto por Israel como pela ANP. Por fim, a área C, maior parte da Cisjordânia, é controlada por Israel, mesmo com a presença de muitos palestinos vivendo nessa área. Esta melhor definição dos territórios palestinos acordados em Oslo (1993-1995), mesmo ainda inserido no Estado Israel, poderia contribuir para o reconhecimento do Estado da Palestina.

Mapa 2 – Divisão territorial da Palestina pós Acordos de Oslo: Estado de Israel e território palestino



Fonte: Is Palestine a United Nations state? 30/08/2017. Disponível em: <<https://www.welcometopalestine.com/article/palestine-united-nations-state/>> acesso em 21/05/2022

Além das divergências para retomar os diálogos com Israel, problemas internos da ANP dificultaram as negociações para a paz. A ANP é composta por diversos grupos internos, com valores e ideologias muito diferentes (DEMANT, 2002, p.236). Um dos principais grupos é o Hamas<sup>57</sup> que, a partir das eleições legislativas em 2006, passou a ter o controle da

<sup>57</sup> Hamas é um dos grupos mais radical, criado durante a Primeira Intifada em 1987 e o Fatah mais moderado, foi criado na década de 1960 por Yasser Arafat. O Hamas é uma organização fundamentalista palestina que é considerada como grupo terrorista por diversos países, entre eles os Estados Unidos, Israel e a União Europeia. O grupo não reconhece o Estado de Israel e deseja a sua destruição. Além disso, o Hamas foi crítico às políticas da OLP e depois da ANP de manter diálogo com o Estado de Israel.

Faixa de Gaza, enquanto que o Fatah, outro grupo importante, controlava a Cisjordânia. O Fatah é um grupo moderado em comparação com o Hamas e é o partido do presidente Mahmud Abbas (mandato de primeiro-ministro de 2003 a 2005 e presidente de 2005 até os dias atuais).

É relevante destacarmos que esta divisão interna entre os palestinos prejudica a causa palestina e as relações com Israel. O Hamas é visto como grupo terrorista, enquanto que a ANP dialoga com o governo de israelense, apesar das divergências. Além disso, diversos países, entre eles o Brasil e os Estados Unidos, dialogam com a ANP e não com o Hamas.

As relações entre Israel e o Hamas têm sido muito difíceis desde a década de 1990. O governo de Israel se sente ameaçado pela presença do Hamas e por suas ações na Faixa de Gaza. Em dezembro de 2008 Israel realizou a Operação Chumbo Fundido contra a Faixa de Gaza para combater as ações do Hamas, o qual tinha atacado o território israelense meses antes (BBC, 2021). A operação acabou por atingir civis palestinos, casas e mesquitas.

As dificuldades para a solução do conflito Israel – Palestina ainda encontram entraves também nas relações com o Líbano. Em 2006, as tensões entre Israel e o grupo Hezbollah<sup>58</sup> voltaram a ser uma questão ainda não resolvida. A situação foi levada ao Conselho de Segurança da ONU, tendo sido aprovada uma missão de paz, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)<sup>59</sup> e diversas resoluções (APÊNDICE 3)

A crise no Líbano em 2006 despertou também preocupação no Brasil. Vários brasileiros e descendentes libaneses moram no Líbano. O governo brasileiro teve que ajudar os brasileiros que vivem no Líbano, com a intensificação das tensões, inclusive com a retirada de cidadãos brasileiros do país (NOTARI, 2017).

Apesar das dificuldades de avançar nas negociações entre Israel e a ANP, diversos encontros entre os dois lados foram realizados através da mediação do Quarteto (Estados Unidos, Rússia, União Europeia e ONU). Destacamos por fim, a conferência de Annapolis de 26 a 28 de novembro de 2007, nos Estados Unidos. A proposta desse encontro foi dar continuidade às tentativas do Quarteto no “caminho para paz” e solução para a questão do Estado palestino. Da mesma forma que as reuniões anteriores, esse encontro não trouxe avanço nas negociações entre Israel e a ANP.

---

<sup>58</sup> O Herzbolhah é um grupo islâmico fundamentalista nacionalista de resistência, considerado por muitos países como um grupo terrorista. Este grupo recebe apoio do Irã e da Síria. Surgiu nos anos 1980 durante a crise entre Israel e o Líbano, quando as tropas israelenses invadiram o sul do Líbano com objetivo de conter as ações e avanços da OLP que se encontrava em território libanês.

<sup>59</sup> Resoluções 170 de 2006, 1525, 1553, 1559, 1583, 1595, 1636,1644, 1937. Biblioteca Digital das Nações Unidas. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org>> Acesso 10 jun. 2022.

Por outro lado, a conferência em Annapolis, no governo George W. Bush, trouxe visibilidade para a tentativa do governo brasileiro do presidente Lula ter uma atuação mais relevante no que se refere às negociações do conflito Israel – Palestina. Segundo Fávero e Pinheiro (2016), esta foi a primeira participação do Brasil em um encontro sobre o conflito fora da ONU.

Além do Brasil, outros países que não tinham uma tradição nas negociações do conflito também estiveram presentes. Esses países são a África do Sul e a Índia, que “[...] eram os únicos convidados que não faziam parte da região nem do mundo islâmico, não tinham uma relação mais direta com o conflito israelo-palestino, não eram potências coloniais, tampouco tinham grandes interesses materiais a proteger, como o petróleo.” (SANTOS, 2014, p.205).

De acordo com Baeza (2014) e Datz e Peters (2013), o convite a países não tradicionais nas negociações nessa conferência mostra que os Estados Unidos perderam espaço como mediador neutro que havia desempenhado nos anos 1990. A relação especial entre os Estados Unidos e Israel prejudicou muito a relação do primeiro com os árabes e as contribuições que poderia fazer.

Diferentemente das relações ruins com alguns países árabes, as relações entre Israel e os Estados Unidos vinham se fortalecendo. Como já mencionado, desde o final dos anos 1960, os Estados Unidos ajudaram financeira e militarmente Israel dentro da lógica da Guerra Fria. No século XXI essas relações se mantiveram, no entanto agora pautadas pela luta contra o terrorismo. Israel é o único país democrático e com valores ocidentais na região, o que permite ter vínculos políticos com os Estados Unidos.

[...] doravante a ligação dos EUA com Israel terá como argumento mais a proximidade da “única democracia no Oriente Médio” com os valores-chave da “civilização judaico-cristã” do que em termos de interesses. Concomitantemente, os EUA se tornam mais ativos nas suas tentativas para solucionar o conflito com os palestinos, reconhecendo a OLP em 1989 e tomando partido no debate israelense entre a esquerda sionista ‘minimalista’ e a direita ‘expansionista’, a favor do primeiro. Não há dúvida de que os EUA preferem há pelo menos 15 anos uma solução de dois Estados. (DEMANT, 2006, p.34)

Do lado palestino, segundo Baeza (2011), desde 2008 a ANP vinha buscando apoio internacional de alguns países para tentar obter o reconhecimento do Estado palestino e poder ser aceito como membro da ONU. A autora destaca as viagens de Mahmud Abbas a diversos países da América Latina<sup>60</sup> com intuito de obter apoio para essas solicitações. Essa política de

---

<sup>60</sup> Países que Abbas visitou: Venezuela, Chile, Argentina, Brasil, Paraguai e Chile. A Venezuela defendeu enfaticamente a causa palestina por vincular a questão da crítica anti-imperialista. Entre 2008 e 2009, Venezuela,

Abbas foi influenciada pela estagnação das negociações com Israel e pela retomada das ações violentas nos territórios ocupados palestinos decorrentes da Operação Chumbo Fundido.

A ascensão da esquerda a vários governos da região, a expressão de novas veleidades de autonomia em relação aos Estados Unidos, assim como a remobilização das organizações diaspóricas palestinas no continente após o início da segunda Intifada em 2000 [...], têm aberto novas janelas de oportunidades políticas para os diplomáticos palestinos. (BAEZA,2011 p.35-36)

#### 4.4 A *autonomia pela diversificação* e o conflito Israel – Palestina

Segundo Santos (2000, 2014), até o governo Geisel não existia uma política externa brasileira voltada para o Oriente Médio. No governo militar, percebe-se o início dessa aproximação na área econômica, mas é somente no governo Lula que a região ganha espaço na agenda política do Brasil. O governo Lula definiu uma estratégia para a região que não tinha se desenvolvido nos outros governos brasileiros.

O governo Lula da Silva teve interesse de retomar e aprofundar as relações que tinham retraído nos anos 1990. Através da Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA), idealizada pelo próprio presidente após viagem ao Oriente Médio, a aproximação entre as duas regiões foi incentivada tanto nos aspectos político-diplomático, tanto nas relações econômicas (MANSUR, 2005; MOHAMMED, 2015). O principal objetivo era promover a “[...] coordenação política em foros multilaterais e de cooperação multissetorial.” (SANTOS, 2014, p.200) entre as duas regiões. Mas também criar um “[...] contra-poder econômico e político frente a potências tradicionais.” (NOTARI, 2017, p.268).

A Cúpula América do Sul<sup>61</sup> – Países Árabes<sup>62</sup> (ASPA) fazia parte da preferência que a política externa do governo Lula da Silva deu à cooperação Sul – Sul, por meio do fortalecimento das relações bilaterais entre as duas regiões.

---

Bolívia e Nicarágua países suspenderam as relações com Israel devido às ocupações e os assentamentos de nos territórios ocupados (BAEZA, 2014, 2012).

<sup>61</sup> Brasil, Venezuela, Argentina, Peru, Chile, Uruguai, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

<sup>62</sup> Países árabes: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Síria, Somália, Sudão, Tunísia, o governo da ANP (Menem, 2020, pg. 66).

A proposta fundamental da Cúpula é promover mecanismo de aproximação birregional no âmbito da cooperação Sul-Sul e estimular a cooperação entre duas regiões com afinidades históricas, que enfrentam desafios semelhantes em relação à promoção do desenvolvimento. Além do diálogo político birregional, a Cúpula incluirá em sua agenda temas como cooperação econômica e comercial, cooperação cultural, cooperação científico-tecnológica, coordenação em foros multilaterais econômicos e comerciais e colaboração em temas sociais e de desenvolvimento. Nota à imprensa. Preparação da Cúpula dos Países Árabes e da América do Sul.” Brasília, 21 de março de 2005 (Brasil. Ministério das Relações Exteriores, 2007, p.176)

A I Cúpula ocorreu nos dias 10 e 11 de maio de 2005 em Brasília, com a presença de 33 países, sendo 22 árabes e 11 sul-americanos (CERVO, 2005). Os temas mais debatidos na reunião foram a possibilidade de uma área de livre comércio entre as duas regiões, as ações unilaterais dos Estados Unidos na guerra do Afeganistão, a questão palestina, as ocupações de Israel nos territórios palestinos e ocupações estrangeiras na região (SANTOS, 2014; MESSARI, 2006).

Por essa razão continuarei a defender, como fiz na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2006, a convocação de uma conferência de paz com ampla representação, que inclua países em desenvolvimento. (...) Não haverá solução para os graves problemas do Oriente Médio sem a participação de todos os atores relevantes. A reunião de Annapolis foi um primeiro passo na direção de um debate transparente e democrático sobre os rumos da paz na região. Precisamos lograr soluções que permitam reunir todas as partes envolvidas nos conflitos que sacodem o Oriente Médio, respeitadas as resoluções das Nações Unidas e o Direito Internacional. (BRASIL, 2010, p.153,154. Discurso do Presidente Lula na sessão de abertura da 2ª Cúpula América do Sul – Países Árabes. Doha, 31 de março de 2009.)

Na II Cúpula, que ocorreu em 2009 na cidade de Doha no Catar, a questão da palestina continuou sendo um dos principais assuntos debatidos. O ministro das relações exteriores Celso Amorim em seu discurso enfatizou a necessidade de solução do conflito Israel - Palestina como caminho para a paz na região.

É nesse espírito também que temos desenvolvido nossas atitudes em relação ao problema do Oriente Médio, ao problema da Palestina, que é, sem dúvida, o centro de todos os problemas. Enquanto não se resolver o problema da Palestina, nenhum dos outros problemas será resolvido. É claro que não podemos esperar que o problema da Palestina seja resolvido para que outros, como o diálogo ou a paz no Líbano, sejam encontrados. Porém sabemos que a solução profunda para os problemas do Oriente Médio está na situação do povo palestino. Situação que é reconhecida mundialmente - e nos alegra ver líderes de todas as partes do mundo reconhecerem a necessidade do Estado palestino, condenarem a ocupação dos territórios na Palestina e, ao mesmo tempo, resolverem da maneira que a Liga Árabe tem proposto: o reconhecimento de dois Estados, com os problemas e as questões de Israel (AMORIM, 2008).

Além das relações multilaterais por meio da ASPA, o presidente Lula da Silva fez 9 visitas oficiais aos países árabes com intuito de promover uma aproximação bilateral. Em 2003 visitou a Síria e o Líbano e em 2010 visitou os Emirados Árabes Unidos, o Egito, os territórios palestinos, a Jordânia, a Líbia e Israel (BRUN, 2012).

Os líderes árabes também visitaram o Brasil para se encontrarem com o presidente Lula da Silva. Em 2005 o primeiro-ministro do Líbano, o primeiro-ministro da Síria, o presidente da Autoridade Nacional Palestina, em 2008 o rei da Jordânia e em 2010 o líder do Catar, o presidente da Síria, o primeiro-ministro do Kuwait e o presidente do Irã. Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Palestina, visitou o Brasil em 2009. Na ocasião da viagem do presidente Lula aos territórios palestinos, visitou o túmulo de Yasser Arafat<sup>63</sup> em 2010.

Celso Amorim fez viagens a Israel em 2005, 2008 e 2009, enquanto que o presidente foi em 2010. Nesta ocasião Lula da Silva não visitou o túmulo de Theodor Herzl (líder sionista do século XIX), o que causou certo desconforto diplomático com Israel. Mesmo assim, Shimon Peres, presidente de Israel, visitou o Brasil em 2009, depois de mais de 40 anos desde a última visita de um primeiro-ministro israelense.

A visita do presidente Shimon Peres ao Brasil é uma extraordinária oportunidade para renovarmos a nossa antiga amizade. Amizade que data do nascimento do Estado de Israel, que foi reiterada quando Osvaldo Aranha presidiu a histórica sessão das Nações Unidas, em 1947, quando se aprovou a criação do Estado de Israel. Naquele momento, a comunidade internacional apostou na paz para o Oriente Médio, castigado por tantas aventuras coloniais. Apostou na promessa de prosperidade para seus povos. Essa também foi nossa aposta, a aposta brasileira, da diplomacia brasileira. A paz no Oriente Médio é esperança de todos. Os interlocutores estão identificados, as dificuldades são conhecidas, e as soluções existem. Mas a paz e a reconciliação somente serão alcançadas pelo diálogo e pela negociação. Repudiamos todos os atos de terrorismo praticados sob qualquer pretexto, por quem quer que seja. (BRASIL, 2010, p.150. Declaração à Imprensa do Presidente Lula por ocasião da visita do Presidente de Israel, Shimon Peres. Brasília, 11 de novembro de 2009)

O ministro das relações exteriores, Celso Amorim, fez 44 visitas à região do Oriente Médio, com intuito de fortalecer as relações econômicas e diplomáticas. A FIGURA 1 abaixo mostra os países do Oriente Médio que o ministro visitou.

---

<sup>63</sup> Lula tinha se encontrado pessoalmente com Arafat nos anos 1980.

Tabela 1- Viagens de Celso Amorim para o Oriente Médio (2003-2010)

Cuadro nº2: Viajes del Ministro Celso Amorim al Medio Oriente

	Arabia Saudí	Egipto	Emiratos Árabes Unidos	Irán	Israel	Jordania	Kuwait	El Líbano	Omán	Qatar	Territorios Palestinos	Siria	Totales
2003		2	1			1		2				1	7
2004		1				1							2
2005	1				1	1	1		1	1	1	1	8
2006								1					1
2008	1			1	1	1				1	1	1	7
2009	1	3		1	1	1				1	1	1	10
2010				2	2	1					2	2	9
<b>Totales</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>44</b>

Fuentes: Secretario de la Presidencia, “Visitas internacionales e nacionais do Ministro Celso Amorim e visitas de Minsitros de Negócios Estrangeiros ao Brasil”, *Balanço de Política Externa 2003-2010*, p. 68.

Fonte: Brun, 2012, p.79

No aspecto político e diplomático, o sucesso da ASPA e a aproximação bilateral com os países do Oriente Médio permitiu ao Brasil participar da tentativa de mediação de um acordo do programa nuclear iraniano e de uma possível negociação do conflito Israel – Palestina (CASARÕES e VIGEVANI, 2014). Segundo Santos (2014), o ministro das relações exteriores, Celso Amorim acreditava que a ASPA abriria espaço para o Brasil se colocar como mediador do conflito Israel - Palestina.

#### 4.4.1 Mediação na política externa brasileira para o conflito Israel – Palestina

O governo Lula da Silva manteve os principais discursos e posicionamento da política externa para o conflito Israel - Palestina ao reafirmar a defesa da autodeterminação dos povos, a defesa da soberania, a criação dos dois Estados, a condenação da violência, o respeito às resoluções da ONU, a crítica à invasão dos territórios, a crítica aos assentamentos ilegais na Cisjordânia (SANTOS, 2014; NOTARI, 2017; FÁVERO e PINHEIRO, 2016; BAEZA, 2014)

No entanto, a *autonomia pela diversificação* trouxe mudanças na participação do país nas negociações entre Israel e a Autoridade Palestina. Destacamos o interesse e o ativismo que o presidente Lula da Silva teve em colocar o Brasil como possível mediador do conflito, em conjunto com outros países como forma de promover o multilateralismo. De acordo com Santos

(2014), o interesse de mediar o conflito Israel – Palestina foi inédito para a política externa brasileira e um projeto muito ambicioso.

O interesse de atuar como mediador em conflitos internacionais não é novo para a política externa brasileira. O Brasil já atuou como mediador entre o Equador e o Peru nos anos 1990, por exemplo. No governo Lula da Silva, atuou como mediador em divergências na Venezuela e no Haiti em 2003, Bolívia em 2003 e 2006, Equador em 2004 e Honduras em 2009. (BAEZA, 2014, p.5,6). Segundo Hirst, Lima e Pinheiro (2010, p.8), o interesse do papel de mediador na América do Sul estava vinculado ao projeto de liderança brasileira na região.

A atuação como mediador no Oriente Médio não era tradicional à política externa brasileira. No entanto, destacamos esse interesse do governo Lula da Silva de atuar como mediador, em conjunto com o primeiro-ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, no caso do acordo nuclear para fins pacíficos com o Irã<sup>64</sup>, cujo presidente era Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013).

O enriquecimento de urânio para o projeto nuclear iraniano despertou preocupação em muitos países, dentre eles os Estados Unidos. O caso foi levado à ONU e sanções econômicas foram propostas para desestimular o projeto iraniano. Também foi proposta no Conselho de Segurança em 2010 a resolução 1929<sup>65</sup> para impedir o acesso do Irã ao urânio e evitar que outros países fornecessem ao país os recursos para o projeto (ver TABELA 3). O Brasil e a Turquia, que neste momento faziam parte como membros rotativos do Conselho de Segurança, foram contrários a essa resolução. Enquanto que os Estados Unidos votaram a favor devido ao receio com a possibilidade de armas nucleares serem desenvolvidas (ZIEMATH, 2016, p.101, 102).

As relações dos Estados Unidos com o Irã são complicadas desde o final da década de 1970, em virtude da revolução iraniana. Além disso, o Irã é uma das maiores ameaças militares para Israel na região. Furlan (2022) afirma que até os anos 1960 a relação de Israel com o Irã era positiva e mantinham relações econômicas e cooperação militar. A autora afirma que a mudança de regime político e ideologia mais radical após a revolução iraniana levou o Irã a ter uma postura antissemita.

---

<sup>64</sup> O acordo com o Irã ficou conhecido como Declaração de Teerã assinado em 17 de maio de 2010 pelos representantes dos três países.

<sup>65</sup> Biblioteca Digital da Nações Unidas. Resolução sobre o Irã no Conselho de Segurança. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/683939?ln=en>> Acesso 14jun.2022. Votos por país membro do Conselho em 2010. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/685888?ln=en>> Acesso 14jun.2022.

Diferentemente, as relações políticas e econômicas entre o Brasil e o Irã tinham avançado no governo Lula da Silva. O Irã é um país relevante para a geopolítica da região e importante parceiro comercial. A atuação como mediador no caso do Irã, está inserida nos princípios da política externa da *autonomia pela diversificação*. Além disso, o interesse de atuar como mediador internacional contribuiria para a inserção e projeção do Brasil, como ator presente e participante dos eventos internacionais. (MOHAMMED, 2015; SANTOS, 2014).

Por fim, apontamos que o interesse na mediação contribuiria para a “imagem de ponte” entre os países do Norte e os países do Sul que o governo Lula da Silva incentivou (NOTARI, 2014). A presença de dois países emergentes, o Brasil e a Turquia, dialogando com Irã mostrou o “[...] triunfo dos países emergentes, pois parecia representar uma solução alternativa à questão atômica iraniana que as grandes potências foram incapazes de encaminhar.” (CASARÕES e VIGEVANI, 2014, p.175).

Ao dialogar com o Irã, o Brasil se colocou contrário aos interesses das potências do Norte Global. Casarões e Vigevani (2014), acreditam que os Estados Unidos não foram simpáticos ao interesse do Brasil em dialogar e mediar um acordo com o Irã. Notari (2017), ainda afirma que os Estados Unidos e outros países não reconheciam a legitimidade do Brasil e da Turquia em mediar o acordo com o Irã.

Da mesma forma, o interesse do governo Lula da Silva em mediar um acordo para solução do conflito Israel – Palestina foi uma mudança significativa da política externa do Brasil na sua atuação autônoma internacional. A atuação do governo do Brasil como mediador de um acordo entre Israel e Palestina contribuiria para os interesses de inserção do país no cenário internacional.

Em primeiro lugar, o interesse em atuar em um conflito fora da sua região e que não afetaria o Brasil diretamente, mas teria influência no sistema internacional, foi uma das mudanças no governo Lula da Silva com intuito de obter autonomia e projeção internacional (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011). Desta forma, o papel de mediador ajudaria a promover a imagem do Brasil e poderia facilitar sua entrada como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (NOTARI, 2017).

O interesse em mediar uma solução para o conflito Israel – Palestina também esteve vinculada à defesa da causa palestina. O Partido dos Trabalhadores já vinha apoiando desde a década de 1980 os palestinos em suas reivindicações de um Estado soberano e autodeterminação do povo palestino. (BAEZA, 2014; NOTARI, 2017). Os valores anticoloniais, anti-imperialista e de defesa dos direitos humanos do Partido tiveram um papel

relevante em como este governo analisava e interpretava os desdobramentos e as consequências de tantos anos de divergências e dificuldades de solução para o conflito Israel – Palestina.

Segundo Aljamal & Amour (2020) e Bisharat (2019), os partidos de esquerda na América Latina defendem a causa palestina desde os anos 1960 contra a colonização nos territórios palestinos. A OLP e diversos partidos de esquerda nos países latino-americanos mantinham diálogo em defesa da causa palestina. O Partido dos Trabalhadores defendia a causa palestina por “[...] considerar um exemplo vivo da agressão do imperialismo contra a humanidade e a causa palestina como ponta de lança dessa agressão.”<sup>66</sup> (BISHARAT, 2019, p.109).

O apoio à causa palestina também contribuía para o aprofundamento das relações econômicas e políticas com os países árabes. Segundo Santos (2014), a aproximação com os árabes, em especial através da ASPA, abriu espaço para o Brasil se colocar como mediador.

A condução da política externa do Brasil, desta forma, visava atuar como uma ponte ou interlocutor entre os países do Norte com os países do Sul. O governo Lula da Silva teria espaço como mediador devido à boa relação com árabes e com Israel. O Brasil não era potência imperialista como muitos países do Norte Global tinham sido para os árabes. “Da mesma sorte, o projeto autonomista sustenta a crença de que as características da identidade brasileira permitiriam ao país funcionar como mediador natural entre ricos e pobres, árabes e judeus, o Ocidente e o resto.” (SPEKTOR, 2014, p.28)

Além disso, o governo brasileiro se colocou como defensor dos países fracos e dependentes do sistema internacional. “Em um contexto no qual os Estados Unidos tendem a favorecer a Israel do que os palestinos, o governo brasileiro acabou por apoiar, pelo menos simbolicamente, os palestinos, num esforço de equilibrar o jogo entre estes e os israelenses.”<sup>67</sup> (BAEZA, 2014, p.11, *tradução nossa*).

Os autores Casarões e Vigevani (2014) afirmam que o Brasil, apesar dessas mudanças de visão sobre o conflito Israel – Palestina não se colocou contra os interesses de Israel e continuou a defender a segurança do Estado de Israel na ONU.

---

<sup>66</sup> O texto em língua estrangeira é: “[...] considered a living example of imperialist aggression against humanity and the Palestinian causa as a spearhead in the face of that aggression.”

<sup>67</sup> O texto em língua estrangeira é: “In a context where the United States tends to favor Israel over the Palestinians, the Brazilian government was thus mechanically led up to support, at least symbolically, the Palestinians, as an effort to level the playing field between them and the Israelis.”

Para que a tentativa de mediação do Brasil acontecesse era preciso o apoio e reconhecimento dos lados conflitantes do conflito Israel – Palestina. Em discurso, Celso Amorim afirmou que tanto Shimon Peres quanto Mahmoud Abbas, afirmaram que seria bom o Brasil contribuir para a solução das divergências e mediar um possível acordo de paz entre Israel e a Autoridade Palestina (CASARÕES e VIGEVANI, 2014).

É possível que Lula e Amorim tenham magnificado as reais possibilidades de o Brasil avançar com qualquer contribuição – viu-se que o presidente Lula pensou até mesmo em promover uma conferência de paz, quando se sabe que, em princípio, palestinos e israelenses só aceitam iniciativas de mediação promovidas pelos Estados Unidos ou países com alguma tradição de envolvimento nesse processo; mas, principalmente, Israel dificilmente aceitaria a interferência de um país que não tivesse relações mais consistentes com os Estados Unidos. (SANTOS, 2014, p.208, 209).

O governo Lula da Silva defendeu que a paz no Oriente Médio só seria possível quando existisse um Estado palestino soberano, ao lado do Estado de Israel. Na viagem que o presidente fez à região em 2010, Lula da Silva propôs a criação de outro grupo internacional, além do Quarteto, para dialogar com os dois lados conflitantes (BAEZA, 2011; NOTARI, 2017). No entanto, esse grupo nunca foi criado.

A mediação brasileira poderia tirar a exclusividade dos Estados Unidos de mediar um acordo entre Israel e a Autoridade Palestina.

Ao receber o presidente Abbas no Brasil no final de novembro de 2009, Lula alegou que os EUA eram incapazes de negociar uma solução para o conflito. Apelando a Washington para que se afaste em favor de outros atores, Lula viu a ONU como o órgão que deveria ser responsável por supervisionar as negociações entre Israel e os palestinos. O apoio do Brasil ao multilateralismo neste caso reflete sua preferência por uma alternativa “pós-americana” aos esforços de mediação dos EUA- uma onde possa figurar com destaque com a “voz equilibrada” necessário na resolução de conflitos internacionais.<sup>68</sup> (DATZ e PETERS, 2013, p.7)

Messari (2006) defende a capacidade do Brasil em contribuir com as mediações internacionais pela sua diplomacia competente e defesa da solução pacífica. No entanto, para Baeza (2014), o interesse de atuar como mediador do conflito Israel – Palestina não fazia parte da tradição do Brasil para a região do Oriente Médio e a autora questiona a capacidade de mediação do Brasil naquele momento como mediador devido à falta de apoio internacional.

---

<sup>68</sup> O texto em língua estrangeira é: “In welcoming President Abbas to Brazil at the end of November 2009, Lula contended that the US was incapable of negotiating a resolution to the conflict. Calling on Washington to step aside in favor of other actors, Lula saw the United Nations as the body that should be responsible for overseeing negotiations between Israel and the Palestinians. Brazil’s support for multilateralism in this case reflects its preference for a “post-American” alternative to US mediation efforts—one where it can figure prominently as the “balanced voice” needed in the resolution of international conflicts.”

#### 4.4.2 Relações do Brasil com Israel no governo Lula da Silva

As relações entre o Brasil e Israel no governo Lula da Silva na perspectiva da *autonomia pela diversificação* se alteram em relação aos governos anteriores. A preferência pela aproximação com os países árabes, em especial com os palestinos, e com o Irã, superou a preferência das relações com Israel. Segundo Pecequillo (2008), as relações com o eixo vertical, ou seja, com os países do Norte não foram excluídas, mas a prioridade eram os parceiros horizontais, ou seja, com o Sul Global.

Apesar dessa mudança de prioridade, as relações econômicas foram desenvolvidas através da aproximação entre Israel e o Mercosul, em um Tratado de Livre Comércio, que teve as negociações iniciadas em 2005 e assinado em 2007, mas só entrou em vigor em 2010. Este acordo aprofundou as relações com Israel em áreas de cooperação técnica como saúde, na área tecnológica e na área militar (BAEZA, 2011; DATZ e PETERS, 2013; BEIRÃO, BORDAS e AXELROD, 2019).

Nas relações políticas e diplomáticas, o Brasil condenou enfaticamente diversas vezes as ações violentas de Israel contra a Faixa de Gaza, as ocupações e os assentamentos na Cisjordânia, o desrespeito aos direitos humanos do povo palestino e o desrespeito às normas da ONU. O governo brasileiro acompanhou a retirada dos colonos israelenses da Faixa de Gaza em 2004, em respeito às diretrizes do Mapa para o Caminho (MRE, 2005). Foi defendido que Israel deveria dialogar com a Autoridade Palestina e que a paz viria com a inviolabilidade do Estado de Israel ao lado do Estado da Palestina (BRASIL, 2010; CASARÕES e VIGEVANI, 2014).

O governo de Israel não simpatizou com a aproximação do governo Lula da Silva com os países árabes, com o Irã e com a Autoridade Palestina (CASARÕES e VIGEVANI, 2014). O que acabou por provocar certa desconfiança do interesse brasileiro em mediar um acordo com os palestinos. Israel tinha receio que o programa nuclear iraniano pudesse ameaçar militarmente o país (CASARÕES e VIGEVANI, 2014, p.174,175). Em relação aos árabes, alguns grupos como o Hamas e o Hezbollah já afirmaram “[...] que querem sua destruição e aceitam a violência maciça, inclusive massas de vítimas árabes e muçulmanas, como um preço aceitável.” (DEMANT, 2006, p.100).

No que se refere à mediação do Brasil em um possível acordo de paz para o conflito Israel – Palestina, Shimon Peres afirmou que o país poderia contribuir. No entanto, as desconfianças causadas pelo acordo com o Irã, a aproximação com os árabes, o desconforto diplomático pela não visita de Lula da Silva ao túmulo de Theodor Herzl e a falta de apoio dos

Estados Unidos para o acordo brasileiro e turco com os iranianos prejudicaram a possibilidade de o Brasil mediar um acordo (SANTOS, 2014, p. 203).

Por fim, o apoio que Israel tem dos Estados Unidos impacta profundamente nas relações com os países árabes e outros países fora da região do Oriente Médio. Segundo Mearsheimer e Walt (2006), a influência do lobby judeu nos Estados Unidos, o “[...] tornaram na prática o capacitador da expansão israelense nos Territórios Ocupados, o que fez deles cúmplices nos crimes perpetrados contra os palestinos.” (MEARSHEIMER e WALT, 2006, p.72). Além disso,

[...] Israel deve sua sobrevivência ao apoio internacional, ocidental em particular. [...] Israel depende militar e economicamente de seus laços com os EUA e a Europa, já que muitos países não ocidentais (Índia, Rússia, África do Sul e também o Brasil) mantêm uma fria distância. Isto sem contar com o quinto da humanidade que compõe o mundo muçulmano – Paquistão, Malásia, Indonésia – praticamente fechado para visitantes e comerciantes israelenses. Talvez ainda mais fundamental, Israel define sua própria identidade como pertencendo à civilização ocidental e explicitamente se comporta como um jovem arbusto ocidental vulnerável plantado num inóspito ambiente médio-oriental e islâmico.(DEMANT, 2014, p.86,87)

Esse apoio norte-americano se expressou também nas Nações Unidas, em especial no Conselho de Segurança, em diversos momentos sobre o conflito Israel - Palestina.“[...] a solidariedade norte-americana com Israel coloca um obstáculo mais substantivo a qualquer forma de sanções efetivas contra Israel- para não falar numa ação militar. [...] Israel nunca tolerou intervenções militares, e a comunidade internacional sabe disso. Além disso, haveria um imediato veto dos Estados Unidos contra tais ações.” (DEMANT, 2002, p.70,71).

#### 4.4.3 Relações do Brasil com a Palestina no governo Lula da Silva

As relações com a Autoridade Palestina tiveram destaque no governo Lula da Silva. A mudança de política externa para o incentivo às relações com os países do Sul incentivou a cooperação nas áreas de saúde, agricultura, desenvolvimento social, eleições e esportes, em especial através da ASPA, com o governo palestino (Balanço do Governo, 2021).

Nas relações políticas e diplomáticas, no início do governo Lula foi aberto um Escritório em Ramallah<sup>69</sup> em setembro de 2004, na cidade sede da ANP. Segundo Baeza

---

<sup>69</sup>Outros países americanos também abriram escritórios em Rammallah: México em 2005, Argentina em 2008 e Venezuela e Chile em 2009 (BAEZA, 2012).

(2012, p.121), a abertura de uma representação brasileira foi proposta pelo ministro das relações exteriores da Autoridade Palestina, Nabil Shaath. O embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto<sup>70</sup>, Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio, foi designado para dialogar sobre a possibilidade de abertura do escritório (LEITE, 2004).

No que se refere à mediação brasileira para o conflito Israel – Palestina, o presidente Mahmoud Abbas na visita que fez ao país, afirmou que o Brasil poderia ajudar nas negociações de paz com Israel. Esta ajuda do Brasil também foi solicitada por Abbas em uma tentativa de o governo brasileiro conversar com o governo do Irã sobre o apoio deste último ao grupo radical Hamas (BAEZA, 2014).

O presidente brasileiro manifestou o seu interesse em atuar diretamente. Desde a conferência em Annapolis o governo Lula da Silva se colocou disponível para dialogar com os dois lados conflitantes, mas as relações entre Israel e os palestinos não estavam bem em razão da retomada de atos violentos pelos dois lados, dificultando a atuação brasileira.

O Brasil tem defendido historicamente, e em particular durante meu Governo, a concretização da legítima aspiração do povo palestino a um Estado coeso, seguro, democrático e economicamente viável, coexistindo em paz com Israel. Tenho podido apreciar as tentativas de Vossa Excelência de, com respaldo na Lei Básica Palestina, superar a presente crise política, preservar as instituições vigentes e pôr fim ao sofrimento que aflige a população nos Territórios Palestinos Ocupados. Como sabe Vossa Excelência, tenho atribuído especial importância às relações com a Autoridade Nacional Palestina. A criação do Escritório de Representação do Brasil em Ramallah e as frequentes visitas de autoridades brasileiras aos Territórios Ocupados, inclusive a do Ministro das Relações Exteriores, em 2005, exprimem a prioridade conferida pelo Brasil ao relacionamento com o povo e o Governo palestinos. [...] A atuação multilateral do Brasil tem buscado favorecer as negociações de paz e condenar ações que resultem em maiores sofrimentos para o povo palestino, em especial na Faixa de Gaza. [...] Na visão brasileira, o envolvimento abrangente e determinado da comunidade internacional é o caminho adequado para conduzir a bom termo o processo de paz no Oriente Médio.

Adicionalmente, pensamos que a paz será sustentável somente com o engajamento nesse processo, de uma forma ou de outra, de todos os atores relevantes. [...] Seria interessante contemplar uma ampliação da dimensão internacional do processo. Com esse intuito, levantei, na última Assembleia-Geral das Nações Unidas, a idéia da convocação de uma conferência internacional sobre a situação no Oriente Médio,

sob a égide da ONU, que pudesse envolver também países de fora da região, inclusive países em desenvolvimento. Creio firmemente que as iniciativas da comunidade internacional seriam beneficiadas pela formação de um grupo de países promotores do diálogo e da paz, provenientes de diferentes regiões, de perfil conciliador e de reconhecida credibilidade internacional, que viesse a se somar aos esforços dos atores ora diretamente envolvidos. Expresso a Vossa Excelência a genuína disposição brasileira de participar, caso venha a ser considerado útil, de um “Grupo de Amigos da Paz no Oriente Médio” integrado por países com aquelas características.

---

<sup>70</sup> Representou o Brasil na China (1999-2004), na Áustria (1995-99), na Suécia (1990-92) e em Guiné-Bissau (1983-86) e Ouro-Preto foi chefe de gabinete de Amorim em sua primeira gestão no Itamaraty (1993-94).

Idealmente, o Grupo seria coordenado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. (Carta do Presidente Lula ao Presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, entregue ao seu destinatário em Ramallah, em 21 de agosto de 2007, BRASIL, 2007, p.178-179).

A defesa da causa palestina pelo Brasil teve visibilidade através da presença do país em diversos encontros internacionais de doadores. A contribuição financeira do Brasil soma mais 20 milhões de dólares para questões humanitárias dos refugiados palestinos, reconstrução e desenvolvimento na Faixa de Gaza e para áreas de educação, saúde (NOTARI, 2014, p.266, CASARÕES e VIGEVANI, 2014). Segundo Baeza (2014), estas contribuições para a causa palestina foram a primeira ajuda humanitária que o Brasil realizou fora da América Latina e “[...] infringiu não oficialmente a tradição da equidistância e progressivamente moveu para um apoio mais explícito aos palestinos.”<sup>71</sup>(BAEZA, 2014, p.8)

As principais conferências internacionais que o Brasil participou foram: a Conferência sobre a Situação Humanitária nos Territórios Palestinos Ocupados, em 2006, na capital da Suécia, na qual o Brasil doou 500 mil dólares; a Conferência de Doadores Internacional para o Estado da Palestina em Paris, em 2007, na qual o doou 10.5 milhões de dólares; a Conferência Internacional em Apoio à Economia Palestina para a Reconstrução de Gaza, em 2009 no Egito, na qual foi promovido o encontro de mais de 60 países. Dentre eles, estiveram os países americanos como Argentina, Chile, México e Venezuela e representantes de diversas organizações internacionais (BAEZA, 2012, 2014). Somente neste evento o Brasil doou 10 milhões de dólares.

Doações diretas também foram realizadas. Em 2010, foram doados 200 mil dólares para o programa de orçamento da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA); 500 mil dólares para a reconstrução do campo de refugiados palestinos no Líbano. No governo seguinte, de Dilma Rousseff, as doações continuaram. Em 2011, 960 mil dólares para a UNRWA na ajuda especial para as questões alimentares e atividades de educação na Faixa de Gaza. No ano seguinte, 7,5 milhões de dólares para esta ajuda. Devido a essa grande contribuição, o Brasil se tornou o maior doador entre os países do BRICS e entre os países da América Latina (BAEZA, 2014, p.9).

Concluimos esta seção com o reconhecimento do Estado da Palestina por parte do Brasil em 1º dezembro de 2010 com as fronteiras de 1967. Para Fávero e Pinheiro (2016), o

---

<sup>71</sup>O texto em língua estrangeira é: “In spite of this vocal foreign policy, Brazilian diplomacy unofficially infringed its tradition of equidistance and progressively slid toward a more explicit support to the Palestinians.”

reconhecimento em 2010 foi um “processo natural” para a política externa brasileira, em consequência da aproximação incentivada pelo governo Lula da Silva.

No entanto, para Casarões e Vigevani (2014), este reconhecimento “(...) representou uma ruptura com o posicionamento anterior da política externa brasileira, que defendia a criação do Estado mas lhe negava reconhecimento formal [...]” (CASARÕES e VIGEVANI, 2014, p.175).

O reconhecimento do Estado da Palestina pelo Brasil incentivou outros países latino-americanos a reconhecerem também (BAEZA, 2011; NOTARI, 2017; FÁVERO e PINHEIRO, 2016). Notari (2017) afirma que o reconhecimento por parte do Brasil pode ser considerado um exemplo da liderança brasileira na região da América do Sul.

A tabela 2 mostra os países que tinham reconhecido a Palestina em 1988, logo após a proclamação de independência e os países que reconheceram entre 2009 e 2011. Até 2011, apenas Colômbia, Guatemala, México e Panamá<sup>72</sup> não tinha reconhecido o Estado da Palestina.

Importante destacarmos que os países abaixo elencados que haviam reconhecido o Estado da Palestina entre 2008 e 2011, com exceção do Chile, da Guatemala e de Honduras, eram países que naquele momento tinham um governo com viés de esquerda no poder (ALJAMAL e AMOUR, 2020, p.113).

Tabela 2 – Reconhecimento do Estado da Palestina por países latino-americanos

Países americanos que reconheceram o Estado da Palestina	ANO
Argentina	2010
Bolívia	2010
Equador	2010
El Salvador	2011
Chile	2011
Costa Rica	2008
Cuba	1988
Guiana	2011
Honduras	2011
Nicarágua	1988
República Dominicana	2009
Paraguai	2011
Peru	2011
Suriname	2011
Uruguai	2011
Venezuela	2009

<sup>72</sup> Colômbia reconheceu apenas em 2018. A Guatemala, o México e o Panamá ainda não reconheceram o Estado da Palestina.

Fonte: Elaboração própria, com base na bibliografia desse capítulo (BAEZA, 2012 , 2014).

Em 2012, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a entrada da Palestina como membro observador na organização, com o voto favorável do Brasil, por meio da resolução A/RES/67/19<sup>73</sup> (ver TABELA 3) (SANTOS, 2014; ZIEMATH, 2016; FÁVERO e PINHEIRO, 2016). Na votação, 193 países estavam presentes, o resultado foi 138 a favor, 9 contrários, 41 abstenções e 5 países não votaram. Dentre os países que votaram contra estão os Estados Unidos e Israel.

#### 4.5 Considerações finais

Este capítulo teve por objetivo analisar as mudanças da relação e do posicionamento no governo Lula da Silva diante do conflito Israel – Palestina. As mudanças ocorreram por meio do incentivo à aproximação política e econômica com os países árabes através da ASPA, em decorrência do interesse pela cooperação com os países do Sul. Esta aproximação contribuiu para a aproximação do presidente Lula da Silva com a Autoridade Palestina (ANP).

A aproximação com os árabes esteve vinculada ao interesse por uma maior diversificação das relações internacionais do Brasil, em especial com os países periféricos, como instrumento autônomo de contestação do sistema internacional. Como pudemos analisar, esta aproximação contribuiu para a imagem do Brasil de um país atuante e relevante nos grandes debates internacionais.

A região do Oriente Médio sempre foi de interesse e influenciado pelas grandes potências do Norte Global. O interesse do Brasil no governo Lula da Silva em contribuir nas negociações e soluções dos conflitos e problemas do Oriente Médio foi coerente com a postura mais assertiva da política externa.

Outra mudança foi a possibilidade de mediação pelo Brasil do conflito Israel – Palestina em virtude da boa relação com a ANP e com o governo de Israel. Além disso, a tradição da política externa brasileira de respeito às normas internacionais e à defesa da paz criou diálogo e construiu espaço entre o Brasil, a ANP, Israel e com os árabes para se colocar como mediador do conflito Israel – Palestina.

---

<sup>73</sup> Biblioteca Digital das Nações Unidas. Texto final da Resolução A/RES/67/19. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/739031?ln=en> > Acesso 14jun.2022. Votos por país membro da ONU. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/738624?ln=en>> Acesso 14 jun. 2022.

Por fim, analisamos que o governo Lula da Silva defendeu a causa palestina influenciada pelo viés de esquerda do partido do presidente, o Partido dos Trabalhadores. A visão do Partido de que a questão palestina tinha origens na colonização e imperialismo promoveram mudanças no posicionamento do Brasil sobre o conflito Israel – Palestina. Por causa disso, aumentaram as críticas e condenações às ações de Israel nos territórios ocupados e ações violentas.

As resoluções citadas ao longo deste capítulo podem ser encontradas na tabela 5 do apêndice (p.142) desta dissertação.

## CONCLUSÃO

A relação dos governos brasileiros com o conflito Israel – Palestina desde 1947 foi se alterando em razão dos interesses nacionais na busca por autonomia internacional e da percepção das mudanças que ocorreram no cenário internacional. Ao longo desta pesquisa buscamos analisar como a atuação e a postura do Brasil para o conflito Israel – Palestina pode ser compreendida a partir da *autonomia pela diversificação* no período do governo Lula da Silva e quais os fatores contribuíram para essa mudança na política externa brasileira.

A abordagem teórica do realismo neoclássico contribui para explorarmos os fatores internos que motivaram a mudança na política externa no governo Lula da Silva. Esta perspectiva teórica também foi adequada para analisarmos os aspectos sistêmicos no contexto da Guerra Fria e no período pós Guerra Fria. Para o Brasil o projeto autônomo esteve vinculado às percepções dos atores decisores aos sinais e constrangimentos externos e como o Brasil poderia superar a condição de dependência dentro da estrutura internacional.

Além disso, os aspectos sistêmicos foram relevantes para a análise das diversas fases e dinâmicas do conflito Israel – Palestina, das relações entre os atores envolvidos e das dificuldades de negociações e diálogo entre os atores em conflito considerados nesta dissertação.

A utilização de conceitos paradigmáticos para os estudos de Política Externa Brasileira e em especial o conceito de autonomia foram utilizados como um instrumento de análise sobre como a política externa brasileira busca superar a condição de dependência de outros atores no sistema internacional e da relação de dependência econômica e política, especialmente em relação aos Estados Unidos. As contribuições teóricas para a análise da autonomia da política externa brasileira de Maria Regina Soares de Lima (1994), de Letícia Pinheiro (2000) e de Amado Cervo (2003) mostram que o Brasil em diversos governos manteve o projeto autônomo como guia basilar da atuação internacional.

Os conceitos principais desta pesquisa cunhados por Fonseca Jr. (1998) e Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2011) contribuíram significativamente para a análise das condicionantes domésticas sobre o projeto autônomo do Brasil nos governos que analisamos. As respostas aos sinais e constrangimentos externos foram pautadas no interesse do desenvolvimento nacional e projeção internacional do país.

No primeiro capítulo analisamos o conceito de autonomia através da abordagem do realismo neoclássico. A estratégia de uma ação autônoma internacional foi utilizada por Estados com pouca ou nenhuma autonomia internacional. Dentro da estrutura internacional, em

consequência da divisão internacional do trabalho, ocorreu uma divisão hierárquica entre os Estados do centro e Estados da periferia. Analisamos que os países periféricos utilizaram e ainda utilizam a cooperação Sul-Sul como instrumento para superar a condição de dependência em relação aos países do Norte Global.

No segundo capítulo, o foco na estratégia da autonomia para o caso específico da política externa brasileira permitiu verificar que o projeto autônomo foi utilizado como forma de superar a dependência do Brasil em diversos momentos. Na Guerra Fria, o Brasil não se alinhou ao projeto político do Terceiro Mundo, mas em diversos momentos buscou aproximar dos países periféricos como forma de superar a dependência em relação aos países centrais. O contexto sistêmico pós Guerra Fria, levou os governos brasileiros a se reaproximarem dos países do Norte Global, como os Estados Unidos, como meio de promover uma maior participação internacional. No governo Lula da Silva, a política externa brasileira se volta preferencialmente para as relações com os países do Sul Global com intuito de promover uma maior cooperação entre esses países, mas ainda mantendo relações com os países do Norte Global, em um eixo vertical e horizontal (PECEQUILO, 2008).

No capítulo terceiro foi analisada a atuação autônoma do Brasil para o conflito Israel - Palestina na segunda metade do século XX até o final da década de 1990. Este período foi caracterizado pela política externa da *autonomia pela distância* e da *autonomia pela participação*. Apesar da influência dos Estados Unidos sobre os conflitos locais, o Brasil se manteve coerente com sua tradição diplomática de respeito às normas internacionais. No governo Geisel, como pudemos analisar, houve um interesse de aproximação com os países árabes voltada apenas para o aspecto econômico e sem vínculo político com os países da região do Oriente Médio. Como exposto ao longo de nossa análise, até o governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil se manteve distante por não ter o interesse de se envolver diretamente nas negociações para a solução da Palestina.

No último capítulo identificamos mudanças da política doméstica no governo Lula da Silva e como tais mudanças afetaram a política externa. As mudanças internas no governo Lula da Silva, em decorrência das características pessoais do presidente, seu vínculo com o Partido dos Trabalhadores e da linha autonomista do Itamaraty, principalmente com Celso Amorim à frente do ministério das relações exteriores, alteraram a percepção sobre os desdobramentos do conflito Israel - Palestina.

A aproximação com a Autoridade Palestina se mostrou coerente com a condução autônoma do Brasil no governo Lula da Silva de aproximação com os valores dos países do Sul Global. Os valores e crenças ideológicas de esquerda desse governo levaram a interpretar as

dificuldades para solução do conflito Israel - Palestina como uma dominação imperialista de Israel sobre os palestinos. A defesa da causa palestina pelo Partido dos Trabalhadores, desde os anos 1980, se mostrou presente na condução da política externa brasileira do governo Lula da Silva nas críticas às ações violentas e nas críticas à continuidade das construções dos assentamentos ilegais por parte de Israel nos territórios palestinos ocupados.

A visão do governo brasileiro era de que os palestinos se encontravam em condição de marginalizados e periféricos no sistema internacional, em consequência do projeto de colonização do território da Palestina por parte dos países centrais e pelas ações de expansão territorial realizadas por Israel. A aproximação de Israel com os Estados Unidos nos anos 1960 manteve e reforçou essa percepção colonizadora na região.

A cooperação Sul - Sul e a busca de diversificação de parceiros foi identificada como uma estratégia do Brasil para se inserir nas relações internacionais como um país autônomo com agenda própria. O governo brasileiro no período do governo Lula da Silva, especialmente analisado nesta pesquisa, buscou desempenhar um papel de liderança no seu entorno regional e fora da sua região tradicional. A aproximação com os países árabes em especial por meio da ASPA contribuiu para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul. O governo Lula da Silva utilizou essa aproximação como meio de se aproximar ainda mais do conflito Israel – Palestina. A presença do líder da Autoridade Palestina nos encontros da ASPA também esteve vinculada à aproximação com a causa palestina e ao estreitamento das relações com os palestinos.

A relação com os países árabes também estava relacionada com o interesse revisionista do Brasil nesse momento. O Brasil tinha se tornado um país relevante no cenário internacional e tinha por interesse uma maior participação nas decisões internacionais. O interesse do Brasil de entrar para o Conselho de Segurança da ONU como membro permanente tinha por objetivo reduzir as assimetrias entre os países do Norte Global e do Sul Global.

Recuperando as classificações de mudanças de política externa propostas por Charles Hermann (1990) podemos verificar que a política externa brasileira para o conflito Israel – Palestina apresentou mais do que uma *mudança de programa*, porque se desenvolveram novos objetivos para as relações com os países árabes. No entanto, as relações com os palestinos tiveram um caráter diferente dos governos anteriores, tendo ocorrido de fato uma *mudança de problema ou de objetivos*. Isto porque o governo Lula da Silva passou a se colocar como mediador do conflito Israel – Palestina, com objetivo de que esta postura contribuísse para uma maior projeção internacional do Brasil. O papel de mediador que o presidente buscou desenvolver para o conflito Israel – Palestina estava voltado para elevar o prestígio e posição política do Brasil como ator relevante e participativo do sistema internacional.

Acreditamos que não houve uma *mudança de orientação da política externa* porque o Brasil, apesar da prioridade dada às relações com os países do Sul Global manteve a tradicional postura de defender a criação do Estado da Palestina ao lado do Estado de Israel. Ao reconhecer o Estado da Palestina com as fronteiras de 1967, que foram definidas pela resolução 242, o governo Lula da Silva reafirmou o compromisso do Brasil em respeitar as normas internacionais.

São poucos os países que contribuem para as negociações entre Israel e a Autoridade Palestina. O papel de interlocutor entre os países do Norte e os países do Sul que o governo Lula da Silva buscou desempenhar tinha o intuito de promover a imagem do país no cenário internacional, convergindo com o projeto autônomo brasileiro.

Apesar do empenho do presidente Lula da Silva e de seu ministro das Relações Exteriores em mediar um possível acordo com Israel e a Autoridade Palestina, a presença dos Estados Unidos na região em razão dos seus interesses econômicos e políticos, do vínculo estratégico com Israel e pelo seu papel de mediador e interlocutor que desempenha desde os anos 1980, fizeram com que os objetivos do Brasil não avançassem.

Por fim, esta pesquisa buscou explorar aspectos relacionados às dificuldades em se tratar da paz entre Israel e Palestina e como o posicionamento de países do Sul como o Brasil revelam uma atitude e postura contextualizada em uma perspectiva mais ampla da política externa do país. Os diversos interesses políticos, religiosos e econômicos, a presença de vários atores locais e extrarregionais e as dificuldades de diálogo entre a Autoridade Palestina e Israel e entre os países árabes e Israel também dificultam a solução definitiva. Assim, na região do Oriente Médio, o Brasil tem amplo espaço para expandir sua política externa como negociador de conflitos, bem como no caso do conflito Israel – Palestina.

## REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. *A geopolítica e o conflito Palestino- Israelense: dos Acordos de Oslo à Primavera Árabe*. História (São Paulo) v.33, n.2, jul/dez.,2014, p.14-36.

ACCO, Marco Antonio Os *Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein*. Revista de Economia Política, 38 (4),2018, p.708-730.

ALJAMAL, Yousef M. e AMOUR, Philipp O. *Palestinian Diaspora Communities in Latin America and Palestinian Statehood..* Journal of Holy Land and Palestine Studies, Edinburgh University Press, 19.1, 2020, p.101–120.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *A Política Internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 20, , jun. 2003, p. 87-102.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula*. Rev. Bras. Polít. Int. 47 (1), 2004, p. 162-184.

AMARAL, Marisa Silva. *O estranho marxismo da Teoria do Moderno Sistema Mundial (ou O que foi feito do imperialismo e da dependência?)*. Disponível em:<<https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC84/mc842.pdf>>Acesso 18 abr. 2022.

*Apertura de la conferencia de madid sobre la paz em Medio Oriente*1991 Disponível em: <<https://israeled.org/apertura-de-la-conferencia-de-madrid-sobre-la-paz-en-medio-oriente/>> Acesso 19 abr. 2022.

ARAÚJO, DANILO. *Islamismo: como é a religião muçulmana* ?Disponível em: <<https://www.politize.com.br/islamismo-como-e-a-religiao-muculmana/#:~:text=Embora%20seja%20um%20equ%C3%ADvoco%20recorrente,apenas%20ter%20f%C3%A9%20no%20islamismo>> Acesso 10 mai. 2022.

ARRAES, Virgílio. *O Brasil e a ONU, de 1990 a nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões*. cap. 1, p.7-41. In. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*, vol. 2. Organização: Henrique Altemani de Oliveira e Antonio Carlos Lessa. São Paulo: Sarava, 2006.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial*. Referência: Wallerstein, I. *The modern world-system. Capitalist agri-culture and the origins of the European world-economy itz the 16th. century*. New York, Academic Press, 1974, v. 1. Departamento de História — FFLCH/USP, 1983, p.167-174.

BAEZA, Cecília. *O reconhecimento do Estado palestino: origens e perspectivas*. Meridiano 47 vol. 12, n. 126, jul.-ago., 2011, p.34-43.

BAEZA, Cecília. *América latina y la cuestión palestina (1947-2012)* Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, año 14, nº 28, p.111-133. Segundo semestre de 2012.

BAEZA, Cecilia. *Can Brazil mediate the Israeli-Palestinian conflict? Assessing its strategy and capabilities (2003-2010)*. Trabalho apresentado na FLACSO/ISA, Buenos Aires, 2014.

BALLESTRIN, Luciana. *O Sul Global como projeto político*. Horizontes ao Sul. Disponível em:< <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/o-sul-global-como-projeto-politico> > Acesso 20 out. 2021

BBC. *Israel mudará traçado de barreira na Cisjordânia*. 21/08/2008. Disponível em:< [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080821\\_israelbarreira](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080821_israelbarreira)> Acesso 21 mai.2022

BBC. *Veja histórico de acordos de paz para o Oriente Médio*. Disponível em:< [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/09/100902\\_entenda\\_acordos\\_orientemedio\\_rc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/09/100902_entenda_acordos_orientemedio_rc) > Acesso 19 mai. 2022.

BBC. *Hamas: o que é o grupo palestino que enfrenta Israel*.14/05/2021 Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57114157>> Acesso 21 mai. 2022.

BEIRÃO, Dora Reolon, BORDAS, Hugo Raymundo e AXELROD, Ilana Zelmanovitz. *As Relações Bilaterais Brasil - Israel: uma perspectiva histórica*. Revista de Análise Internacional, Curitiba, vol. 4, n.1, jan./ jun., 2019, p.16-30.

BIBLIOTECA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convite e aceite à OLP para ser membro da ONU*. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/189832?ln=en>> Acesso 7 abr. 2022. Lista dos votos por país. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/650876?ln=en>> Acesso 7 abr. 2022.

BIBLIOTECA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Documento da resolução 242 de 1967*. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/90717?ln=en> > Acesso 25 mar. 2022. Lista do voto por país da resolução 242 de 1967 no Conselho de Segurança da ONU. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/280417?ln=en> > Acesso 25 mar. 2022

BIBLIOTECA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Documento de admissão de Israel como membro das Nações Unidas*. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/210373?ln=en#record-files-collapse-header>> Acesso 23 mar. 2022. Lista dos votos por país da resolução 273 (III). Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/671023?ln=en>> Acesso 23 mar. 2022.

BIBLIOTECA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Documento do Plano de Partilha*. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/210008?ln=en>> Acesso 7 abr. 2022. Lista dos por país da resolução 181(II). Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/671195?ln=en> Acesso 7 abr. 2022.

BIBLIOTECA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Documento da resolução 46/86 de 1991 da Assembleia Geral da ONU*. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/135193?ln=en>> Acesso 13 abr. 2022. Lista dos votos por país membro da ONU. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/282543?ln=en>> Acesso 13 abr. 2022.

BIBLIOTECA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Lista de voto por país membro na Assembleia Geral da ONU*. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/651005?ln=en>> Acesso 6 abr.

2022 Resolução do aceite da OLP como membro observador da ONU. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/189835?ln=en>> Acesso 6 abr. 2022.

BIBLIOTECA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Reconhecimento da independência da Palestina pela ONU. Documento de reconhecimento pela resolução 43/177 de 1988 da Assembleia Geral das Nações Unidas*. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/53922?ln=en>> Acesso 6 abr. 2022. Lista votos por país da resolução 43/177. Disponível em:<<https://digitallibrary.un.org/record/281677?ln=en>> Acesso 6 abr. 2022.

BIBLIOTECA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Resolução da ONU para a Eliminação de todas as formas de discriminação racial. Resolução 3379(XXX)*. Lista de voto por país membro da ONU. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/650324?ln=en>> Acesso 6 abr. 2022. Documento da resolução 3379 da ONU. Disponível em :<<https://digitallibrary.un.org/record/189598?ln=en>> Acesso 6 abr. 2022

BIBLIOTECA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Resolução de aceite da OLP como membro observador*. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/189836?ln=en>> Acesso 6 abr. 2022. Lista de voto por país membro da ONU. Disponível em:<<https://digitallibrary.un.org/record/651006?ln=en>> Acesso 6 abr. 2022

BIBLIOTECA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Resolução sobre o Irã no Conselho de Segurança*. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/683939?ln=en>>Acesso 14 jun. 2022. Votos por país membro do Conselho em 2010. Disponível em:<<https://digitallibrary.un.org/record/685888?ln=en>> Acesso 14 jun. 2022.

BIBLIOTECA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Resoluções 997 (ES-I), 998 (ES-I), 999 (ES-I), 1000 (ES-I), 1001(ES-I) e 1002 (ES-I)* Texto das Resoluções. Disponível em:<<https://digitallibrary.un.org/record/208417?ln=en>> Acesso 18 abr. 2022

BIBLIOTECA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Texto final da Resolução A/RES/67/19*. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/739031?ln=en> > Acesso 14 jun. 2022. Votos por país membro da ONU. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/738624?ln=en>> Acesso 14 jun. 2022

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Repertório de política externa: posições do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.p.583.

BRASIL. *Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático Repertório de política externa: posições do Brasil (2008 -2009) / elaboração Thomaz Mayer, Alexandre Napoleão; coordenação por Hermano Telles Ribeiro*. – Brasíleia, FUNAG, p.260 2010.

BRASIL. *Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Repertório de política externa: posições do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 583 p.

BRASIL. *Preparação da Cúpula dos Países Árabes e da América do Sul. Brasília, 21 de março de 2005. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Repertório de política externa: posições do Brasil.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 583 p.

BISHARAT, R. *The Palestinian Diaspora and Latin American Solidarity with the Palestinian Cause: Brazil as a Model. Latin American Perspectives*, 46(3), 2019, p. 102-113.

BITENCOURT, L. *Os EUA e a América Latina Sobre a Ótica da Segurança.* V Conferencia do Forte de Copacabana. Segurança Internacional. Um Diálogo Europa- América do Sul. Após a Eleição Presidencial nos EUA: o futuro da segurança hemisférica e internacional. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer-Stifung, 2009.

BREUNING, Marijke. *Foreign policy analysis: a comparative introduction.* New York, Palgrave Macmillan,, Cap.1, 2007, p.1-26.

BRUN, Élodie. *La diplomacia brasileña hacia el Medio Oriente: una estrategia oscilante.* Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, año 14, nº 28, p. 73–90. Segundo semestre de 2012.

CLARIN. *¿América latina o Sudamérica?* Disponível em:< [https://www.clarin.com/ediciones-antiores/america-latina-sudamerica\\_0\\_BkHMQbYJCYI.html](https://www.clarin.com/ediciones-antiores/america-latina-sudamerica_0_BkHMQbYJCYI.html)> Acesso 28 abr. 2022.

CAMPOS MELLO, Flavia de. *Diretrizes da Redefinição da Política Externa Brasileira na década de 90.* XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 2000, p.1-20.

CAMPOS MELO *O Brasil e o multilateralismo contemporâneo* In. *Inserção internacional brasileira : temas de política externa.* cap 4, 159-179. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : Ipea, v.1, 2010, p. 536.

CARR, Edward H. *The Twenty Years Crisis, 1919-1939.* An Introduction to the Study of International Relations. pela Macmillan & Co. Ltd., London, and St. Martin's Press Inc. New York, 1939.

CASARÕES, Guilherme, VIGEVANI, Tullo. *O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz?* História (São Paulo) v.33, n.2, jul./dez. 2014, p. 150-188.

CASTRO, J. A de Araújo. *O congelamento de poder mundial.* Exposição aos Estagiários do Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra, em 11 de junho de 1971. Revista de informação Legislativa, 1971, p.37-52.

CERVO, Amado Luiz. *Apresentação.* In. Norma Breda dos. *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades.* Org. Norma Breda dos Santos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000 p.9-12.

CERVO, Amado Luiz. *Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático.* Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2), 2003, p. 5-25.

CERVO, Amado Luiz. *A Cúpula América do Sul- Países Árabes: um balanço.* Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. Meridiano 47, n.º58, maio, 2005, p.2-3.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª Ed revista e ampliada. Ed. UNB,2011.

CONNELL, Raewyn e DADOS, Nour. *The global south*. Contexts, Vol. 11, No. 1, 2012, p. 12-13.

DATZ, Giselle e PETERS, Joel. *Brazil and the Israeli—Palestinian Conflict in the New Century: Between Ambition, Idealism, and Pragmatism*, Israel Journal of Foreign Affairs, 7:2, 2013, p. 43-57.

DEMANT, Peter. *Identidades israelenses e palestinas: questões ideológicas*. In: Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global/ org. Gilberto Dupas, Tullo Vigevani, São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.201-259.

DEMANT, Peter. Com *Amigos assim, quem precisa de inimigos?* NOVOS ESTUDOS. CEBRAP, 76, novembro, 2006, p.75-101.

DEMANT, Peter. *Desafios islamistas e respostas ocidentais: o debate sobre o Islã e o Oriente Médio nos EUA desde o 11 de setembro de 2001*. Carta Internacional, março, 2006, p.-33- 40.

DEMANT, Peter. *Israel: a crise próxima*. História (São Paulo) v.33, n.2, , jul./dez. 2014. p. 72-103.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista e GRACIOLLI, Edílson José. *A Teoria da Dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina*. Apresentação de Trabalho/congresso. p.1-10, 2007 Disponível em: <[https://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessa04/Pedro\\_Duarte.pdf](https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessa04/Pedro_Duarte.pdf)> Acesso 19 abr. 2022.

ELMAN, Colin. Realism, *In International Relations Theory for the Twenty-First Century*. An Introduction. cap 2 p.11-20. Edited by Martin Griffiths, editora by Routledge, 2007.

FONSECA Jr., Gelson. *A Legitimidade e outras questões internacionais*. Poder e ética entre as nações. São Paulo, Paz e Terra. Parte III, Alguns Aspectos da Política Externa Brasileira, 1998, p. 353-374.

FÁVERO, G.; PINHEIRO, L. F. V. *As relações entre o Brasil e a Palestina e o reconhecimento do Estado palestino pelo Brasil*. Cadernos de Política Exterior, v. 3, 2016, p. 65–91, .

FRANK, Andre Gunder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Monthly Review, vol.18, n.4, 1966, p.1-11.

FURLAN, Marta *Israeli-Iranian relations: past friendship, current hostility*, Israel Affairs, 28:2, 2022, p.170-183.

GIRAUD, Oliver. *A Globalização vista do Norte e do Sul: quais os seus mecanismo sociais?* Caderno CRH, Salvador, v.20, n.51, set./dez.,2007, p.389-399.

GOERTZ, Gary. *Social Science concepts:a user's guide*. Ed. Princeton University Press. ,2006,Cap1, p.1-24.

GOMES, Aura Rejane. *A questão da palestina e a fundação de Israel*. Dissertação de Mestrado.142f. Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. São Paulo, 2001.

GONÇALVES, Williams *Panorama da Política Externa Brasileira no governo Lula*. In: FREIXO, Adriano de, PEDONE, Luiz, RODRIGUES, Thiago e ALVES, Vágner (Orgs.). *A Política Externa Brasileira na Era Lula: um Balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

GONÇALVES, Williams. *Autonomia*. In. Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo / organização de Glauber Carvalho; Larissa Rosevics. – Rio de Janeiro : Perse, 2017, p.47-60.

GRAY, Kevin & GILLS, Barry K. *South–South cooperation and the rise of the Global South*, *Third World Quarterly*, 37:4, 2016, p.557-574.

HERMANN, Charles F. *Changing course: when governments choose to redirect foreign policy*. *International Studies Quarterly*. Vol.34 n.1, 1990, p. 3-21.

HIRST, Monica e PINHEIRO, Leticia. *A Política Externa do Brasil em dois tempos*. *Rev. Bras. Polit. Int.* 30(1), 1995, p. 5-23.

HIRST, Monica, LIMA, Maria Regina Soares de e PINHEIRO, Letícia. *A Política Externa Brasileira em tempo de novos horizontes*. *Análise de Conjuntura*, n.12, 2010.

HOLAND, Carla Andréia Ronconi. *A política externa do governo Lula (2003-2010) para o Oriente Médio: precedentes, avanços e retrocessos*. 2012. 124f. Dissertação de mestrado. UFRGS.

HUBER, Daniela. *Forty Years of Camp David, Forty Years Without Peace*. *Istituto Affari Internazionali (IAI)* p.1-15, 2018. Disponível em:< <http://www.jstor.com/stable/resrep19660>> Acesso 10 abr. 2022.

HURRELL, Andrew. *Narratives of Emergence: Rising powers and the end of the Third World?* *Brazilian Journal of Political Economy*, vol 33, nº 2 (131), April-June, 2013, p. 203-221.

*IS PALESTINE A UNITED NATIONS?* 30/08/2017. Disponível em:< <https://www.welcometopalestine.com/article/palestine-united-nations-state/>> Acesso 21 mai. /2022.

JAGUARIBE, Hélio. *Autonomía periférica y hegemonía céntrica*. *Estudios Internacionales*, Año 12, No. 46 , Abril-Junio, 1979, p. 91-130.

JANJEVIC, Darko. *A Segunda Intifada se inicia depois da visita de Ariel Sharon ao Monte do Templo em Jerusalém Oriental. O que são as intifadas?* 8/12/2017. Disponível em:< <https://www.dw.com/pt-br/o-que-s%C3%A3o-as-intifadas/a-41715345>> Acesso 21 mai.2022.

JARDIM, Camila Amorim. *Understanding the concept of Global South: an initial framework*. *Mundorama. Divulgação Científica em Relações Internacionais*, 2015.

JULIÃO, Taís Sandrim. *A atuação multilateral do Brasil sob o governo de Ernesto Geisel: as dinâmicas do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)*. História Social, n. 18, p.199-2018, segundo semestre de 2010.

JUNGLAUS, Guilherme M., SEDLMAIER, Karla L. e NASCIMENTO, Victor de M. *Conflito Israel e Palestina: uma análise sobre as negociações de paz e as perspectivas de resolução do conflito*. Belo Horizonte, Fronteria, v.17,n.33, , 1º sem. 2018, p.110-123.

KAARBO, Juliet; LANTIS, Jeffrey S. & BEASLEY, Ryan K. *The analysis of Foreign Policy in Comparative Perspective*. IN. R.K.Beasley, J.Kaarbo, J.S.Lantis e M.T.Snaar (eds.). Foreign Policy in Comparative Perspective: domestic and international influences on State behavior. Washington DC, CQ Press, 2002, p.1-23.

KENNETH, Waltz. *Theory of International Politics*. Reading, Mass.:Addison-Wesley, 1979.

KENNETH, Waltz, *Man, the State and War*. New York: Columbia University Press, 1959.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LIMA, Maria Regina Soares de. *Ejes analíticos y ocnflicto de paradigmas em la política exterior brasileña*. America Latina/ Internacional. Otoño- Invierno vo. 1, nº2., 1994, p. 27 -46.

LIMA, Maria Regina Soares de. *A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul*. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (1), 2005, p. 24-59.

LIMA, Mara Regina Soares de. *A agência da política externa brasileira: uma análise preliminar..* In. Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008 / organizadores: Walter Antonio Desiderá Neto et al. Brasília: Ipea : Funag, 2018, Cap.2, p.39-53.

MAIO, Marcos Chor. *Sob o signo do Acordos de Oslo: perspectivas diversas sobre o conflito israelo-palestino*. História (São Paulo) v.33, n.2, jul./dez. 2014, p. 3-13.

MANTEGA, Guido. *Teoria da dependência revisitada - Um balanço crítico*. EAESP/FGV/NPP – Núcleo de pesquisa e publicações. Relatório de Pesquisa N ° 27, 1997, p.4-84.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. *Análise da Cúpula América do Sul – Países Árabes*. Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. Meridiano 47, n.º58, maio, 2005, p.4-8.

MAPA, Dhiego de Moura. *O significado das relações Sul- Sul para a diplomacia brasileira: A obra de Adolpho Jsto Bezerra de Menezes e o pensamento brasileiro sobre o Sul Global*. Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional. Volume 4, nº5, agosto 2016.

MARTINS, Carlos Estevan. *A evolução da política externa brasileira na década 64/74*. Estudos Cebrap n.12., 1975, p. 55-98.



relacoes-exteriores-da-cupula-america-do-sul-paises-arabes-buenos-aires-argentina-20-02-2008> acesso em 13/06/2022.

NAÇÕES UNIDAS. *Quarteto faz 10 recomendações para paz entre israelenses e palestinos*. Disponível em:< <https://news.un.org/pt/story/2016/07/1556121-quarteto-faz-10-recomendacoes-para-paz-entre-israelenses-e-palestinos>> Acesso 19 mai.2022.

NETO, Luiz Salgado. *Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado*. Revista do corpo discente do PPG - História da UFRGS, Num. 6, vol.3, janeiro-junho, 2010, p.122-147.

NETO, Octavio Amorin. *De Lula a Dutra. A condução e os determinantes da política -externa brasileira*. Elsevier. 2012, Caps. 2, p.47-77.

NOTARI, Maria Helena de Aguiar. *Os papéis projetados pela Política Externa Brasileira para o Oriente Médio durante os governos Lula (2003-2010)*. Revista Tempo do Mundo, v.3, n.1, jan., 2017, p.257-280.

*Oriente Médio: Israel e Palestina, das origens do conflito até o Apartheid Sionista*. Disponível em:<<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/mundo/54237/oriente-medio-israel-e-palestina-das-origens-do-conflito-ate-o-apartheid-sionista>> Acesso 21 mai. 2022.

*O papel do quarteto é minar a democracia palestina* Disponível em:<<https://www.monitordo Oriente.com/20210412-o-papel-do-quarteto-e-minar-a-democracia-palestina/>> Acesso 16 mai. 2022.

*O que são as intifadas?* Disponível em:< <https://www.dw.com/pt-br/o-que-s%C3%A3o-as-intifadas/a-41715345>> Acesso 16 mai. 2022.

OLIVEIRA, Amaury P. *A fugidia base territorial do Estado palestino*. In: Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global/ org. Gilberto Dupas, Tullo Vigevani, São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 303-31.

OLIVEIRA, Luciana Garcia de. *The Brazilian anti-Zionist vote and the beginning of the Israeli-Palestinian conflict in Brazil*. In. RAHEB, Mitri (org.). *Diaspora and Identity: The case of Palestine*. Bethelhem: Diyar Publisher, 2017, p. 1-17.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Biblioteca Digital das Nações Unidas. Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Disponível em: < <https://digitallibrary.un.org/>> Acesso 10 abr. 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical*. Rev. Bras. Polít. int. 51 (2), 2008, p.136-153.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Manual do candidato: política internacional /Cristina Soreanu Pecequilo*. — Brasília : Fundação. Alexandre de Gusmão, 2009, Cap1-5.

PIMENTEL, João Vicente. *O padrão de votação brasileiro na ONU e a questão do Oriente Médio* In. Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global. /Orgs. Gilberto Dupas, Tullo Vigevani. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 287-30.

PINHEIRO, Leticia. *Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol.22, nº2, julho/dezembro, 2000, p.305-335.

PINO, Bruno Ayllón. *América Latina na cooperação internacional para o desenvolvimento*. Cap7 pg 175-202. In. Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. organizador: André de Mello e Souza. – [Brasília]: Ipea,. 2014, p.277.

RAIMOND, Aron. *Paix et guerre entre les nations*. Éditions Calmann-Lévy 1962.

RIEDIGER, Bruna Figueiredo. *Política Externa Brasileira para o Mundo Árabe: Uma análise dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2013)*. 2014. 123f. Dissertação de mestrado. Curso Estudos Estratégicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS. Porto Alegre, 2014.

RIPSMAN, Norrin M., TALIAFERRO, Jeffrey e LOBELL, Steven E. *Conclusion: The state of neoclassical realism*. In S. Lobell, N. Ripsman e J. Taliaferro (Eds.), *Neoclassical Realism, the State and Foreign Policy*. . Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy. Cambridge: Cambridge University Press. cap. 10, 2009, p. 280-299.

RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E. *Neoclassical Realism Theory of International Politics*. London, Oxford, Oxford University Press, 2016, Caps. 1-3, p.16-79.

RIZZO, Aline Duarte da Graça *História global e a cooperação Sul- Sul: uma agenda de pesquisa*. Esboços, Florianópolis, v. 28, n. 48, maio/ago. 2021, p. 290-307.

RODRIGUES, Noeli. *O Desafio da Segurança Internacional no Oriente Médio*. Conjuntura Global, vol.3, n.4, out./dez., 2014, p.174-183.

ROSE, Gideon. *Neoclassical Realism and Theories of foreign policy*. World Politics v.51 n.1, 1998, p.144-172.

SAID, Edward. *A Questão da Palestina*. Cap. 2, 3,4. Editora UNESP, 2012.

SAJED, Alina. *From the Third World to the Global South*. Disponível em:< <https://www.e-ir.info/2020/07/27/from-the-third-world-to-the-global-south/> > Acesso 21 abr. 2022

SANTOS, Deijane Gomes dos. *O Oriente Médio na Política Externa do Governo Lula (2003-2010)*, 2015. 104f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SANTOS, Norma Breda dos. *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Org. Norma Breda dos Santos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, cap.1, p.19-70.

SANTOS, Norma Breda dos. *O Oriente Médio: a eventual cooperação brasileira para o estabelecimento da paz e as lições trazidas pela História*. Rev. bras. polít. int. 45 (1), Jun 2002.

SANTOS Norma Breda dos. *A política Externa Brasileira para o Oriente Médio: Diplomacia e Força*,. III Seminário Brasil-Noruega sobre paz e reconciliação. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, cap.7 p.93-108.

SANTOS, Norma Breda dos. *A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina*. História (São Paulo) v.33, n.2, jul./dez., 2014, p. 189-216.

SANTOS, Norma Breda dos e UZIEL, Eduardo. *Forty Years of the United Nations General Assembly Resolution 3379 (XXX) on Zionism and Racism: the Brazilian Vote as an instance of United States – Brazil Relations*. Rev. Bras. Polít. Int. 58 (2), 2015, p. 80-97,.

SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*, Ed. Insular 2015 p.1-193. Disponível em: <  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4275199/mod\\_resource/content/1/Santos%2C%20T.%20%282015%29.%20Teoria%20da%20depend%20C3%A4ncia\\_balan%20C3%A7os%20e%20perspectivas.%20Florian%20B3polis\\_Ed%20Insular.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4275199/mod_resource/content/1/Santos%2C%20T.%20%282015%29.%20Teoria%20da%20depend%20C3%A4ncia_balan%20C3%A7os%20e%20perspectivas.%20Florian%20B3polis_Ed%20Insular.pdf)> Acesso 25 abr.2022.

SCHWELLER, Randall L *The Progressiveness of Neoclassical Realism*. Chapter 9 In. Progress in International Relations Theory Appraising the Field .Orgs.Colin Elman and Miriam Fendius Elman, editors. Editora (BCSIA Studies in International Security .MIT Press Cambridge, Massachusetts, London, England, 2003, p. 311-347.

SARAIVA, MIRIAM GOMES. *Continuidade e Mudança na Política Externa Brasileira: as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010*. Relações Internacionais, mar., 2013, p.63-78.

SARAIVA, Miriam G. e VIGEVANI, Tullo. *Política externa do Brasil: continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011*. In: Daniel A. Reis, M. Ridenti e Rodrigo P. S. Motta (orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p.216-234.

SARTORI, Giovanni. *Guidelines for concept analysis*, p.15-85. ANO1984? Disponível em: <  
<http://www.u.arizona.edu/~mishler/sartori.pdf> > acesso em 31/05/2022.

SOARES, Maria Susana Arrosa. *Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina* p.1-9. 2005. Disponível em: <  
[http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos\\_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf)> Acesso 18 abr. 2022

SOUSA, Victor Teodoro de. *O internacional na visão do Partido dos Trabalhadores: trajetórias, influências na política externa brasileira e na cooperação sul-americana em defesa*. Dissertação de mestrado. PPGRI San Tiago Dantas, p.127, 2018.

SOUZA, Greice Caroline Silva de, LOPES Joana Soares Cordeiro e DULLIUS Júlia Deves. *O Pragmatismo Brasileiro Perante O Conflito Árabe-Israelense*. Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional, v.11, n.20, 2018, p.8-22.

SPEKTOR, Matias. *O projeto autonomista na política externa brasileira*. In A.Monteiro Neto (org.) *Política Externa, Espaço e Desenvolvimento*. Brasília, IPEA, 2014, p.20-58.

TATSCH, Luisa Bertuol. *A política externa do governo Lula: um novo pragmatismo responsável?* 2011. 214f. Dissertação de mestrado. UFRGS, Porto Alegre, PPG Ciência Política.

UZIEL, Eduardo. *Conselho de segurança, as operações e manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas* / Eduardo Uziel.— Brasília, 2015.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. *A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação*. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol.29, n.2, julho/dezembro, 2007, p.273-335.

VIGEVANI Tullo, CINTRA, Rodrigo e KLEINAS, Alberto. *Conflito Palestina-Israel: anacronismo, contemporaneidade e o papel do Brasil*. In. VIGEVANI, Tullo e DUPAS, Gilberto. *Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 19- 4.

VIGEVANI, Tullo e KLEINAS, Alberto. *Brasil-Israel: da Partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático*. In. *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Org. Norma Breda dos Santos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, Cap. 2, p.71-113.

VISENTINI, Paulo G. F. *O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964)*. Rev. Bras. Polít. Int. 37 (1), 1994, p.24-36.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *De FHC a Lula: Uma década de política externa (1995-2005)*. Civitas – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 5. n. 2, jul.-dez., 2005, p.381-397.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *História do Povo Brasileiro. Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 3 Ed. Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.13-37.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Política Externa Independente (1961-64): história e diplomacia* DOCUMENTOS Da Política Externa Independente v.2, Alvaro da Costa Franco, org. FUNAG, Brasília, 2008, p.17-31.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Editorial: Terceiro Mundo*. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.4, n.8, Jul./Dez., 2015, p.7-8.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Eixos do Poder Mundial no século XXI: uma proposta analítica*. Austral Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.8, n.15, jan./jul. , 2019, p.9-25.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: contraponto, 2001, p.9-40.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Declne of American Power. The U.S. in the Chaotic World*. Parte 1, The New Press, New York, 2003, p.13 -30.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World - Systems Analysis. An Introduction*. Duke University Press, 2004.

*What are area A, area B, and area C in the West?* Disponível em:<<https://www.anera.org/what-are-area-a-area-b-and-area-c-in-the-west-bank/>> acesso em 21/05/2022

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva. *O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011.)* Brasília: FUNAG, 2016, p. 52-107.

## APÊNDICE

Tabela 3 – Sistematização das resoluções da ONU para o conflito Israel – Palestina de 1947 a 1989

<b>Autonomia pela Distância (1947-1989)</b>					
<b>ANO</b>	<b>RESOLUÇÃO</b>	<b>Voto do Brasil</b>	<b>Voto dos EUA</b>	<b>Voto de Israel</b>	<b>Principais pautas das resoluções</b>
1947	181	SIM	SIM	_____	Resolução que definia o Plano de Partilha do território da Palestina para a criação de um Estado árabe e um Estado judeu.
1949	273(III)	Abstenção	SIM	_____	Resolução para a entrada de Israel na ONU
1949	194	SIM	SIM	_____	Proteção dos locais sagrados Status da cidade de Jerusalém
1956	997 (ES-I) 998 (ES-I) 999 (ES-I) 1000 (ES-I) 1001(ES-I) 1002 (ES-I)	Sim	Sim	Não- 997,999,1002 Abstenção- 998,1000,1001	Direito de retorno dos refugiados palestinos Israel, França e Grã-Bretanha deveriam retirar suas forças armadas do território do Egito Força especial da ONU para supervisionar o fim das hostilidades; Criação do comitê para supervisionar o fim das hostilidades e retiradas das tropas.
1967 Guerra dos 6 dias	242 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados; Cessar do estado de beligerância; Defesa do direito de todos os Estados da área de viverem em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas; Liberdade de navegação pelas vias marítimas da área; solução para o problema dos refugiados: A inviolabilidade territorial e a independência política dos Estados da área;

					Estabelecimento de zonas desmilitarizadas.
1969	2535 (XXIV)	Abstenção	Não	Não	Agência das Nações Unidas de ajuda para os palestinos refugiados com objetivo de arrecadar fundos;Ajuda humanitária.
1973 Guerra do Yom Kippur	338	Brasil não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Resolução para cessar fogo e fim das hostilidades
1974	3210 (XXIX)	SIM	Não	Não	Resolução de convite para a OLP participar de sessões da ONU sobre o tema da Questão Palestina
1974	3236 (XXIX)	Não votou	Não	Não	Resolução que reafirma o direito à autodeterminação do povo palestino
1974	3237(XXIX)	Sim	Não	Não	OLP recebe o estatuto de observador na ONU
1975	3379(XXX)	Sim	Não	Não	Resolução para eliminação de todas as formas de racismo. Resolução que qualificava o sionismo como forma de racismo
1988	43/177	Sim	Não	Não	Resolução para reconhecimento da independência da Palestina pela ONU

Tabela 4- Sistematização das resoluções da ONU para o conflito Israel – Palestina de 1990 a 2002

<b>Autonomia pela participação (1990-2002)</b>					
<b>ANO</b>	<b>Resolução</b>	<b>voto do Brasil</b>	<b>voto dos Estados Unidos</b>	<b>voto de Israel</b>	<b>Principais pautas das resoluções</b>
1991	46/86	Sim	Sim	Sim	Revogação da resolução 3379 de 1975
	54/39	Sim	Não	Não	Direitos inalienáveis do Povo Palestino
	54/40	Sim	Não	Não	Direitos Palestinos
	54/41	Sim	Não	Não	Programa de Informação sobre a Questão Palestina
	54/42	Sim	Não	Não	Defesa da solução pacífica para a Questão da Palestina
	54/69	Sim	Abstenção	Não	Assistência aos Refugiados Palestinos
	54/70	Resolução adotada sem voto			Financiamento da UNRWA
1999	54/71	Sim	Não	Não	Direitos das pessoas deslocadas pela Guerra dos 6 Dias
54 <sup>a</sup>	54/72	Sim	Sim	Abstenção	Bolsas de estudos para refugiados palestinos
AGNU	54/73	Sim	Não	Não	Proteção às operações da UNRWA
	54/74	Sim	Não	Não	Direitos dos refugiados de acesso a propriedade e renda
	54/75	Sim	Não	Não	Fortalecer o sistema educacional nos territórios ocupados em especial para os refugiados palestinos
	54/76	Sim	Não	Não	Comitê para investigar práticas de Israel contra os direitos humanos nos territórios ocupados
	54/77	Sim	Não	Não	Proteção de civis em tempos de guerra

		54/78	Sim	Não	Não	Ilegalidade dos assentamentos de Israel em Jerusalém e no Golã sírio
		54/79	Sim	Não	Não	Ilegalidade de ações de Israel em território palestinos ocupado e violação dos direitos humanos palestinos
2002	1397	Brasil não fazia parte do Conselho de Segurança nesse momento	Sim		Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste momento	Fim dos atos violentos, segurança para civis e cooperação das duas partes para o fim das tensões
2002	ES- 10/10	Sim	Não	Não		Condena os ataques cometidos por Israel contra o povo palestino e cidades palestinas; Condena Israel por recusar a cooperar com o secretário geral da ONU sobre o campo de refugiados palestinos na cidade de Jenin; Condena atos que violem os direitos humanos em toda região; Expressa preocupação com as agências de refugiados que tinham sua ação restrita e se liberdade de circulação pelo território; Pede ajuda para a questão humanitária.

Tabela 5 - Sistematização das resoluções da ONU para o conflito Israel – Palestina de 2003 a 2010

<b>Autonomia pela diversificação (2003-2010)</b>					
<b>Ano</b>	<b>Resolução</b>	<b>voto do Brasil</b>	<b>voto EUA</b>	<b>voto Israel</b>	<b>Principais pautas das resoluções</b>
2003	1515 Resolução do Conselho de Segurança	Brasil não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Reforça propostas do Quarteto para o Mapa para a Paz na solução dos Dois Estados como forma de resolver o conflito Israel - Palestina e busca da paz.
2003	A/58L.23 A/58/L.24 A/58/L.25 A/58/L.26/Rev.1 A/58/L.27 A/58/L.28	Sim (em todas)	Não (em todas)	Não (em todas)	Compromisso de respeito aos direitos inalienáveis do povo palestino; Reforça o programa de informação sobre a questão palestina; Questão palestina status da cidade de Jerusalém e questão do Golã sírio.
2003	A58/21	Sim	Não	Não	Reafirma paz na Palestina; Reafirma o mútuo reconhecimento de Israel e OLP; Defende estabilidade no Oriente Médio; Reafirma a ilegalidade dos assentamentos de Israel nos territórios ocupados desde 1967; Ilegalidade das ações de Israel de querer mudar o status de Jerusalém; Ilegalidade da construção de muros nos territórios palestinos; Reafirma solução de Dois Estados com base nas propostas do Quarteto; Preocupação com violência e ataques a civis em 2000; Crítica a destruição das instituições da ANP; Reafirma solução para refugiados e ajuda humanitária; Reforça 242 (1967), 338 (1973), 1397 (2002) e 1515(2003).
2003	A/RES/62/83	Sim	Não	Não	Reafirma a necessidade de paz para a Palestina; Pede cessar da construção de assentamentos por parte de Israel nos territórios ocupados; Pede ajuda humanitária para os membros da ONU; Ajuda para a reconstrução econômica e de infraestrutura da palestina.

2004	1525 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Decide manter mandato da UNIFIL até 31/07/2004 no Líbano, visando a inviolabilidade do território libanês
2004	1544 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Abstenção	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Solicita que Israel siga as leis internacionais humanitárias; Pede ajuda para os palestinos em Rafah.
2004	1550 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Renovação do mandato da Força das Nações Unidas de Observação da Separação; Resolução para a Síria e Israel que começou em 1974, solicitando cessar fogo e respeito às fronteira.
2004	1553 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Estende o mandato da UNIFIL até 31/05/2005; Pede o respeito a inviolabilidade do território do Líbano
2004	1559 Resolução do Conselho de Segurança	Abstenção	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Pede o respeito a soberania e integridade territorial do Líbano; Pede a saída de forças de estrangeiras do Líbano; Declara apoio a eleições livres no Líbano
2004	1578 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Renovação do mandato da Força de Observação da ONU por mais 6 meses;
2005	1583 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Renovação do mandato da UNIFIL mais uma vez até 31/05/2005; Suporte da UNIFIL para o cessar fogo.

2005	1595 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Decide estabelecer uma Comissão Internacional Independente no Líbano para investigar atos de terrorismo; Pede ao governo do Líbano para aceitar as decisões dessa Comissão.
2005	1636 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Resultado da Comissão de que oficiais do Líbano e da Síria estavam envolvidos em atos de terrorismo; Extensão do mandato da UNIFIL.
2005	1644 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Renovação da Comissão; Trabalho da Comissão em conjunto com o governo libanês.
2005	1648 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Renovação do mandato da Força de Observação da ONU por mais 6 meses, até 30/06/2006; Implementação da resolução 338 de 1973; Solicita relatório da situação após o período
2006	1701 Resolução do Conselho de Segurança	Brasil não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Resolução para o fim das hostilidades entre Líbano e Israel; Pedia o fim das hostilidades imediatas cessar dos ataques do Hizbollah contra Israel assistência humanitária para os libaneses operações da UNIFIL.
2009	1860 Resolução do Conselho de Segurança	Brasil não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Abstenção	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Solicita o cessar fogo na Faixa de Gaza; retirada das forças israelenses da Faixa de Gaza; Ajuda humanitária para a Faixa de Gaza: em especial alimento tratamento médico.
2010	1929 Resolução do Conselho de Segurança	Não	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Decide que o Irã deve respeitar acordo sobre enriquecimento de urânio; Irã não pode adquirir com nenhum outro Estado urânio; Impede que outros Estados forneçam ao Irã.

2010	1934 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Reafirma a necessidade de implementar a resolução 338 de 1973 novamente; Implementa política zero sobre casos de exploração sexual; Renova o Mandato da Força de Observação da ONU por mais 6 meses, até 31/12/2010; Solicita relatório da situação após a implementação da resolução 338.
2010	1937 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Decide estender o mandato da UNIFIL até 31/08/2011; Aprofunda relação da UNIFIL com o governo do Líbano; Pede o fim das hostilidades; solicita que o governo de Israel retire as tropas do Líbano.
2010	1963 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Decide que o Comitê de Contra Terrorismo continuará a operar como uma missão política até 31/12/2013.
2010	1965 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Implementar novamente a resolução 338; Agradece os esforços da política de tolerância zero para exploração sexual; Mantém as investigações e medidas dessa política.
2011	1977 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Não proliferação de armas de destruição em massa e extensão do mandato do Comitê do Conselho de Segurança instituído pela resolução 1540.
2011	1984 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Extensão do mandato aprovado pela resolução 1929 sobre a questão do Irã.
2011	1994 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Renova o mandato da Força de Observação da ONU até 31/12/2011.

2011	2028 Resolução do Conselho de Segurança	Sim	Sim	Israel não fazia parte do Conselho de Segurança neste período	Renova o mandato da Força de Observação da ONU até 30/06/2012
2012	Resolução A/RES/67/19 Assembleia Geral	Sim	Não	Não	Votação sobre a resolução do Status da Palestina na ONU; Aprovação da entrada da Palestina como membro observador.